

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E
PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

Cláudia Nunes de Lima e Andrade

Solares Ludovicenses: entre a etimologia e a tipologia, a criação de um patrimônio.

Belo Horizonte
2020

Cláudia Nunes de Lima e Andrade

Solares Ludovicenses: entre a etimologia e a tipologia, a criação de um patrimônio

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, do Programa de pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Área de concentração: Interdisciplinar

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio Cultural

Orientador: Prof. Leonardo Barci Castriota, Dr.

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

A553s

Andrade, Cláudia Nunes de Lima e.

Solares Ludovicenses [manuscrito] : entre a etimologia e a tipologia, a criação de um patrimônio / Cláudia Nunes de Lima e Andrade. - 2021.
151 f. : il.

Orientador: Leonardo Barci Castriota.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Arquitetura brasileira - Teses. 2. Arquitetura portuguesa - Teses. 3. Arquitetura - Século XIX - Teses. 4. Arquitetura de habitação - Teses. 5. Patrimônio - Teses. 6. São Luis (MA) - Teses. I. Castriota, Leonardo Barci. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 728



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Solares Ludovicenses: entre a etimologia e a tipologia, a criação de um patrimônio"

CLÁUDIA NUNES DE LIMA E ANDRADE

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Marcos Tognon

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Profa. Dra. Vanessa Borges Brasileiro

Escola de Arquitetura/UFMG

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota - Orientador

PPG-ACPS/UFMG

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por Vanessa Borges Brasileiro, Professora do Magistério Superior, em 18/12/2020, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.743, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Marcos Tognon, Usuário Externo, em 01/02/2021, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.743, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Leonardo Barci Castriota, Professor do Magistério Superior, em 08/02/2021, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.743, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0487197** e o código CRC **30A64DAB**.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".

Este trabalho é dedicado a meus netos,
desejando que possam descobrir a magia no caminho do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Sou grata à vida que possibilitou a concretização de um sonho. A meus pais que sempre apontaram o conhecimento como o caminho para a realização.

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro à pesquisa.

Agradeço a Yacy Ara Froner por criar um ambiente de colaboração no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Sua disposição para ajudar e seu carinho em alguns dos momentos mais difíceis foram essenciais. Muitos de seus conselhos fizeram ainda mais sentido ao longo da jornada.

Minha gratidão aos funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em especial da Superintendência do Maranhão, do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão - DPHAP, e do Arquivo Público do Estado do Maranhão, que permitiram reunir em tempo tão exíguo um substancial volume de informações preciosas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço a meu orientador e sempre inspirador Prof. Leonardo Castriota, que me deu grande liberdade para realizar esta pesquisa e com muita sutileza e gentileza no trato foi apontando caminhos.

Agradeço a Samantha Nery e João Otoni que transformaram uma equipe de trabalho no “Dream Team”. Sem o apoio, colaboração e amizade dos dois, não teria ido tão longe.

Agradeço às minhas irmãs, Mônica, Sandra, Renata e tia Lúcia pelo apoio incondicional; à minha querida avó Ilza pelas suas preces e terços; e principalmente a meu marido e companheiro de todas as horas, Joaquim Calaes, que abriu mão de alguns sonhos, lazeres e assumiu muitas das minhas atividades rotineiras para que eu tivesse mais tempo para me dedicar e trilhar esse caminho por vezes solitário.

Agradeço especialmente à amiga Stella Brito, que além de sugerir um tema tão empolgante, não mediu esforços para ajudar a localizar bibliografia, fotografias, referências e na revisão de alguns capítulos.

“[...] Since it is not possible, however, to take into consideration the vast number of events of which we have direct or indirect evidence, the number of which multiplies infinitely at every moment, one has no choice but to limit attention primarily and exclusively to such evidence that seems to represent especially striking stages in the development of a particular branch of human activity [...].”

RIEGL, 1997, p. 70

RESUMO

A presente pesquisa visa desvendar o surgimento e as condições de produção de onze edificações em São Luís do Maranhão reconhecidas pelos órgãos do patrimônio como “solares” e analisar seus diálogos com a cultura arquitetônica local. Essas edificações são exemplares do expoente da arquitetura residencial produzida durante a “Idade do Ouro” no Maranhão. Além da excepcionalidade das técnicas construtivas aplicadas, vinculações com fatos e personagens históricos maranhenses que lhes conferiram *status* de monumento, as dimensões dessas edificações possibilitam um maior número de usos. Todavia, os novos usos que lhes conferem ressignificação cultural, trazem consigo riscos de perda da integridade e autenticidade, riscos esses majorados pela falta de bibliografia especializada que abarque as especificidades das tipologias das casas senhoriais ludovicenses. Isto posto, a presente pesquisa busca reduzir esta lacuna de conhecimento sobre as moradas ludovicenses, apontando as características tipológicas dos solares, distinguindo suas composições materiais arquitetônicas em relação às demais tipologias edilícias das moradas oitocentistas em São Luís, desvendando temporalmente o papel da atribuição da nomenclatura “solar” em relação às arquiteturas respectivas e suas representações sociais, culturais e políticas, verificando também a congruência dessa denominação para o conjunto do casario definido por essa nomenclatura. Ao corrigir essa lacuna, pretende proporcionar um arcabouço teórico robusto sobre os solares ludovicenses, contribuindo para sua interpretação e preservação de sua integridade em futuras intervenções.

Palavras-chave: Arquitetura luso-brasileira. Arquitetura oitocentista. Casa senhorial. Tipologia. Criação do patrimônio.

ABSTRACT

The present research seeks to unravel the emergence and production conditions of eleven buildings in Sao Luis, *Maranhão*, recognized as “*solares*” by heritage protection agencies and their interrelationship with the local architectural culture. These buildings are specimens of the exponent residential architecture produced during the “Golden Age” in *Maranhão*. Besides the exceptional construction techniques applied, bonds with historic facts and characters from *Maranhão*, which vested these buildings with monument statuses, their dimensions allow numerous uses. However, the new uses which vest them with cultural resignification put them at risk of losing their integrity and authenticity. These risks are increased by the lack of specialized literature embracing the specificities of São Luis manor houses typologies. Therefore, the present research intends to narrow the knowledge gap on São Luis’s dwellings by pointing up the typological characteristics of *solares*, distinguishing their architectonic material composition from other 19th-century residential building typologies, unveiling temporally the role of “solar” denomination in relation to respective construction and their social, cultural and political representations, verifying the adequacy of the nomenclature for the buildings called this way. By filling in this gap, it will provide a robust theoretical framework on *solares* in Sao Luis, contributing to their interpretation and integrity preservation in future interventions.

Keywords: Luso-Brazilian architecture. 19th-century architecture; Manor houses. Typology. Heritage creation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Cabana primitiva de Marc-Antoine Laugier	29
Figura 2	- Redução geométrica para composições dos edifícios de Durand	30
Figura 3	- Templos católicos de Durand	31
Figura 4	- Visão geral de um conjunto de tipos habitacionais	34
Figura 5	- Plantas das casas maranhenses	40
Figura 6	- Tipologias dos partidos – plantas	41
Figura 7	- Esquema das coberturas das moradas maranhenses	42
Figura 8	- Acomodação das moradas à topografia	43
Figura 9	- Tipo-base “Porta e Janela” na Rua da Inveja, São Luís, MA	45
Figura 10	- Meia Morada na Rua Cândido Ribeiro	46
Figura 11	- Morada Inteira na Rua da Inveja	46
Figura 12	- “3/4 de Morada” na Rua Cândido Ribeiro, São Luís, MA	47
Figura 13	- Sobrado na rua Cândido Ribeiro, São Luís, MA	47
Figura 14	- Solar Gomes de Souza	47
Figura 15	- Solar dos Vasconcelos	47
Figura 16	- Elementos importados de Portugal empregados nas fachadas	49
Figura 17	- Planta da Cidade de São Luís com quadras do Censo (1855)	65
Figura 18	- Localização dos Solares Ludovicenses e suas proteções	70
Figura 19	- Mapa da Cidade de São Luís em 1844	75
Figura 20	- Planta da morada inteira alargada	80
Figura 21	- Vestíbulo central ampliado no Solar Gomes de Souza	85
Figura 22	- Vestíbulo central reduzido no Solar do Visconde de Itacolomy	85
Figura 23	- Vestíbulo lateral no Solar da Baronesa de São Bento	85
Figura 24	- Planta do piso intermediário do Solar do Barão de Turiaçu	86
Figura 25	- Corte Solar do Barão de Turiaçu. Localização da sobreloja	87
Figura 26	- Corte Solar dos Leite. Localização da sobreloja	87
Figura 27	- Diferentes tipos de mirantes. Solar dos Belfort	88
Figura 28	- Diferentes tipos de mirantes. Solar Cesário Veras	88
Figura 29	- Foto das fiadas na parede lateral do Solar da Baronesa de Anajatuba	91
Figura 30	- Fachada modelo para reconstrução de Lisboa	94
Figura 31	- Solar no sistema gaiola pombalina – Solar dos Leite	96

Figura 32	- Solar no sistema gaiola pombalina – Solar do Visconde de Itacolomy	96
Figura 33	- Solar no sistema gaiola pombalina – Solar da Baronesa de Anajatuba	96
Figura 34	- Tipo de madeiramento do telhado em “Cruz de Santo André”	96
Figura 35	- Tipo de madeiramento do telhado em “Linha Alta”	98
Figura 36	- Telhado do imóvel localizado na Rua Cândido Ribeiro, n. 192	98
Figura 37	- Telhado do imóvel localizado na Rua Cândido Ribeiro, n. 192	98
Figura 38	- Uso de tijolos de barro na estruturação dos vãos de porta	100
Figura 39	- Uso de tijolos de barro na estruturação dos vãos de porta	100
Figura 40	- Uso de tijolos de barro na estruturação dos vãos de porta	100
Figura 41	- Uso de tijolos de barro na estruturação dos vãos de porta	100
Figura 42	- Cantaria nos cunhais – Solar dos Belfort	102
Figura 43	- Cantaria nos cunhais - Solar da Baronesa de S. Bento	102
Figura 44	- Cantaria nos cunhais - Solar do Barão de Turiaçu	102
Figura 45	- Cantaria nos cunhais – Solar Cesário Veras	102
Figura 46	- Esquemas gerais dos beirais	102
Figura 47	- Foto das fachadas do Solar Cesário Veras	103
Figura 48	- Foto da Fachada do Solar dos Vasconcellos	104
Figura 49	- Foto da Fachada do Solar dos Leite	105
Figura 50	- Foto da Fachada do Solar Gomes de Souza	105
Figura 51	- Evolução do vidro, da rótula e da grade	108
Figura 52	- Portada Solar Cesário Veras	109
Figura 53	- Portada Solar dos Vasconcelos	109
Figura 54	- Portada Solar dos Leite	109
Figura 55	- Portada Solar Gomes de Souza	109
Figura 56	- Portada Solar da Baronesa de Anajatuba	110
Figura 57	- Portada Solar do Barão de Grajaú	110
Figura 58	- Portada Solar do Barão de Itapary	110
Figura 59	- Portada Solar do Visconde de Itacolomy	110
Figura 60	- Portada Solar dos Belfort	111
Figura 61	- Portada Solar do Barão de Turiaçu	111
Figura 62	- Portada Solar da Baronesa de São Bento	111
Figura 63	- Balcão corrido do mirante do Solar do Visconde de Itacolomy	112
Figura 64	- Balcão gradeado – Solar dos Belfort	113

Figura 65	- Balcão gradeado – Solar do Barão de Turiaçu	113
Figura 66	- Balcão gradeado – Solar do Barão de Turiaçu	113
Figura 67	- Balcão gradeado curvo – Solar Cesário Veras	113
Figura 68	- Balcão gradeado reto – Solar Cesário Veras	113
Figura 69	- Balcão gradeado corrido e curvo – Solar dos Vasconcellos	113
Figura 70	- Balcão gradeado – Solar dos Vasconcellos	113
Figura 71	- Balcão gradeado corrido e curvo – Solar dos Leite	113
Figura 72	- Balcão gradeado – Solar dos Leite	113
Figura 73	- Balcão gradeado – Solar da Baronesa de São Bento	113
Figura 74	- Balcão gradeado corrido – Solar da Baronesa de São Bento	113
Figura 75	- Balcão gradeado – Solar dos Gomes de Souza	114
Figura 76	- Balcão gradeado corrido – Solar da Baronesa de Anajatuba	114
Figura 77	- Balcão gradeado – Solar da Baronesa de Anajatuba	114
Figura 78	- Balcão gradeado – Solar do Visconde de Itacolomy	114
Figura 79	- Balcão gradeado corrido – Solar do Visconde de Itacolomy	114
Figura 80	- Balcão gradeado corrido – Solar do Barão de Grajaú	114
Figura 81	- Balcão gradeado entalado – Solar do Barão de Grajaú	114
Figura 82	- Esquadrias na fachada lateral do Solar dos Belfort	115
Figura 83	- Esquadrias na fachada lateral do Solar da Baronesa de São Bento	115
Figura 84	- Esquadrias na fachada lateral do Solar do Barão de Itapary	115
Figura 85	- Varanda do Solar da Baronesa de São Bento	115
Figura 86	- Varanda do Solar dos Belfort	115
Figura 87	- Mosaico de lioz e seixos do vestíbulo do Solar dos Vasconcellos	116
Figura 88	- Mosaico de lioz e seixos do vestíbulo do Solar da Baronesa de Anajatuba	116
Figura 89	- Vestíbulo Solar dos Leite – mosaico de lioz e seixos e conversadeira	116
Figura 90	- Vestíbulo Solar dos Leite – detalhe do mosaico de lioz e seixos	116
Figura 91	- “Cancelões” no vestíbulo do Solar da Baronesa de São Bento	118
Figura 92	- “Cancelões” no vestíbulo do Solar dos Leite	118
Figura 93	- Saguão do Museu Histórico do Maranhão	118
Figura 94	- “Cancelão” do imóvel n. 586 da Rua de Santana fechado	118
Figura 95	- “Cancelão” do imóvel n. 586 da Rua de Santana aberto	118
Figura 96	- Guarda corpo com peças torneadas Solar dos Belfort	119

Figura 97	- Guarda corpo com peças torneadas Solar dos Leite	119
Figura 98	- Sala de música do Museu Histórico do Maranhão	120
Figura 99	- Sala de música do Museu Histórico do Maranhão	120
Figura 100	- Detalhe da padieira e vão de porta com cofres	121
Figura 101	- Vão de porta com cofres	121
Figura 102	- Varanda/ sala de jantar no Museu Histórico do Maranhão	122
Figura 103	- Armário integrado à parede no Solar do Barão de Turiaçu	123
Figura 104	- Armário integrado à parede no Museu Casa Histórica de Alcântara	123
Figura 105	- Oratório do sobrado de azulejos azul claro na Rua da Estrela	125
Figura 106	- Mapa das tipologias arquitetônicas	129
Figura 107	- Foto da fachada da Junta Comercial do Estado do Maranhão	130
Figura 108	- Foto da fachada do Arquivo Público do Estado do Maranhão	130
Figura 109	- Foto da fachada do Palácio Cristo Rei	130
Figura 110	- Pousada Colonial – fachada	131
Figura 111	- Pousada Colonial – vestíbulo	131
Figura 112	- Pousada Colonial – caixa de escada	131
Figura 113	- Imóvel n. 192 da Rua Cândido Ribeiro	132
Figura 114	- Imóveis n. 199 e 205 da Av. D. Pedro II	132
Figura 115	- Imóvel n. 66 da Rua Barão de Itapary	132
Figura 116	- Imóvel n. 240 da Rua Godofredo Viana	133
Figura 117	- Imóvel n. 241 da Av. D. Pedro II	133
Figura 118	- Imóvel n. 174 da Rua Afonso Pena	133
Figura 119	- Imóvel n. 217 da Rua da Palma	133
Figura 120	- Imóvel n. 220 da Rua da Palma	133
Figura 121	- Imóvel n. 486 da Rua Afonso Pena	133
Figura 122	- Imóvel n. 141 da Rua do Sol	134
Figura 123	- Imóvel do Lardo da Igreja de São João	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Localização, Implantação e Volumetria	81
Quadro 2	- Proporções das edificações.....	97
Quadro 3	- Fachada Principal. Vãos com exceção de portadas	105
Quadro 4	- Portadas	109
Quadro 5	- Balcões gradeados	112
Quadro 6	- Características essenciais dos solares ludovicenses	127
Quadro 7	- Análise Comparativa de “solares” identificados por Figueiredo	129
Quadro 8	- Moradas inteiras, moradas inteiras expandidas e moradas e meias	130
Quadro 9	- Análise comparativa das moradas identificadas por Espírito Santo	131
Quadro 10	- Outras edificações que poderiam ser classificadas como solares	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDI	Biblioteca Nacional Digital
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (até 1974 <i>Conselho Nacional de Pesquisas</i>)
DPHAP	Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão
FAPES	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo
FIG.	Figura
FUMPH	Fundação Municipal de Patrimônio Histórico
FUNC	Fundação Municipal de Cultura
GEPFS	Grupo de Estudos e Pesquisas das Formas Sociais / UFMA
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MHAM	Museu Histórico e Artístico do Maranhão
NESDE	Núcleo de Engenharia Sísmica e Dinâmica de Estruturas
OEA	Organização dos Estados Americanos
PPRCHSL	Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 TIPOS, MORADAS E SOLARES	26
2.1 Tipologia e Tipos	26
2.2 Famílias tipológicas ludovicenses	37
2.3 O conceito de Solar	49
3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	59
4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS “SOLARES”	68
4.1 A configuração, a distribuição e o uso - <i>utilitas</i>	79
4.2 Sistemas estruturas e materiais construtivos - <i>firmitas</i>	90
4.3 Elementos decorativos e composição estética - <i>venustas</i>	101
4.4 Resultado da análise tipológica	125
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS.....	139
ANEXO A – ENGENHEIROS E CONSTRUTORES DO MARANHÃO.....	148
ANEXO B – CARACTERÍSTICAS DAS MORADAS INTEIRAS, MORADA INTEIRA EXPANDIDA E, MORADA E MEIA Descrição	151

1 INTRODUÇÃO

A casa era também um capital, uma mercadoria, uma escolha de investimento, a encarnação de valores representativos e distintivos, ela via seu destino modificado pela fortuna das famílias, pelos movimentos de valorização imobiliária. (ROCHE apud MOTA, 2012, p. 178).

A presente pesquisa buscou compreender através de uma abordagem histórica-comparativa-tipológica a atribuição da palavra “solar” para distinguir algumas edificações em São Luís do Maranhão das casas térreas e sobrados que compõem o conjunto arquitetônico e paisagístico protegido da cidade, construído entre a fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, em 1755, e a “Idade do Ouro”, fundada em meados do século XIX. Para isso, teve como objetivos secundários entender o significado do termo “solar”, localizar temporalmente a sua adoção, identificar quem o outorgou, e sob quais critérios.

Argumenta-se que apesar da palavra “Solar” se referir à distinção social de um grupo familiar que detinha o controle de uma determinada parte do território ou propriedade na Península Ibérica, o seu uso no Maranhão ocorreu *a posteriori* atrelado à atribuição dos valores de excepcionalidade estética e construtiva, como parte do discurso de justificativa da preservação de espécimes do patrimônio cultural construído urbano por parte dos órgãos de salvaguarda federal, estadual ou municipal, refletindo uma certa pluralidade nos critérios de categorização das moradas ludovicenses.

Sugere-se que esses critérios têm raízes no Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, concebido durante a década de 1970, e em especial no seu Subprograma de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico, transparecendo o pensamento e o estado da arte do campo do patrimônio cultural de seu tempo. Dentro de um programa de conservação integrada, esse subprograma, especificamente, tinha como premissa “assegurar a restauração e conservação dos monumentos mais eruditos” alegando-se a urgência de sua salvaguarda “devido ao seu valor referencial para a cultura”, buscando-se ancorar esses valores em “aspectos históricos desses monumentos no contexto do conjunto arquitetônico, bem como o seu potencial para contribuir como fator de geração de renda proveniente de atividades turísticas” (ANDRÉS, 2012, p.75).

Assim, as onze edificações reconhecidas como solares pelos órgãos municipal, estadual e federal do patrimônio são exemplares do expoente da arquitetura residencial produzida durante

a “Idade do Ouro” no Maranhão, quando a cidade figurou entre as quatro mais prósperas do Brasil.

Esse conjunto originou-se da estreita relação comercial entre São Luís e Portugal fortalecida a partir da constituição da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão em 1755. A instalação das linhas regulares de navegação por aquela companhia refletiu no tecido urbano ludovicense as inovações das técnicas construtivas lusitanas a partir do terremoto de Lisboa naquele mesmo ano.

A normatização de medidas, a padronização e a produção seriada de elementos construtivos pré-fabricados em Portugal foram aproveitadas na construção de um casario que pudesse acompanhar e abrigar o aumento vertiginoso da população de São Luís¹, no outro lado do Atlântico. A construção de muitas edificações em relativo curto espaço de tempo utilizando os mesmos materiais, técnicas e elementos disponíveis naquela área cultural resultou em um conjunto homogêneo composto principalmente por casas térreas e sobrados representativos da colonização portuguesa, porém adaptados ao clima equatorial. Essas características justificaram o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1974 e o seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1997 (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO MARANHÃO, 1997; UNESCO, 1997; ICOMOS, 1997). Extrapolando-se os limites do tombamento federal, o Estado do Maranhão incorporou ao perímetro de proteção a área de expansão urbana realizada durante a chamada “Idade do Ouro” no século XIX, totalizando, naquele momento (1986), cerca de quatro mil e quinhentos imóveis protegidos. (ANDRÉS, 2012, p. 52).

Com um número tão elevado de bens, o Estado do Maranhão e a União encontram dificuldades para promover a conservação do acervo arquitetônico em São Luís ora pela falta de recursos, ora pelos embaraços na conciliação dos direitos públicos e privados, como o direito à memória e à propriedade. Assim, apesar da ampliação cronológica, geográfica, tipológica e dos deslocamentos do conceito do patrimônio, que obrigam os órgãos de proteção voltarem seus olhares e recursos para protegerem um número cada vez maior e mais diversificado de bens, o Estado, na sua incapacidade de preservar e/ou ocupar todas as edificações que compõem o

¹ Entre 1755 e 1788 a população de São Luís cresceu de pouco mais de um milheiro para 16.580 pessoas (RIBEIRO JR, 1999, p. 63).

conjunto arquitetônico e paisagístico, baseando-se em um julgamento de valor, frequentemente ainda prioriza aquelas cuja singularidade e potencialidade de suscitar memórias lhes conferem *status* de monumento.

Monumento - do latim *monumentum* origina do radical “*men*” que exprime a “função essencial do espírito”, presente nas palavras *monere* (recordar, fazer lembrar), memória, se refere a tudo que é capaz de suscitar lembranças, relembrar o passado. É assim um “elo de ligação” do passado com o presente (LE GOFF apud FRONER, 2013, p. 244).

Sendo considerados monumentos arquitetônicos “todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções.” (CONSELHO DA EUROPA apud FRONER, 2013, p. 249). Este é o caso das onze edificações reconhecidas como “solares” pelos órgãos do patrimônio em São Luís. No entanto, essa escolha não ocorre apenas pela raridade, pela excepcionalidade das técnicas construtivas, ou pelas vinculações com fatos e personagens históricos maranhenses, mas também pela sua situação dentro da malha urbana e por suas dimensões, que possibilitam um maior número de usos.

Uma vez que os recursos necessários para as desapropriações e as intervenções de restauro são repetidamente justificados pela função social que devem exercer, conforme preconizam as normativas patrimoniais e o Artigo 5º Inciso XXIII da Constituição Federal de 1988 que determina que a “propriedade atenderá a sua função social”, entendendo que edificações urbanas ociosas não atendem essa função (BRASIL, 1988), as edificações de maior porte são frequentemente requalificadas. Isso ocorre também no Maranhão onde todos os solares identificados foram ou estão em vias de ser convertidos em museus, órgãos públicos, unidades universitárias ou moradias populares, pois, além dos novos usos encontrarem maior apoio na sociedade, podem contribuir para requalificar áreas na cidade e incentivar a réplica de ações de conservação no seu entorno. Desta forma, essas intervenções em bens isolados de grande porte são associadas às políticas públicas no intuito de atrair a classe empresarial para ocupar o casario, contendo o esvaziamento e a degradação do Centro Histórico de São Luís no Maranhão e consolidando a cidade como destino turístico mundial.

Acontece que a arquitetura não é uma arte apenas contemplativa. Ela é a síntese da tríade vetruviana *venustas*, *firmitas* e *utilitas*² (HARTOONIAN, 1994). Ou seja, como Hartoonian explica, a estética, a solidez e o uso fazem parte de um conhecimento arquitetônico onde o estilo está intrinsecamente relacionado com as leis da gravidade, as propriedades dos materiais e as

² *Venustas* - beleza; *firmitas* - solidez, estabilidade e *utilitas* - utilidade /função. (FRONER, 2013, p. 245).

necessidades culturais. A arquitetura precisa abrigar atividades humanas para ser vivenciada, experienciada (CARSALADE, 2007) pois, é a cotidianidade que reforça sua significância³, permitindo que seja percebida como lugar⁴ e configurando como patrimônio cultural, transcendendo sua condição material. Como aponta Laurajane Smith (2006), é a sua dimensão imaterial que justifica sua permanência, embora precise de sua materialidade como suporte das vivências. No entanto, a vida é fluida e dinâmica assim como a cultura, a sociedade e as suas vinculações com os espaços, que estão sempre sujeitas às subjetividades. Essas relações, portanto, não são imutáveis: ao contrário, elas têm seus significados constantemente atualizados. Mesmo que a matéria seja preservada, a arquitetura será outra todas as vezes que a interação entre os sujeitos e o edifício se modificar (CARSALADE, 2007). Mas embora as coisas não permaneçam inalteradas e não se repitam, elas têm um papel importante no condicionamento do que se sucede (RIEGL, 1996). Conforme o tempo passa, as necessidades da vida contemporânea tornam esses lugares obsoletos cada vez mais rápido sendo necessário adaptá-los para ampliar a sua sustentabilidade cultural.

A conservação de bens arquitetônicos, portanto, é sempre favorecida pelo uso (ICOMOS, 1965), sem o qual não sobrevivem às pressões da atividade imobiliária (FRONER, 2013) e de projetos “progressistas” em uma sociedade capitalista. Considerando esse contexto, a denominação “solar” para alguns bens em São Luís do Maranhão parece fazer parte das estratégias de defesa e preservação através da valorização continuada para promover a exploração do potencial econômico desses bens preconizada pela Organização dos Estados Americanos - O.E.A. (1967), onde requalificá-los e ressignificá-los levam à fruição de um maior número de pessoas.

Todavia, os novos usos que conferem ressignificação cultural, tornando-se fundamentais para a longevidade do patrimônio edificado trazem consigo riscos de desvirtuar suas naturezas, descaracterizá-los, ou mesmo de reduzi-los a meros cenários (CHOAY, 2017; CASTRIOTA, 2009). Portanto, o valor de uso precisa ser equacionado com os valores histórico, simbólico e artístico (RIEGL, 1996), exigindo-se extrema perícia e sensibilidade do arquiteto restaurador

³ Significância cultural se refere ao valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras incorporado no próprio lugar, situação, uso e significados (ICOMOS Austrália, 2013).

⁴ Lugar é uma área definida geograficamente que possui características naturais e culturais. Por apresentar dimensões tanto tangíveis como intangíveis, um mesmo lugar pode conter uma diversidade de valores e significados associados para diferentes indivíduos ou grupos. (ICOMOS Austrália, 2013).

em colaboração com uma equipe interdisciplinar para recuperar a integridade da obra e promover a sua sustentabilidade, uma vez que esta é uma área de constante conflito.

Contudo, independentemente dos valores e dos usos que sejam atribuídos a essas construções, já se tornou senso comum que as intervenções e, em especial, as restaurações, deveriam respeitar a integridade e a autenticidade⁵ dos bens, evitando-se as hipóteses. Para isso, é necessário um profundo conhecimento do bem cultural e, portanto, qualquer intervenção deve ser precedida pela investigação e a análise do patrimônio edificado, buscando na pesquisa histórica e iconográfica, na análise formal e técnica, situá-lo no tempo, identificar sua origem, reconstituir sua evolução, auferir a autenticidade dos seus elementos, indo além do seu caráter material para apurar os valores que sobressaem e lhe atribuem significância. Considerando que muitos dos edifícios só chegaram aos dias atuais em função de suas várias transformações, como o Solar dos Belfort em São Luís, construído no século XVIII, transformado em sede do Jornal Pacotilha no século XIX e no Hotel Ribamar no século XX; que passou por duas restaurações de fachadas neste século e para o qual existe projeto para sua conversão em edifício multifamiliar, o aprofundamento desse conhecimento representa uma oportunidade para, inclusive, se corrigir falsas interpretações ou reverter ações em desacordo com a teoria do restauro ou com as técnicas atuais disponíveis. Desta forma, não é por acaso que para a aprovação de projetos de intervenção arquitetônica de bens culturais, como estabelecem as cartas patrimoniais, diretrizes de projeto e a boa prática, os órgãos de patrimônio exigem como etapa inicial das atividades, o “conhecimento do bem”, composta pelo levantamento cadastral, pesquisa histórica e pela análise tipológica (ICOMOS, 1964; 1994; BRASIL, 2005).

No entanto, considerando que em geral, as pesquisas históricas que precedem as propostas de intervenção são insuficientes para esclarecer a espacialidade das edificações; que as prospecções arquitetônicas são técnicas invasivas que podem fragilizar ainda mais esses bens e especialmente no formato de contratação de projetos e execução de obras de restauro por órgãos públicos; e que o escaneamento a laser ainda encontra barreiras para viabilizar sua aplicação generalizada no contexto brasileiro, o conhecimento das tipologias edilícias se torna o principal aliado para a compreensão do edifício, a reconstituição das espacialidades originais, a identificação das intervenções ocorridas durante a vida do bem, e o diagnóstico das patologias.

⁵ A autenticidade que têm origem nos trabalhos de Ruskin e Morris e é retomada por Boito para fundamentar a disciplina na restauração (CHOAY, 2017), aparece ainda hoje como principal fator de atribuição de valores. Porém, de forma ampliada, pode se referir a autenticidade estética, histórica, dos materiais, do sistema construtivo, da espacialidade, e de significados. Para se avaliar a autenticidade é necessário conhecer a originalidade do bem, sua evolução e transformações ao longo do tempo tanto na sua dimensão material quanto imaterial (ICOMOS, 1994).

Onde faltam fontes arquivísticas, bibliográficas ou quaisquer registros que permitam acessar a história da construção, a identificação do sistema construtivo, dos materiais e técnicas empregados, as análises tipológica e estilística permitem avançar no conhecimento do bem. Essas análises contribuem para que a edificação seja interpretada como documento capaz de revelar sua própria evolução, seu “DNA” e quando os resultados ainda forem insuficientes, contribuem para a indicação de janelas de prospecção mais assertivas. Frequentemente, é na interação entre a pesquisa histórica e a análise tipológica que mais se avança no conhecimento do fato arquitetônico, permitindo indicar no relatório que consolida essas informações a autenticidade do conjunto, a qualidade das intervenções e seus graus de integração.

Porém, esse conhecimento não pode ser alcançado satisfatoriamente ao se estudar uma edificação isoladamente (ARGAN, 1973) e, conforme a autora pôde constatar durante sua prática profissional aplicada em projetos de intervenção arquitetônica em São Luís, não há bibliografia específica sobre as tipologias das casas senhoriais ludovicenses, sendo necessário recorrer aos estudos das casas térreas e sobrados, dificultando a análise e interpretação desses bens, o que configura um risco durante as intervenções, em especial quando se propõe um novo uso, pois o desequilíbrio nas intervenções dos bens arquitetônicos, podem levar ao esvaziamento de significado e a perda do lugar (CARSALADE, 2007). Assim, mesmo que as inserções não sejam disfarçadas e se destaquem do pré-existente e ainda se busque a reversibilidade, a prática se mostra bem mais complexa que a teoria (VIÑAS, 2004).

Para se compreender os “solares”, voltou-se para a epistemologia da arquitetura. Dessa forma fez-se dois percursos: um teórico e um empírico. Além de um estudo da etimologia e semântica da palavra “solar” e das diferentes nomenclaturas usadas para se referir à “morada”, utilizou-se os métodos de procedimento histórico e comparativo para identificar suas origens, composições espaciais e características particulares dos “solares” ludovicenses, se aproximando do método tipológico ao se criar um “tipo solar ludovicense” conceitual e abstrato como ferramenta para análise.

Através da comparação das onze edificações, foi possível identificar o tipo “solar”, aplicado posteriormente a essas edificações isoladamente para aferir se atenderiam aos requisitos para serem reconhecidas como “solares”. Posteriormente foram contrastadas outras edificações do conjunto arquitetônico e paisagístico, identificando-se outros “solares” que ainda necessitam reconhecimento.

Assim sendo, organizou-se o trabalho em três partes principais:

Na segunda seção, *Tipos, Moradas e Solares*, discute-se a adoção da análise tipológica como meio de reconhecimento do edifício. Partindo-se do conceito de “tipos” e sua evolução, diferenciando-o de “modelo”. Contrasta-se, portanto, a acepção de Antoine-Christostome Quatrimère de Quincy⁶ com aquela de Jean-Nicolas-Louis Durand⁷, que além de serem importantes para a conceituação em si, foram contemporâneos ao acervo a ser analisado, contribuindo para a compreensão da arquitetura e da sociedade daquela época.

Construiu-se um conceito do “tipo” baseado principalmente nos autores italianos que versaram sobre a tipologia, mas em consonância com o “tipo ideal” proposto por Weber. Essa decisão se baseou em várias razões. A primeira, pela identificação da autora com a Escola de Morfologia Urbana. Segundo, no fato de um dos estudos mais avançados sobre a arquitetura residencial do centro histórico de São Luís, realizado pelo arquiteto urbanista José Marcelo do Espírito Santo, apresentado à Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do grau de mestre, ter se utilizado da Teoria Muratoriana para identificar as famílias tipológicas, facilitando os diálogos e permitindo um avanço maior a partir do que já foi conhecido. Além do exposto, essa abordagem permite tanto avançar na análise de edifícios emblemáticos do acervo ludovicense isoladamente como relacionar as suas conformações à configuração da cidade ao longo do tempo. E como o “tipo” para esses autores é um conceito orientador abstrato que remete à origem, ele poderá ser apropriado para aplicação do método tipológico para as análises causais na continuidade desta pesquisa.

Assim, fez-se uma revisão do arcabouço sobre a arquitetura residencial produzida em São Luís a partir da fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Para avançar o conhecimento estabelecido a partir dos estudos da casa produzido nos anos inaugurais do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN⁸, da arquitetura brasileira, dos livros de Olavo Pereira da Silva Filho sobre a arquitetura luso-brasileira no Maranhão, recorreu-se à tese de Margareth Gomes Figueiredo sobre o sistema estrutural adotado na construção do casario de São Luís (2014) entre outros trabalhos acadêmicos, aos relatos de viajantes estrangeiros do século XIX e à hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital. Uma série de buscas nos periódicos publicados no Maranhão a partir de 1821 possibilitou verificar a disponibilidade

⁶ Antoine-Christostome Quatrimère de Quincy (1755-1849) foi teórico e crítico de arte francês autor do *Dictionnaire d'Architecture*, parte da *Encyclopédie Méthodique* (1825) e *Dictionnaire Historique d'Architecture* (1832) onde se encontra o verbete 'tipo'.

⁷ Jean-Nicolas-Louis Durand (1760-1834) foi arquiteto e teórico da arquitetura francês. Foi professor da Escola Central de Obras Públicas que posteriormente se tornou Escola Politécnica de Paris entre 1795 e 1830. Defensor do funcionalismo, desenvolveu um método projetual compositivo, publicado em *Précis des leçons d'architecture*.

⁸ Inicialmente chamado de SPHAN, o órgão de proteção do patrimônio a nível nacional é atualmente chamado IPHAN.

de diversos elementos arquitetônicos e materiais construtivos no mercado de São Luís, seja entre anúncios das casas comerciais, dos anúncios de entrada de carga nas alfândegas, das mudanças na taxaço e impostos sobre diferentes produtos, nas mudanças de legislação e decisões da câmara, na crônica da vida cotidiana em uma cidade em transformação. Essas buscas contribuíram para aprofundar o conhecimento do processo tipo-morfológico e suas diversificações.

Como não havia estudos sobre os “solares” especificamente, fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre o seu conceito, e como essa classificação foi descrita por diferentes autores como a historiadora Antonia da Silva Mota (2012), o antigo coordenador da pesquisa para a edição do livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979) e do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (1981 – 1988), Luís Phelipe Andrés, e pelo Professor Helder Carita, que pesquisa e coordena o programa de colaboração entre Portugal, Brasil e Goa sobre a *Casa Senhorial*. Também foram confrontadas as definições nos dicionários de arquitetura como de Corona & Lemos e Albernaz & Lima, bem como em dicionários da língua portuguesa atuais e do século XIX. Percebeu-se assim que houve um primeiro deslocamento do significado de “solar”, da sua origem em “terra” para o edifício que se construiu no “solar” e posteriormente, por processos metonímicos, foi apropriado para designar a casa senhorial no Brasil produzida nos séculos XVIII até meados do século XIX. A partir disso, foi possível compreender como o conceito de “solar” foi adotado para diferenciar algumas edificações em São Luís, dando origem a uma categoria de edificações.

Percebe-se que durante o processo de significação, as palavras passam por uma categorização, que remete ao processo tipológico. Isso significa que esse “algo” é entendido como equivalente a determinadas coisas e diferente de outras. Ou seja, fazem parte de uma categoria pelo que têm em comum, pelos traços ou características que os distinguem de outros agrupamentos, permitindo a sua classificação.

A partir do estudo do conceito de tipologia, avançando para as abordagens mais apropriadas para o estudo e categorização dos solares em São Luís do Maranhão, na terceira seção, *Metodologia e Procedimentos de Análise* explicou-se como foram identificadas as edificações, definidas as amostragens, e descritos os procedimentos de análise.

Na quarta seção, foi realizada uma *Análise Comparativa dos Solares*, dividida em três momentos de análise: a configuração, a distribuição e o uso – *utilitas*; os sistemas estruturais e materiais construtivos – *firmitas*; e os elementos decorativos e composição estética – *venustas*,

verificando-se as similitudes, as divergências, as inter-relações. A compilação dos dados levantados nesses momentos de análise, foi apresentada na subseção Resultados da Análise fundamentada na observação minuciosa desses exemplares, de seus elementos constitutivos e através do método indutivo, buscou-se relações entre as amostras que levaram à generalização, e a caracterização geral de um tipo “idealizado”. Foi assim proposto um tipo “solar ludovicense”, evidenciando suas características essenciais, estruturas e variantes em conexão com as teorias estudadas, distinguindo-o dos sobrados e delineando a sua evolução temporal. Essa tipologia, foi então testada e comparada a outras edificações do conjunto arquitetônico e urbanístico de São Luís, identificando-se assim outros exemplares de “solares”, apontando para novas hipóteses para a evolução urbana de São Luís e possíveis interpretações da paisagem cultural.

Dessa forma, acredita-se que os resultados obtidos proporcionarão maior robustez ao arcabouço teórico sobre as moradas maranhenses, contribuindo para a melhor compreensão das características peculiares dos “solares”, sua interpretação e a identificação das suas unidades potenciais, valorizando todo o seu potencial, com respeito à sua relevância e importância histórica e subsidiando a etapa de “conhecimento do bem” nos diferentes projetos de restauração e requalificação dessas edificações no Centro Histórico de São Luís.

2 TIPOS, MORADAS E SOLARES

2.1 Tipologias e Tipos

A Tipologia é o estudo ou a análise dos tipos, aplicada em diferentes áreas do conhecimento onde a sistematização e a categorização são importantes. "É a disciplina que se ocupa da discussão, classificação e fundamentação dos 'tipos'" (GREGOTTI *apud* TOURINHO, 2014, p.142), cuja acepção tem variado ao longo do tempo, para assumir tanto na língua portuguesa (tipo)^{9, 10} como na língua inglesa (type)^{11, 12} os significados de algo que reúne as características consideradas como exemplares, de modelo que deve ser imitado; bem como do conjunto de traços ou características comuns a um determinado grupo que o distingue de outros, permitindo a sua classificação.

Para o pensador alemão Max Weber (1864 - 1920), o conceito de "tipo ideal" é um "conceito histórico-concreto" que "abstrai de fenômenos concretos o que existe de particular, constituindo-se assim um conceito individualizante" (TRAGTENBERG, 1980, p. X). Weber construiu sua teoria dos tipos ideais para estudar fenômenos sociais uma vez percebida a inadequação dos procedimentos metodológicos das ciências naturais para compreender os sentidos contidos nas ações humanas. Pois, para ele, dada a complexidade do contexto social, as leis sociais "estabelecem relações causais em termos de regras de probabilidade, segundo as quais a determinados processos devem seguir-se, ou ocorrer simultaneamente, outros." (TRAGTENBERG, 1980, p. XII). Ela vai além da conceituação generalizadora, pois se realiza no campo das abstrações. Para se tratar a realidade, primeiro realiza um processo de "contratação conceitual" que permite verificar a aproximação ao tipo ideal. E depois, formula hipóteses explicativas. Para a análise das interrelações entre os fenômenos sociais seriam

⁹ **tipo**. [Do gr. *týpos*, 'cunho, molde, sinal'.] *S. m.* 1. Aquilo que inspira fé como modelo. 2. Coisa que reúne em si os caracteres distintivos de uma classe; símbolo (...). 3. Exemplar, modelo. (FERREIRA, 1986, p.1679).

¹⁰ **ti-po** (latim *typus*, *-i*, do grego *típos*, *-ou*, golpe, marca, representação, imagem, caráter, modelo) *substantivo masculino* 1. Conjunto de traços ou características comuns a uma classe de seres ou coisas. = ESPÉCIE, SORTE 2. Conceito que exprime a essência comum a um conjunto de coisas ou seres e que serve como paradigma. = MODELO. Coisa ou ser que possui as características que são consideradas como exemplares da sua classe = SÍMBOLO (PRIBERAM, 2008-2013).

¹¹ **type** /taɪp/ n 1 [C] person, thing, event, etc considered as an example of a class or group (...) 2 [C] class or group considered to have common characteristics. (OXFORD, 1984, p. 934).

¹² **type** 1 a: a particular kind, class, or group (...) 1 b: something distinguishable as a variety: sort (...) 1 d: a typical and often superior specimen 1 e: qualities common to a number of individuals that distinguish them as an identifiable class: such as (**1**): the morphological, physiological, or ecological characters by which the relationship between organisms may be recognized (...) **3**: a distinctive mark or sign (MERRIAM-WEBSTER, 2019).

necessários quatro tipos de ação: ação racional em relação a fins, ação racional em relação a valores, ação afetiva e ação tradicional. Sendo que Weber lembra da impossibilidade de ações puras, assim a própria individualização seria uma abstração, sendo a análise puramente conceitual na busca da compreensão dos sentidos sociais.

O historiador e teórico da arte italiano, Giulio Carlo Argan (1973) considerou que a palavra "tipologia" foi apropriada pela teoria arquitetônica neoclássica, quando se propôs reviver os *tipos* dos edifícios da Antiguidade, pois se anteriormente à "Era da Razão" o estilo ou a forma do edifício eram resultantes da prática construtiva tradicional ou baseada nos tratados de Vitruvius (Séc. I A.C descoberto no Sec. XV); Alberti (Sec. XV); Serlio, Vignola, Palladio e Scamozzi (Séc XVI) (SUMMERSON, 1964), a partir do Século XVII, na França, a idealização da arquitetura clássica romana passou a ser questionada (SUMMERSON, 1964). Despertou-se o interesse pela base racional das escolhas e "as pessoas começaram a ficar mais exigentes a respeito de estilo e estilos." (GOMBRICH, 1988, p. 376). Havia um incômodo provocado pela redução da arquitetura à "manipulação de ordens e proporções" (PICON, 2000, p.15) e uma crescente vontade de se romper com a tradição. "Esse processo não se dá, entretanto, abruptamente, acontecendo de forma gradual e progressiva." (CASTRIOTA, 2009, p. 50). O espírito crítico, a racionalidade, as expedições que proporcionaram o contato com culturas exóticas, a infinidade de novos programas de necessidades de edifícios para os quais a tradição pouco ajudava, a disponibilidade de novos materiais e as mudanças sociais ocorridas, especialmente na França na segunda metade do Século XVIII, provocaram uma crise da arquitetura e a necessidade de renovação. "Tudo aquilo que até então fora aceito sem discussão passa a ser submetido ao crivo rigoroso da análise racional." (CASTRIOTA, 2009, p. 51). Aquele momento também marcou a cisão entre a Arquitetura e a Engenharia. Enquanto a Arquitetura se voltaria para a prática ideativa e projetual, com especial atenção às fachadas, a Engenharia se concentraria na execução. Na busca dessa renovação no campo da arquitetura, a aplicação do método analítico, que demandava a decomposição do objeto de análise, atraiu os olhares para o "Homem em seus primórdios, sem nada para ajudar ou guiar além de seu instinto natural para satisfazer suas necessidades"¹³ (LAUGIER *apud* PICON, 2000, p. 19, tradução nossa). Foi então, nesse contexto, que o estudo dos *tipos* arquitetônicos teve seu início.

¹³ Tradução da autora da versão em inglês - "Consider man in his earliest origins, without aid or guide other than the natural instinct to satisfy his needs."

Apesar de não citar o conceito *ipsis litteris*, Argan (1973) elegeu como a “mais interessante” definição de tipologia aplicada à arquitetura aquela de Quatremère de Quincy publicada na *Encyclopédie méthodique ou par ordre de matière, Architecture* (1825):

Tudo precisa de um antecedente. Nada, de que gênero for, vem do nada; e isso não poderia deixar de se aplicar a todas as invenções dos homens. Também observamos que, apesar das mudanças posteriores, tudo conserva sempre visível, sempre perceptível ao sentimento e à razão, o **princípio elementar**, como **um núcleo em torno do qual se agregam**, e, conseqüentemente, **o qual determina os desenvolvimentos e as variações das formas** as quais o objeto está suscetível. Assim sendo, nos chegam milhares de coisas de todos os gêneros. Uma das principais ocupações da ciência e da filosofia, para entender as razões é pesquisar **a origem e a causa primitiva**. Isso que deve ser chamado de tipo (tipologia) em arquitetura, assim como em todas as outras áreas de invenções e das instituições humanas.

Para resgatar o **princípio original, o tipo** da formação da arquitetura, em diversos países, mais que um caminho, o principal se encontrará na natureza de cada região, na sua história, e até mesmo nos monumentos artísticos realizados [...] ¹⁴ (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1825, p. 544, grifos nossos, tradução nossa).

Em seu esforço para explicar a origem da arquitetura, Quatremère de Quincy identificou os três 'tipos' primevos a partir dos quais, para ele, todos os abrigos derivam. Acrescentou, assim, a *caverna* usada por sociedades nômades e caçadoras, e as *tendas* portáteis das coletoras às *cabanas* descritas por Laugier¹⁵ como a origem da arquitetura (FIG. 1), associando-as às sociedades sedentárias, incorporando a ideia da influência das necessidades sociais e hábitos dos diferentes grupos humanos na produção do seu espaço.

Quatremère de Quincy buscou, então, esclarecer seu entendimento de *tipo*, que convergia com a conotação iluminista de “essência”, um princípio orientador que se dá no campo das ideias e que pode se concretizar em uma infinidade de variações no edifício, algo diferente do *modelo*, que seria um objeto a ser imitado e reproduzido mecanicamente de forma exata e precisa: “A palavra *tipo* apresenta menos a imagem de uma coisa a copiar ou imitar completamente, que a

¹⁴ Tradução da autora do original em francês - Il faut un antécédent à tout. Rien, en aucun genre, ne vient de rien, et cela ne peut pas ne point s'appliquer à toutes les inventions des hommes. Aussi voyons-nous que toutes, en dépit des changements postérieurs, ont conservé toujours visible, toujours sensible au sentiment et à la raison, ce **principe élémentaire, que est comme une sorte de noyau autour duquel se sont agrégés**, et auquel se sont coordonnés, par la suite, **les développements et les variations de formes dont l'objet était susceptible**. Ainsi, nous sont parvenues mille choses, en tout genre, et une des principales occupations de la science et de la philosophie, pour en saisir les raisons, est d'en rechercher **l'origine et la cause primitive**. Voilà ce qu'il faut appeler type em architecture, comme dans toute autre partie des inventions et des institutions humaines. Il y a pour remonte au principe originaire, et au type de la formation de l'architecture, en divers pays, plus d'une route qui y conduit. Les principales seront dans la nature de chaque région, dans les notions historiques, et dans les monuments mêmes de l'art développé. [...]

¹⁵ Marc-Antoine Laugier (1713-1769) era um sacerdote jesuíta e pensador francês. Foi autor de *Essai sur l'Architecture* (1753) e Observations sur l'architecture.

ideia de um elemento que deve ele mesmo servir de regra ao modelo. [...] é um objeto de acordo com o qual todos podem conceber obras que não assemelham entre si.¹⁶” (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1825, p. 544, tradução nossa).

FIGURA 1 – Cabana Primitiva de Marc-Antoine Laugier



LAUGIER, Marc-Antoine. Essai sur l'Architecture, 1753.

Fonte: archdaily.com.br

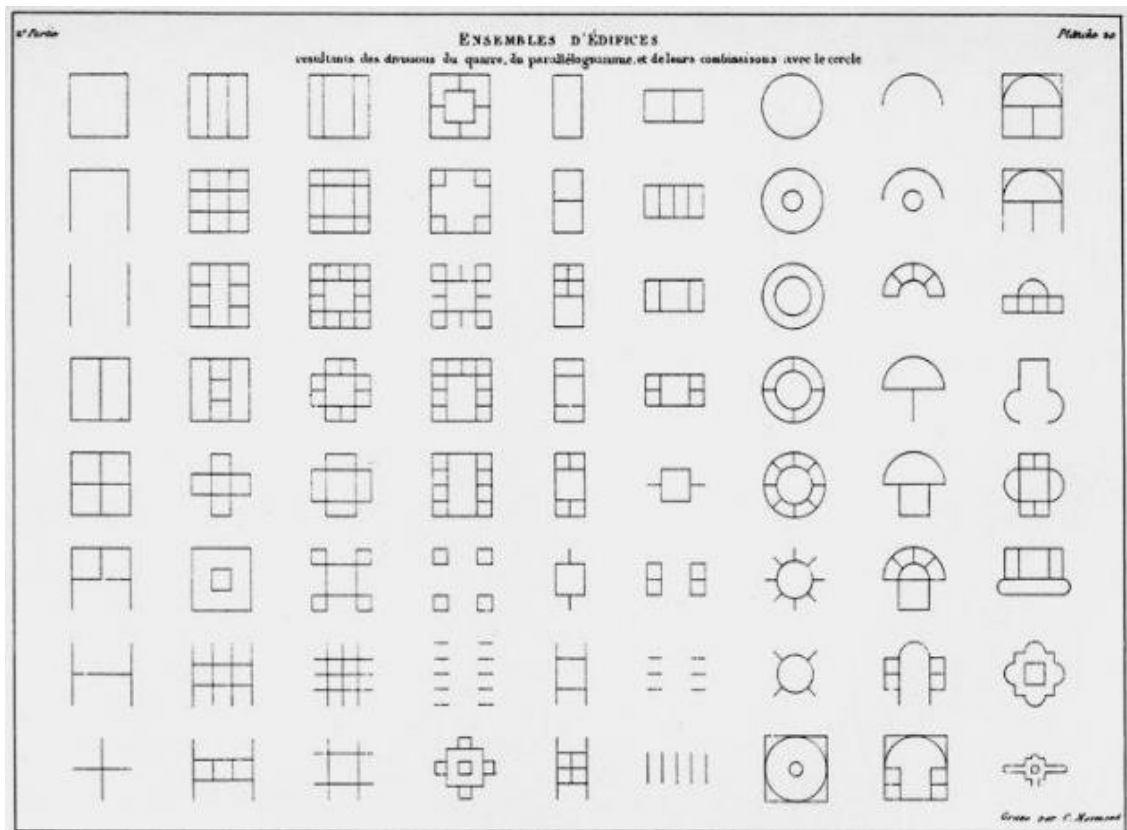
Em contraponto, seu contemporâneo, o arquiteto francês Jean-Nicolas-Louis Durand acreditava que a origem da arquitetura seria uma “quimera” (DURAND, 2000) e que essa investigação não resolvia a grande lacuna entre volumes simples, suas funções elementares e a complexidade dos programas dos novos edifícios em demanda em plena revolução industrial. Como professor, entre 1795 e 1830, da Escola Central de Obras Públicas, que posteriormente se tornou a Escola Politécnica de Paris, seu interesse recaiu sobre a racionalização da prática projetual arquitetônica, que sob sua ótica, considerando o momento após a Revolução Francesa, deveria responder aos anseios de *conveniência*¹⁷ e *economia*. Defensor do funcionalismo, desenvolveu um método projetual compositivo, publicado em *Précis des leçons d'architecture* onde apresenta uma classificação dos edifícios baseada nos aspectos geométricos e composicionais (FIG. 02). Influenciado pelos avanços da taxonomia e da geometria descritiva, a partir da

¹⁶ Tradução do original em francês - Le mot *type* présente moins l'image d'une chose à copier ou à imiter complètement, que l'idée d'un élément qui doit lui-même servir de règle au modèle. [...] est un objet d'après lequel chacun peut concevoir des ouvrages qui ne se ressembleront pas entr'eux.

¹⁷ Tradução do inglês “*fitness*”, que também poderia ser traduzido como: preparo físico, adequação, aptidão, condição física, conveniência e estado físico. Durand (2000), diz que para ser apropriado (fit) para seu propósito, o edifício precisa ser sólido, salubre e cômodo.

análise de diversos edifícios, catalogou os elementos constitutivos da arquitetura que poderiam ser combinados e agenciados, simplificando e facilitando o trabalho do arquiteto. No entanto, Durand ignorou o contexto histórico, geográfico ou simbólico na sua categorização, dando ênfase à forma e ao agenciamento dos espaços (FIG. 03). Mesmo porque seu propósito era tornar a prática projetual mais pragmática, com um “objetivo tangível e racional” de utilidade de uma arquitetura autônoma e para a sua popularização, atendendo aos anseios de uma nova classe social em ascensão.

FIGURA 2 – Redução Geométrica para Composições dos Edifícios



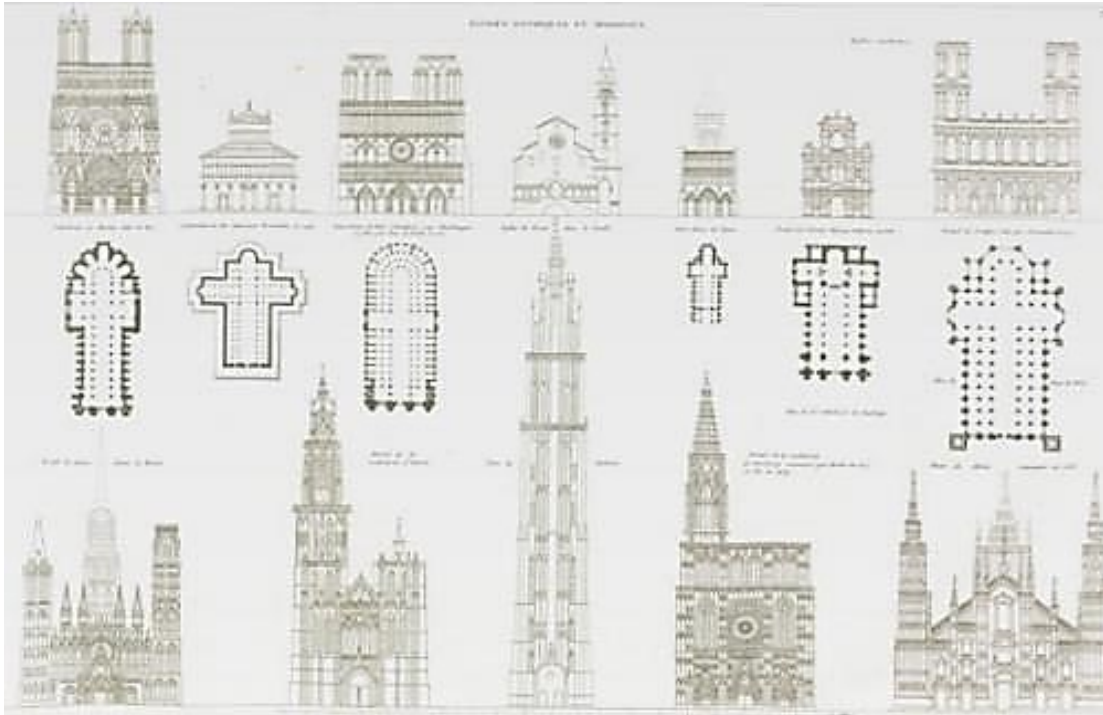
Fonte: DURAND, 2000, p. 258.

Ao priorizar a geometria da arquitetura, sua função e uso, reduziu a significância da aparência, do estilo ou caráter do edifício. Durand acreditava que o aspecto estético do edifício não deveria ser o fim, e que ele se revelaria ao tratar a arquitetura segundo seus princípios verdadeiros. Apesar de não ser sua intenção, seu método composicional favoreceu o aparecimento do ecletismo que se firmou ao longo do século XIX.

No pós-guerra, a necessidade de reconstrução das cidades seguindo princípios de racionalidade e economia, os princípios de Durand são resgatados, despidos os edifícios de sua decoração e resgatando as formas e proporções mais simples. Durante o movimento do modernismo, que ocorreu no século XX, a aceção de *tipo* como *modelo* reproduzível ganhou força, à medida que

a arquitetura passou a ser vista como mercadoria a ser produzida em série, em escala industrial: “um método prescritivo direcionado sobretudo a apoiar a prática do projeto.” (TOURINHO, 2014, p. 143), para atender às demandas de um homem “tipo”.

FIGURA 3 - Templos Católicos



Fonte: DURAND, Recueil et parallèle des édifices de tout genre, anciens et modernes (1800).

Essa reproduzibilidade homogeneizadora da arquitetura e do urbanismo modernos, que apagam os traços culturais locais, encontrou críticas principalmente na Itália pós-guerra, onde Saverio Muratori¹⁸ construiu sua teoria sobre a formação das cidades, base fundamental da Escola de Morfologia Urbana Italiana. Muratori formulou o seu conceito de *tipo* como a configuração de uma edificação que surge a partir da *consciência espontânea* de cada povo, refletindo seus valores, sendo a síntese de sua cultura e sua extensão, ou seja, ele retomou a ideia de *germe preexistente*, um princípio elementar, de natureza conceitual e estrutural capaz de alimentar um contínuo processo de adaptação e criação arquitetônica. Porém, seu objetivo era identificar o *tipo* para aplicá-lo como princípio base no desenvolvimento de novos projetos arquitetônicos, de forma que a arquitetura contemporânea pudesse resgatar e refletir sua essência cultural local, evitando-se o desvanecimento da diversidade cultural arquitetônica. Seus seguidores, Caniggia e Maffei, definiram que a tipologia seria “um conjunto orgânico de conhecimentos que se

¹⁸ Saverio Muratori (1910 - 1973) estudou arquitetura na Escola de Roma, tendo como mentores Vincenzo Fasolo e Gustavo Giovannoni. Inicialmente, teve sua prática arquitetônica influenciada pelo movimento moderno e pelo racionalismo escandinavo. A partir da sua atividade acadêmica, desenvolveu seu conceito de história operativa baseado na compreensão da cidade como um organismo, como uma coleção de obras de arte e com a visão de planejamento de novas edificações em continuidade à cultura construtiva local.

desenvolve a partir do fazer arquitetônico e se consolida na história, passíveis de serem concretizados nas formas arquitetônicas” (NASCIMENTO *apud* TOURINHO, 2014, p. 144), e organizaram um manual de *tipos* de edifícios, *Composizione Architettonica e tipologia edilizia 1: lettura dell’edilizia di base*, publicado pela primeira vez em 1979, reeditado 12 vezes e adotado em cursos de arquitetura. Sua tradução para o Espanhol em 1995, para o Francês em 2000 e para o Inglês em 2001 contribuiu para a divulgação da teoria muratoriana.

De forma semelhante, Giulio Argan retomou os conceitos de Quatremère de Quincy em 1963, “esclarecendo os matizes terminológicos de tipo e modelo como instrumentos teóricos básicos com os quais se operaria a *mimesis* arquitetônica” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 20), postulando que o *tipo* seria o conceito, o princípio, enquanto o *modelo* seria o objeto visível e palpável. Em outras palavras, Aldo Rossi explica que o *tipo* seria o enunciado lógico que precederia a forma e que a constituiria. Assim, *tipo* e *forma* não se confundiriam, “mesmo sendo todas as formas redutíveis a tipos” (TOURINHO, 2014, p. 144), também esclarecido por Espírito Santo:

O tipo se identificou com a lógica da forma, com base na razão e no uso, de maneira que podemos pensar em todas as obras da arquitetura que ao largo da história alcançaram a categoria de típicas ao identificar-se com uma forma precisa, como filhas daquela suposta lógica que as dotava de sentido, ao mesmo tempo que estendiam uma ponte em direção ao passado. O tipo que encontrava sua razão de ser na história, na natureza e no uso, não deveria, portanto, ser confundido com o modelo, a repetição mecânica do objeto. (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 24).

O *tipo*, então, seria um construto desenvolvido ao longo da história através das vivências de diferentes experiências de concepção dos espaços, para atender às “necessidades e aspirações de beleza” (ROSSI, 1982, p. 40) de uma determinada sociedade, sendo assim resultante de uma formulação coletiva, na qual o construtor se baseia para dar forma a novos edifícios, incorporando aperfeiçoamentos e inovações conforme suas necessidades atuais, mas onde uma essência constante se manifesta. Ou seja, haveria um princípio lógico anterior, de onde se deriva a forma (ARGAN, 1963; ROSSI, 1982).

O tipo é, portanto, uma constante e se manifesta com um caráter de necessidade; mas apesar de ser predeterminado, reage dialeticamente com a técnica, a função e o estilo, bem como com o caráter coletivo e o momento individual do artefato arquitetônico. (ROSSI, 1982, p. 41, tradução nossa)¹⁹.

¹⁹ Tradução da autora do inglês - “Type is thus a constant and manifests itself with a character of necessity; but even though it is predetermined, it reacts dialectically with technique, function and style, as well as with both the collective character and the individual moment of the architectural artifact”.

Desta forma, não é possível estabelecer um *tipo* a partir de um único edifício. É necessária a confrontação e a fusão de uma série de edifícios que mantenham uma analogia formal e funcional entre si, para a dedução do esquema de articulação espacial que se forma, em resposta prática às demandas ideológicas (AGAN, 1963). É exatamente por ser o resultado da análise de uma série, se afastando da sua dimensão material, que Nascimento entende que o tipo “seria, na verdade, uma instituição social, uma solução a demandas eminentemente relacionais dos indivíduos.” (NASCIMENTO, 2010, p. 108).

Apesar disso, esse princípio ordenador dos espaços se revela e pode ser reconhecido em toda construção. Por ser um elemento cultural, Rossi alega que “pode ser investigado em diferentes artefatos arquitetônicos; a tipologia se torna assim o momento analítico da arquitetura, e se torna prontamente identificável ao nível dos artefatos urbanos”. (ROSSI, 1982, p. 40-41, tradução nossa)²⁰. Esta ideia também é compartilhada por Maffei:

A forma como um ambiente antropizado é estruturado está conectada, à medida que está associada ao processo histórico-construtivo, o que pode ser interpretado através da tipologia: os traços físicos da experiência humana realizados em cada contexto cultural e, portanto, 'cultura material' viva. (MAFFEI, 2018, p. 10, tradução nossa)²¹.

Apesar de “constante” e reconhecível em diferentes artefatos arquitetônicos, não é possível dizer que o *tipo* seja algo imutável. A inovação se daria sempre através de um dialogismo entre as demandas contemporâneas e a crítica às soluções passadas sintetizadas no *tipo*, que, a partir de sua concretização, passaria a compor a série de experiências em sua contínua atualização. Contudo, essa atualização se dá de forma lenta e gradual, especialmente nos edifícios residenciais. Talvez porque, como Caniggia alerta, “o Homem e o ambiente construído estão em uma relação simbiótica e não dialética²².” (WHITEHAND *in* CANIGGIA, 2001, p. 20, tradução nossa). Assim, não teríamos total liberdade para escolher a conformação dos ambientes que produzimos, pois fazemos parte de uma rede de subjetividades.

As edificações estão tanto “dentro” (parte de nossa natureza e conhecida como nossa consciência espontânea) quanto “fora” de nós (elas são cultivadas, e em alguns casos, reformuladas pela nossa consciência crítica). “Dentro” pode ser interpretado como tradição, uma vez que a consciência espontânea advém da experiência coletiva de longo prazo, enquanto “fora” personifica o efeito das

²⁰ Tradução da versão em inglês - “It is also, then, a cultural element and as such can be investigated in different architectural artifacts; typology becomes in this way the analytical moment of architecture, and it becomes readily identifiable at the level of urban artifacts.”

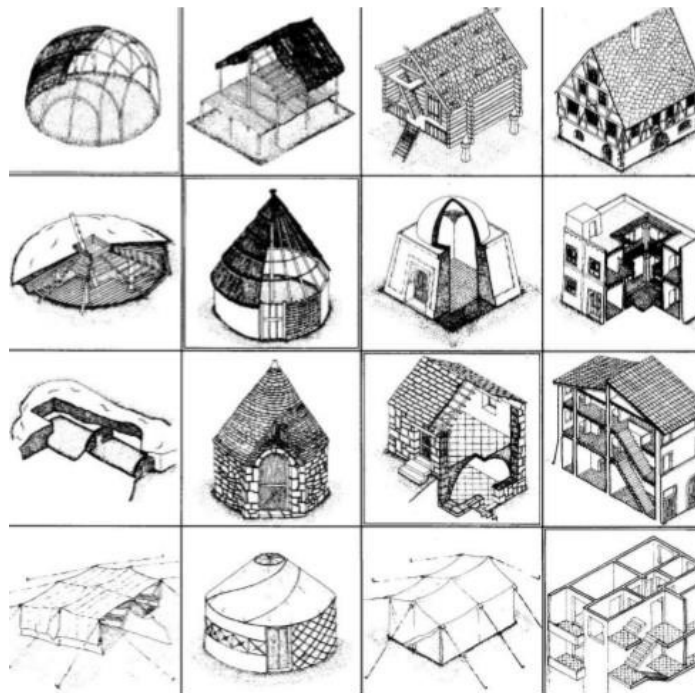
²¹ Tradução da versão em inglês - “The way a manmade environment is structured is connected, to the point where it is associated with the historical-construction process, which can be interpreted through typology: the physical trace of human experience as realised in each cultural context and, therefore, living 'material culture'.

²² Tradução do original em inglês - “(...) for Caniggia, man and built environment are in a symbiotic not a dialectic relationship”

forças sociais em ação em um dado momento.²³ (WHITEHAND *in* CANIGGIA, 2001, p. 20, tradução nossa).

Entre os diferentes edifícios, a casa seria aquela que mantém relações mais estreitas com a cultura local, como já havia revelado Viollet Le Duc em seu *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI au XVI siècle*: “na arte da arquitetura, a casa é certamente aquela que melhor caracteriza os costumes, gostos e usos de um povo; seu ordenamento, assim como sua organização, muda apenas no decorrer de longos períodos de tempo.”²⁴ (VIOUET-LE-DUC *apud* ROSSI, 1982, p. 70, tradução nossa) (FIG. 4). Isso se deve basicamente a duas razões: há diversos exemplares no próprio local para servir de referência; além disso, a casa nem sempre é produto de um projeto realizado por profissionais educados, capazes de exercer sua consciência crítica, fazendo com que a tradição exerça uma influência ainda maior no processo construtivo.

FIGURA 4 - Visão geral de um conjunto de tipos habitacionais.



Reproduzido de Cataldi (ed.) (1986).

Fonte: Cataldi, Giancarlo; Maffei, Gian Luigi; Vaccaro, Paolo, 2014, p. 32.

²³ Tradução do original em inglês - Buildings are both “inside” us (part of our nature and known as our spontaneous conscience) and “outside” us (they are nurtured, and in some cases, reshaped by our critical conscience). “Inside” can also be interpreted as tradition, for the spontaneous conscience comes from the long-term collective experience, while “outside” embodies the effect of the social forces at work at a particular moment. In those terms, modernism can be defined as a time when our critical conscience dominates our spontaneous conscience, and when our “shells” become over-engineered and shaped by temporary social forces.

²⁴ Tradução da versão em inglês - “In the art of architecture, the house is certainly that which best characterizes the customs, tastes, and usages of a people; its order, like its organization, changes only over very long periods of time.” (ROSSI, 1982, p. 70).

De forma diferente, as edificações especializadas são, frequentemente, concebidas por um profissional que imprime sua interpretação pessoal. Quanto menor o número de exemplares previamente construídos em uma mesma área cultural e menor a experiência do profissional, mais liberdade ele tem para exercer sua consciência crítica, podendo buscar referências de edificações semelhantes em outras áreas culturais. Isso pode conferir um grau de dificuldade maior à análise do processo formativo do *tipo* de edifícios especializados (MAFFEI, 2018), mas, segundo Muratori, quando soluções diferenciadas são exigidas, ainda assim, o construtor se apoiará nos valores herdados e na sua *consciência espontânea*, o que torna perceptível a marca do *tipo base* ou *básico* em sua obra (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

Para compreender a arquitetura, em toda a sua complexidade, é necessário dissecá-la. E a análise tipológica seria um bom método, ao identificar a formação do *tipo*, e entender os processos tipológicos, suas alterações e como essas alterações estão fortemente ligadas às mudanças culturais. Para determinar o *tipo* (*tipo básico* para Muratori), Argan explicou seu método analítico e comparativo entre edifícios, explicando que “se tratamos de analisar o que é o *tipo*, devemos antes de tudo estabelecer níveis. A tipologia arquitetônica tem níveis distintos.”²⁵ (ARGAN, 1973, p. 30, tradução nossa). Poderíamos, então, classificar os edifícios de acordo com sua forma e distribuição dos espaços; ou a sua função; ou seus elementos decorativos. E embora se possa chegar a um número infinito de subtipos, a tipologia arquitetônica apresenta três categorias: a configuração completa do edifício, seus elementos estruturais e os elementos decorativos, que poderíamos relacionar ao que Durand (2000) chamou de *distribuição, construção e decoração* ou retornar à tríade vitruviana *utilitas, firmitas e venustas*.

Cannigia, por sua vez, fala da necessidade de separar os componentes construtivos em quatro categorias: *elementos, estruturas elementares, sistemas estruturais e organismos sistêmicos*, sendo necessário analisar a relação desses componentes com as escalas imediatamente maior e menor e como esses são organizados para formar uma composição. (CANIGGIA, 2001, p.73). Argan chama atenção para a maneira através da qual é feita essa composição, ou seja, “a associação de elementos arquitetônicos, se faz segundo um esquema que, na maioria dos casos – mais ainda, poderíamos dizer na totalidade – é um esquema tipológico.”²⁶ (ARGAN, 1973, p. 29, tradução nossa).

²⁵ Tradução da autora do espanhol - “si tratamos de analizar qué es el *tipo*, debemos ante todo establecer niveles. La tipología arquitectónica tiene niveles distintos”.

²⁶ Tradução da autora do espanhol - la asociación de elementos arquitectónicos, se hace según un esquema que, en la mayoría de los casos – más aún, podríamos decir en la totalidad – es un esquema tipológico.

No entanto, para se chegar ao *tipo*, seria necessária a comparação entre os edifícios, identificando as características comuns a todos os exemplos da série, eliminando as particularidades, até se chegar a um esquema que não tem valor formal artístico, mas uma forma raiz essencial que permite uma infinidade de variações formais e modificações estruturais, um esquema de distribuição espacial dos elementos com uma função específica (ARGAN, 1963; 1973).

Percebe-se, contudo, que pelo fato de os “solares” serem uma especialização dos tipos residenciais, se destacam do ambiente construído, tornam-se marcos na malha urbana e referenciais para outras edificações. Como Maffei (2018) alerta, no entanto, o fato dos *tipos especializados* se encontrarem em número reduzido pode representar maior dificuldade para uma análise, prejudicando e obscurecendo os resultados da comparação. Além disso, são, frequentemente, criações de arquitetos ou engenheiros dotados de uma consciência crítica que, por vezes, buscam romper com a tradição local, e ocasionalmente recorrem a outras áreas culturais para inspiração. Desta forma,

não só deveríamos conhecer a formação do arquiteto, seu treinamento e currículo; também precisamos estudar a relação entre a localização, suas características tipológicas e a interpretação delas pelo arquiteto através de seu trabalho. Apenas assim poderemos compreender todos os componentes conceituais e pré-operativos que formam a base dos edifícios especializados.²⁷ (MAFFEI, 2018, p. 8, tradução nossa).

Isso posto, percebe-se que a análise tipológica das casas senhoriais precisa ir além de uma dissecação de seus sistemas, estruturas, elementos, sua composição e agenciamento. Será necessário entender profundamente o estado da arte da construção civil no Maranhão em um momento de mudanças significativas na sociedade e nas ciências.

Como é possível perceber, o entendimento do *tipo* se modificou ao longo do tempo, ora designando um conceito abstrato ideal capaz de orientar a criação, ora um modelo a ser reproduzido mecanicamente na íntegra. Se a *tipologia*, como o estudo dos tipos, pode ser vista por alguns como restritiva na criação de novas edificações, ela tem se mostrado adequada para a análise dos processos históricos e culturais que agem sobre a produção arquitetônica em uma determinada área cultural.

²⁷ Tradução da versão em inglês - Not only should we know an 'architect' educational background, his or her training and 'CV'; we also need to study the relationship between the location, its typological characteristics and an architect's interpretation of them through his or her work. Only in this way can we thoroughly understand all the conceptual and pre-operative components that form the basis of specialized buildings.

Ao se considerar que as onze edificações de que trata esta pesquisa fazem parte de uma mesma área cultural, o centro histórico de São Luís no Maranhão, e que apesar de distintas entre si foram denominadas “solares”, busca-se identificar o conjunto das características elementares, comuns a essa série de edificações capazes de distingui-las de sobrados e casas térreas, o *tipo*. Ou seja, a ideia de “solar ludovicense” preexistente às suas construções. Entendendo que cada um dos “solares” passou a compor o *corpus* de referência, possibilitando a crítica e introdução de inovações para melhor atender às especificidades de cada nova edificação e influenciando a concepção e construção dos “solares” seguintes, e por conseguinte, de todo o conjunto.

2.2 Famílias Tipológicas Ludovicenses

Além dos textos dos viajantes do século XIX, uma das primeiras descrições do casario que compõe o centro histórico de São Luís do Maranhão e que faz referência à sua tipologia foi encontrada em um artigo do historiador norte-americano Robert Chester Smith, que se dedicou ao estudo da história da arte e da arquitetura em Portugal e no Brasil. Publicado na revista *The Pan American Traveller*, em 1938, o artigo traz as impressões de Smith sobre a arquitetura em São Luís, sua parada inaugural durante a sua primeira viagem de estudo ao Brasil, em 1937, que incluiu Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nesse artigo, Smith comparou a arquitetura ludovicense àquela encontrada nas cidades costeiras portuguesas, da Ilha da Madeira e dos Açores, chamando atenção para os “palacetes”, que “imitam os de Lisboa e do Porto, cujas paredes ainda têm a aparência festiva, com seus azulejos pintados vindos da Holanda e seus delicados balcões de ferro batido” (SMITH, 2012, p. 71). Em outros artigos sobre a arquitetura brasileira, Smith coloca São Luís entre os lugares no Brasil onde a “arquitetura colonial”²⁸ foi melhor preservada, mantendo-se estreitamente portuguesa, e sugere que quem estudasse a “arquitetura colonial” brasileira deveria considerar o Brasil “[...] como a maior província arquitetural de Portugal, e examinar com cuidado as inúmeras ligações que nos dois países constituíram sempre um único estilo luso-brasileiro” (SMITH, 2012, p. 53).

Aproximadamente vinte anos mais tarde, uma análise expedita do conjunto urbano de São Luís foi realizada pela arquiteta e urbanista carioca Dora Alcântara, em resposta ao pedido de Rodrigo de Mello Franco, então presidente do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico

²⁸ Frequentemente encontra-se o uso da expressão “Arquitetura Colonial” para designar também a arquitetura produzida após a Declaração da Independência do Brasil e, portanto, do Período Imperial. Seria possível supor que sob regência da Casa de Bragança não se percebe socialmente a distinção entre as duas fases.

Nacional - SPHAN, atual IPHAN. O resultado dessa análise do casario compôs o relatório de instrução no processo de tombamento do conjunto urbano de São Luís, com a indicação dos elementos que deveriam ser preservados na cidade. Apesar de expedita, essa análise apontava para a existência de uma família tipológica do casario que compõe o conjunto urbano construído nos séculos XVIII e XIX, onde “vêm-se todos os tipos de casas térreas, desde a ‘porta e janela’ até a ‘morada e meia’ (porta e 6 janelas) e das diversas modalidades de sobrado.” (ALCÂNTARA, 1959, p. 88). Alcântara chamou atenção para as características e elementos que valorizam as construções, como “a elegância das proporções de certos sobrados, a esquadria da fachada posterior, os cancelões de madeira que separam o vestíbulo da varanda, as grades de ferro e às vezes de madeira, os mirantes, o fôrro (*sic*) em régua de madeira alternadas com vazios favorável à ventilação e, em alguns casos, o aspecto interno da casa que não parece ter sido alterado em nada ou, pelo menos, quase nada” (ALCÂNTARA, 1959, p. 89).

Em seu relatório, Alcântara indicou como um elemento marcante da arquitetura ludovicense o mirante, listando 158 edifícios onde esse elemento se destacava dos panos dos telhados.

os mirantes que o professor Rubem Almeida diz terem sido construídos para sinalização. “De acordo com o código de sinais, semafóricos para o dia, para a noite cromático, os grandes comerciantes, seus proprietários, entravam em franca comunicação com os navios muito antes de demandarem a barra, sobre alta ou baixa de preços, que nos gêneros a chegar, quer dos a partir, entre os quais sobrelevava o algodão”. Aluísio Azevedo diz que nesses mirantes dormiam os empregados da loja. Ambos podem ter razão. O primeiro por ser grande conhecedor da história do Maranhão; o segundo, o retratista da vida social de sua terra. Para nós, o mirante, resolve problemas de iluminação e ventilação da parte central da casa. O resto é aproveitamento. (BARRETO, 1938, p. 210-211).

Outra relação integrante desse relatório trazia os endereços de 184 edifícios azulejados que fizeram São Luís ser reconhecida como “a cidade dos azulejos”. Alcântara relatou que o historiador de arte português, especialista em azulejaria, João Miguel dos Santos Simões (1907-1972) havia identificado a origem da maioria dos azulejos encontrados em São Luís como portugueses, contradizendo assim o que Smith disse anteriormente. Esse revestimento de caráter tanto utilitário quanto decorativo tornou-se um dos principais objetos de interesse e estudo de Alcântara, o que resultou, além dos diversos artigos e apresentações em congressos, na publicação do livro *Azulejos Portugueses em São Luís do Maranhão* (1980). Esse livro traz um inventário da azulejaria no Maranhão, suas tipologias, identificação das fábricas de origem e o período de produção dos diferentes padrões. A partir dessa investigação, Alcântara estendeu os limites territoriais do seu objeto de estudo e organizou o livro *Azulejos na Cultura Luso Brasileira* (1997) e publicou em 2016 o livro *Azulejaria em Belém do Pará: Inventário -*

*Arquitetura civil e religiosa - Séculos XVIII a XX*²⁹, escrito em parceria com as arquitetas Stella Regina Soares de Brito e Thaís Alessandra Bastos Caminha Sanjad, a partir das pesquisas iniciadas em 1971.

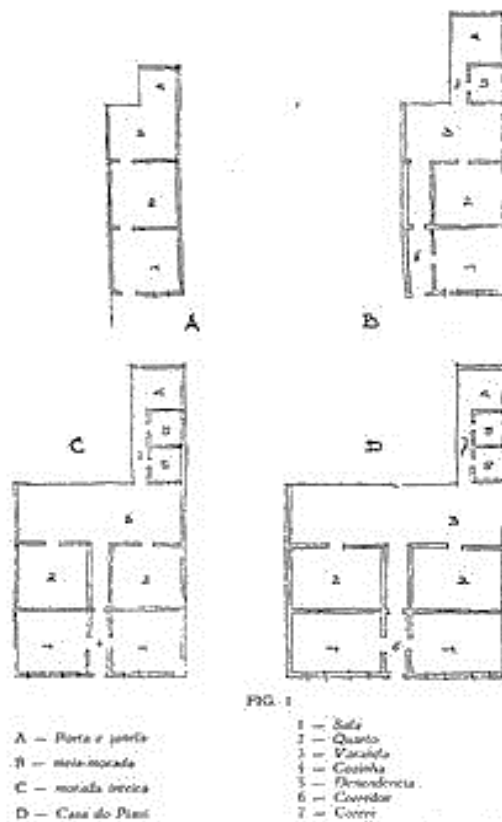
Após a grande contribuição de Dora Alcântara, um estudo sistematizado da arquitetura no Maranhão foi realizado pelo arquiteto piauiense especialista em Restauração e Conservação de Sítios e Monumentos Históricos, Olavo Pereira da Silva Filho, publicado no livro *Arquitetura Luso-brasileira no Maranhão*, em 1986. Em seu livro, Silva Filho fazia referência aos estudos anteriormente realizados sobre a arquitetura no Piauí por Paulo Thedim Barreto, arquiteto integrante da equipe do SPHAN a partir de seus anos inaugurais. Em um artigo publicado na Revista do SPHAN, em 1938, Barreto apresentou sua análise da “Casa Piauiense”, construída a partir da comparação com a casa no Maranhão, cuja descrição segue abaixo:

[...] a planta da casa piauiense é sistematizada. É a “*morada inteira*” do Maranhão, adaptada às exigências e recursos do Piauí. Em geral as casas são de um só pavimento; é raro encontrar-se de dois e três. A arquitetura é de pura expressão popular. A planta tem por origem, o tipo maranhense de “*porta e janela*” cuja evolução compreende os tipos de “*meia morada*”, e “*morada inteira*”. A planta geralmente é em forma de L; algumas vezes em U. A superposição da planta da “*morada-inteira*” originou os sobradões de azulejos de São Luís, cujas fachadas posteriores, se apresentam totalmente de madeira. A “*morada inteira*”, esparramada, é a casa do Piauí: cômodos maiores, paredes mais grossas: tudo aumenta e se abaixa. A “*morada-inteira*” no Maranhão é vertical; no Piauí - horizontal. (BARRETO, 1938, p. 195). (FIG.5).

Essa comparação sugere já haver à época um estudo sistematizado da morada maranhense, apesar do que alertava Lúcio Costa na 1ª Edição da Revista do SPHAN, publicada em 1937: “A nossa antiga arquitetura não foi convenientemente estudada [...] com relação à arquitetura civil e particularmente à casa, nada, ou quase nada se fez.” (COSTA, 1937, p. 31). É possível que o estudo da tipologia da casa maranhense fosse fruto dos diversos levantamentos realizados pelo SPHAN naquela época, com o objetivo de se conhecer a fundo a arquitetura nacional e preencher as lacunas de conhecimento identificadas por Costa. Ou mesmo anterior à fundação do SPHAN, já que a inclusão de São Luís no itinerário de viagem de Chester Smith não parece ter sido fortuita.

²⁹ É digno de nota que os territórios hoje ocupados pelo Maranhão, Piauí e Pará fizeram parte do Estado do Maranhão, criado em 1621, renomeado para Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1654 e, posteriormente, a partir de 1751, para Estado do Grão Pará e Maranhão, desmembrados apenas em 1772. Esses foram incorporados ao Brasil a partir da Independência, cujas adesões se deram em 1823. Dessa forma, Pará, Maranhão e Piauí compartilharam, por algum tempo, uma mesma área cultural.

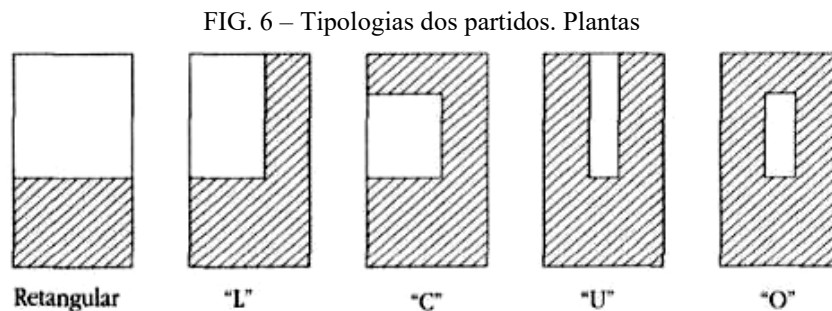
FIG. 5 – Plantas das Casas Maranhenses: “Porta e janela”, “Meia morada”, “Morada inteira” e Casa do Piauí



Fonte: Barreto, 1938, p. 197.

Sabe-se que o engenheiro Eurico Telles de Macedo chegou em São Luís em 1906, para a implantação da Estrada de Ferro São Luís – Teresina. A partir de 1923, o jornal *Pacotilha* publicou seus artigos que, refletindo sua ótica higienista, traziam sugestões para a melhoria das condições de saúde pública relativas ao saneamento, urbanização de novas áreas da orla, implantação de equipamentos como sanatórios, abastecimento de água e condições de vida nas palhoças. Seu artigo *As casas de S. Luís*, publicado em 11 janeiro de 1924, indicava mudanças na planta e na cobertura dos dois primeiros dos três “tipos fundamentais” de edificações da cidade, que ele descreveu sucintamente: “1º o das moradas inteiras; 2º o das meias moradas; o 3º o das portas e janelas” (MACEDO, 1924, p. 1). No entanto, a publicação de seu livro *O Maranhão e suas Riquezas*, onde Macedo compilou seus artigos publicados e ampliou sua descrição das casas maranhenses, só foi publicado na Bahia em 1947. Portanto, apesar de Macedo ter conhecido e descrito os tipos das casas maranhenses antes de Barreto, não foi possível estabelecer uma relação entre os autores que permitisse Barreto contrastar as casas maranhenses com as piauienses baseando-se em Macedo.

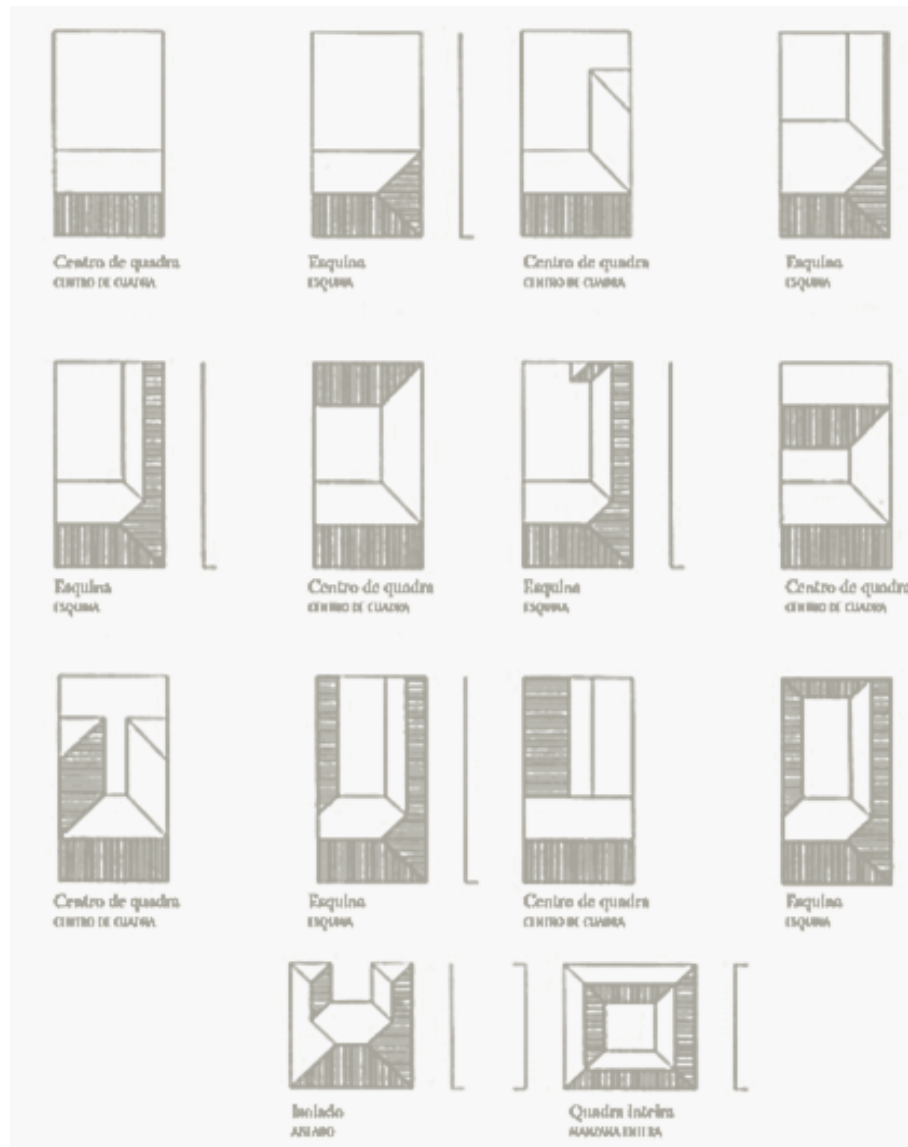
Não havendo outra referência de fácil acesso, o livro de Silva Filho (1986) e o de Alcântara (1980) se tornaram fundamentais para a maioria dos trabalhos de conservação e restauração no Maranhão, inclusive para o desenvolvimento do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PPRCHSL (ANDRÈS, 2006, p. 128). Por sua relevância, o livro de Silva Filho foi reeditado em 1998, logo após São Luís do Maranhão ter sido reconhecida com o Título de Patrimônio Mundial, pela UNESCO. Nesse estudo, Silva Filho descreveu os padrões de implantação dos edifícios nos lotes urbanos do centro histórico de São Luís, que resultam em cinco tipos de plantas (FIG. 6). Essas construções em alvenaria de pedra e cal têm o corpo principal, também chamado de “caixão”, implantado sobre o alinhamento frontal e que ocupa toda a largura do lote. No “caixão” encontram-se os cômodos principais das casas: sala(s), quarto(s), alcova(s) e varanda voltada para o interior do lote. Frequentemente se alonga em direção ao fundo do lote um corpo chamado “correr”, onde se encontram os compartimentos secundários. Dessa implantação em “L” forma-se um pátio interno de serviços, onde muitas vezes se cavou um poço. Por vezes, o “correr” é duplicado/espelhado gerando o partido “U”. Além das plantas em L e U descritas por Barreto (1938), Silva Filho encontrou no Maranhão edifícios cujas plantas têm projeção em “C” e em “O”, resultantes da mudança de direção do corpo secundário contíguo ao muro de fundo do lote. Essas projeções em planta se repetem tanto nas casas térreas como nos sobrados, ou “casas de sobrados”.



Fonte: Silva Filho, 1986.

Para cada tipo de planta Silva Filho também identificou variações nos telhados. No entanto, inovou com relação ao trabalho de Barreto, ao vincular a forma das coberturas à posição dos lotes nas quadras, se no meio dessas ou de esquina. Nota-se que os panos dos telhados são sempre definidos de forma que vertem suas águas para a rua e para o pátio interno. Além de descrever o esquema das coberturas (FIG. 7), ele identificou as técnicas usadas nas suas estruturas, os materiais e o acabamento dos beirais.

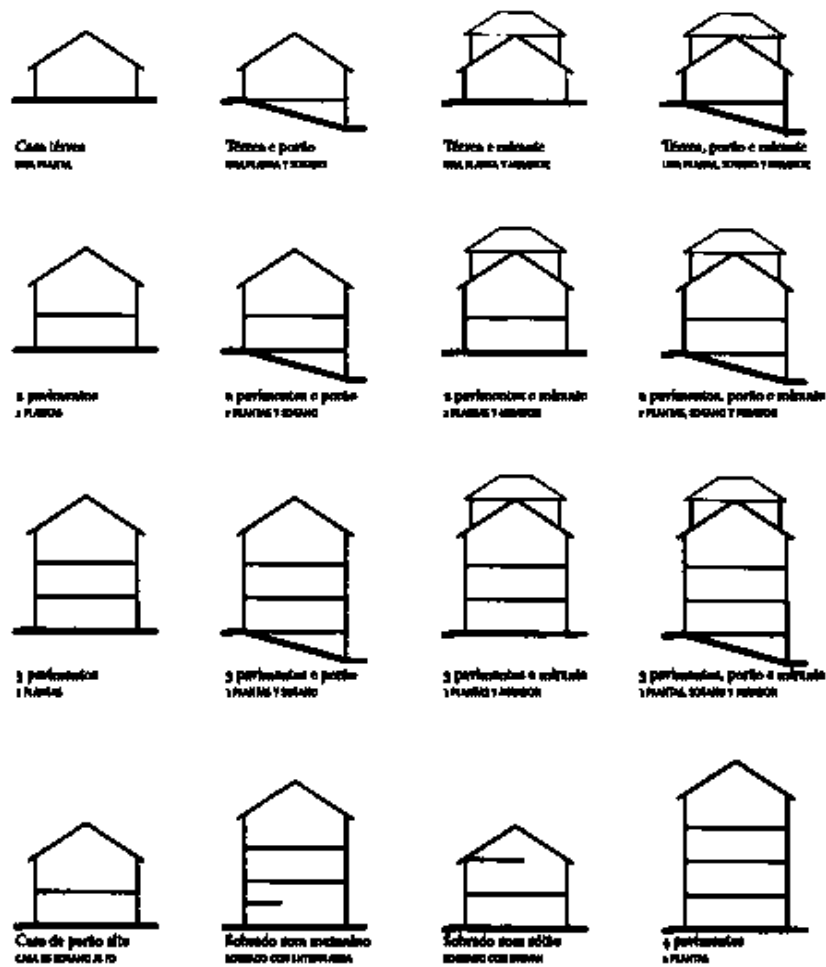
FIGURA 7 - Esquema das Coberturas das Moradas Maranhenses



Fonte: SÃO LUÍS, 2008.

Seu estudo ainda incluía a acomodação dos edifícios no terreno (FIG. 8) e descrevia a distribuição em planta dos tipos “porta e janela”, “meia morada”, “morada inteira”, termos esses adotados por Macedo (1924), Barreto (1938) e também pela população local a partir dos anos 1840, e ainda apresentava dois novos tipos: “ $\frac{3}{4}$ de morada” e a “morada e meia”, que Alcântara havia mencionado. Além disso, identificava os subtipos resultantes do acréscimo do comércio, do aproveitamento do declive do terreno pelo porão, e/ou do mirante. Silva Filho incluiu ainda informações sobre os materiais construtivos e os elementos decorativos, elementos esses que se tornaram tema de sua última obra, *Varandas de São Luís: gradis e azulejos*, publicada em 2010.

FIGURA 8 - Acomodação das moradas à topografia



Fonte: Silva Filho, 1986, p. 39.

Mesmo com a contribuições desses autores, foi o arquiteto urbanista José Marcelo do Espírito Santo que, aplicando os princípios metodológicos de abordagem baseados na teoria do arquiteto italiano Saverio Muratori (1910 - 1973), aprofundou os conhecimentos sobre as famílias tipológicas residenciais urbanas em São Luís do Maranhão. Muratori propôs o método de Ampliação das Escalas, e partia da “investigação do tipo edilício e na estruturação das possíveis diversificações tipológicas e suas transformações sucessivas”. (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p. 155). Em seguida buscava identificar as séries e suas combinações orgânicas que resultam no tecido urbano. Para essa análise, Muratori propôs quatro eixos de investigação histórica: a análise topográfica das primeiras ocupações, a partir da qual se propaga a ocupação do território; a análise das estruturas técnicas-econômicas; a análise sociocultural; e análise das características estilísticas, que seria a síntese das três anteriores.

Essa metodologia permite compreender a *posteriori* as transformações do “tipo”, ou seja, da forma como o conceito de “morada” existente *a priori* se concretiza no conjunto residencial

urbano. Essas transformações advindas da necessidade de adequar a arquitetura para atender ao que Carlos Lemos (2012) chamou de “conjunturas”, como a disponibilidade de materiais e condições ambientais, aos programas de necessidades e mudanças de hábitos, às mudanças regulatórias e ao saber fazer. Essas diversificações do “tipo”, de acordo com a abordagem muratoriana, poderiam ser:

- sincrônicas - em um mesmo período;
- diacrônicas - ao longo de um período dilatado;
- diatópicas - a coexistência de diferentes interpretações de um mesmo tipo básico em diferentes áreas culturais;
- sintópicas - as transformações de um “tipo” em uma mesma área cultural.

Para aplicação dessa metodologia, Espírito Santo partiu da delimitação de sua área de estudo, considerando o perímetro de proteção federal (1974), identificou os principais percursos, os percursos matrizes, os percursos de implantação de edificações e os percursos de coligação. Analisou o processo construtivo da cidade através dos materiais empregados, suas associações e técnicas utilizadas, o que possibilitou a definição de sua amostragem, que incluiu as unidades residenciais unifamiliares, multifamiliares e mistas quando associadas ao uso residencial, sendo eliminados os usos unicamente comerciais, institucionais, religiosos e outros serviços. Buscou, então, a recomposição histórica da unidade arquitetônica e a identificação das famílias tipológicas. Por se tratar de uma mesma área cultural, Espírito Santo se concentrou nas diversificações dos "tipos" chamadas por Muratori de sincrônicas e diacrônicas.

A partir de seus estudos, Espírito Santo (2006) acredita que o tipo-base, chamado de “porta e janela”, teve origem nas “iniciais e sucessivas levas de colonos portugueses das regiões litorâneas de Portugal como o Algarve, Minho e, principalmente o Açores” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 83) e relacionou a implantação, disposição e utilização dos cômodos com a casa de pescadores da região do Algarve, pesquisada por Mário Moutinho em 1961³⁰, porém adaptada às dimensões do lote em São Luís e apresentando mudanças significativas na cobertura. Conforme o próprio nome indica, esse tipo implantado em lotes de três a quatro metros de frente e dez a vinte metros de fundo, tem sua fachada composta por uma porta e uma janela (FIG. 9).

³⁰ MOUTINHO, Mário C. A arquitetura popular portuguesa. Lisboa: Estampa, 1979.

O tipo 'porta e janela' compreende: uma sala; um quarto dependente; passagem obrigatória para a varanda; varanda; e a cozinha em uma pequena 'puxada' fazendo corpo com a varanda. Algumas vezes, nas construções ainda mais modestas, estão localizados na própria varanda o fogão e o indispensável fôrno (*sic*) de barro. Aqui, o fato do quarto ser passagem obrigatória justifica-se. A varanda era a casa de se viver, onde tudo se fazia, até a sesta. A mulher vivia no quarto, na varanda e na cozinha. Os estranhos não passavam da sala, cuja finalidade era a de receber” (BARRETO, 1938, p. 195)

FIGURA 09 – Tipo-base “Porta e Janela” na Rua da Inveja, São Luís, MA



Fonte: acervo pessoal da autora, 2009.

Do tipo base derivam a “meia morada”, “3/4 de morada”, a “morada inteira” e a “morada e meia”. As “meias moradas” ocupam lotes um pouco mais largos, permitindo o acréscimo de uma janela à “porta e janela”. Com a porta localizada em uma das extremidades, surge então um corredor, através do qual se acessa os ambientes, conferindo independência do quarto e da sala (FIG. 10). A “morada inteira”, por sua vez, apresenta um rebatimento da planta da “meia morada”, se caracterizando “por um corredor ao centro, que conduz ao varandão, e que dá acesso a duas salas na frente e duas alcovas contíguas” (MACEDO, 1924, p.1), sendo que cada um dos cômodos mede aproximadamente dezesseis metros quadrados. Quando um número maior de cômodos se faz necessário, esses são distribuídos ao longo do 'correr', em um ou em ambos os lados do terreno. A varanda permanece usada para as refeições, enquanto a cozinha e o banheiro são afastados em direção ao fundo do lote, no final do correr. Na fachada, as duas janelas em cada lado da porta reforçam a simetria (FIG. 11).

FIGURAS 10 e 11 – Meia Morada e Morada Inteira nas ruas Cândido Ribeiro e da Inveja, respectivamente.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2009.

Ainda é possível encontrar exemplares chamados de “3/4 de morada” em São Luís, apresentando a porta ladeada por uma janela de um lado e duas do outro ou uma porta e três janelas (FIG. 12); e a meia-morada associada ao comércio na casa térrea. Os comerciantes mais ricos, no entanto, construíram sobrados.

[...] os inigualáveis sobradões de São Luís, correspondem claramente a um programa mixto: comercial-residencial. [...] No Maranhão a planta da “morada-inteira” se superpõe: o corredor central se alarga, criando o vestíbulo, núcleo de circulação com caráter íntimo-coletivo, com a escada que, às vezes vai acima da cobertura geral, criando os mirantes. (BARRETO, 1938, p. 210-1).

Ou seja, eles tinham suas moradas elevadas do chão, seguindo basicamente a mesma configuração de planta das casas térreas, acrescida de uma caixa de escada, sendo o térreo ocupado pelo comércio. No comércio, as portas alinhadas verticalmente com os vãos superiores, se abrem para rua. No pavimento superior, frequentemente se abriam para balcões ou sacadas em lioz guarnecidos de guarda-corpo em ferro batido ou forjado (FIG. 13).

Outro autor que analisa a arquitetura ludovicense é o arquiteto maranhense Francisco Fuzzetti de Viveiros Filho, cuja dissertação de mestrado foi transformada no livro *Urbanidade do Sobrado: um estudo sobre a arquitetura de sobrado de São Luís*, publicado em 2006. Seu trabalho focou nos aspectos dos sobrados da Praia Grande, em especial aqueles localizados na Rua Portugal, onde originariamente prevalecia o uso misto.

FIGURAS 12 e 13 – “3/4 de Morada” e Sobrado na rua Cândido Ribeiro, São Luís, MA.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2009.

Quanto à classificação dos Solares (FIG. 14 e 15), não foi feita distinção entre seu tipo e o tipo sobrado nos trabalhos de Espírito Santo, de Viveiros Filho ou de Silva Filho. Vários solares aparecem, no entanto, no livro de Flaviano Menezes da Costa, *Moradas e memórias: o valor patrimonial das residências da São Luís Antiga através da literatura*, publicado em 2015, no qual se baseia o documentário dirigido por Joaquim Haickel e Arturo Saboia, lançado em 2017 com o mesmo título. Porém, apesar de tratar das edificações individualmente, sua abordagem é histórica, pouco contribuindo para a distinção entre os solares descritos e os tipos dos sobrados ou as casas térreas. Quem melhor define os solares ludovicenses é Luís Phelipe Andrés, ao explicar sucintamente que:

Os solares são sobrados residenciais erguidos pelas classes abastadas do século XVIII, com suntuosidade e apuro no acabamento, apresentando portais em pedra, algumas de feições neoclássicas, com frontões triangulares, balcões sinuosos, sacadas em cantaria de lioz e guarda-corpos em gradis de ferro forjado ou fundido. Internamente, no pavimento térreo, um grande vestíbulo, com piso geralmente decorado com uma combinação de seixos de rio e lajes de lioz, dá acesso à escada principal que conduz aos pavimentos superiores, onde a família habitava, pois o térreo era destinado ao abrigo de carruagens e dependências de serviços. (ANDRÉS, 2012, p.50).

FIGURAS 14 e 15 – Solar Gomes de Souza e Solar dos Vasconcelos



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Contudo, apesar de sugerir que os solares sejam uma derivação dos sobrados, a prática profissional levou à hipótese de que eles configuram uma tipologia própria, que precisava ser investigada através de um estudo sistematizado. Nesse estudo, contudo, é importante considerar a perspectiva de Luciano Pateta sobre como se forma um tipo arquitetônico:

As correntes críticas mais inclinadas a admitir o valor e a função dos tipos são as que explicam as formas arquitetônicas em relação a um simbolismo e aos ritos intrínsecos. Esta crítica, no entanto, não respondeu (nem pode responder) à questão se o simbolismo existe antes do nascimento do tipo e o determina ou, se de outro modo, é uma dedução *a posteriori*. [...] está claro que, quando o significado simbólico precede ao tipo e o determina, aquele se transmite ligado a certas formas arquitetônicas do mesmo modo que, no caso inverso, a conexão histórica das formas transmite, de maneira mais ou menos consciente, os conteúdos simbólicos.³¹ (PATETTA, 1984, p. 48, tradução nossa).

Assim, para a realização de um estudo específico sobre os solares tornou-se fundamental a compreensão dos fatores influenciadores na sua configuração formal, o que demandou examinar também a regulamentação das construções tanto em Portugal como no Brasil, nos séculos XVIII e XIX. Para compreender o simbolismo por trás dessas edificações, é fundamental compreender o momento histórico, com a inserção do Maranhão em uma economia mercantilista a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, o que possibilitou a ascensão de uma elite ludovicense. Concomitante a esse enriquecimento de uma parcela da sociedade, o avanço da ciência moderna refletidos na construção civil, principalmente a partir do Terremoto de Lisboa, com o nascimento da produção serial de elementos arquitetônicos, como socos para cunhais, umbrais, vergas, portadas, soleiras, mísulas, balcões em lioz, azulejos, gradis e vidros (FIG. 16) possibilitou a importação desses elementos e suas aplicações na arquitetura local. Esses elementos que foram identificados por Olavo Pereira da Silva Filho em seus diversos livros sobre a arquitetura luso-brasileira.

³¹ ¿Cómo se forma un tipo arquitectónico? Las corrientes críticas más inclinadas a admitir el valor y la función de los tipos son las que explican las formas arquitectónicas en relación a un simbolismo y a los ritos que lleva aparejado. Esta crítica, sin embargo, no ha respondido (ni puede responder) a la cuestión de si el simbolismo existe antes del nacimiento del tipo y lo determina o, en cambio, es una deducción a posteriori. [...] está claro que, cuando el significado simbólico precede al tipo y lo determina, aquél se transmite ligado a ciertas formas arquitectónicas del mismo modo que, en el caso inverso, la concatenación histórica de las formas transmite, de manera más o menos consciente, los contenidos simbólicos.

FIGURA 16 – Elementos importados de Portugal empregados nas fachadas



Fonte: Apoliana Oliveira, 2013. Disponível em: <https://180graus.com/fotografia/ceramicas-casaroes-culturatodo-o-encanto-da-cidade-sao-luis-do-maranhao>.

2.3 O conceito de Solar

Ao iniciar as buscas por documentos referentes a cada uma das edificações que fazem parte desta investigação tornou-se evidente que a denominação “solar” havia sido atribuída *a posteriori*. Se por um lado esta constatação reforçou a hipótese de que essas edificações comungam de características formais que as distinguem das demais construções que compõem o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís do Maranhão, por outro, levou ao questionamento da eleição dessa palavra para assim as designar. Pois um solar é também uma propriedade, uma construção, um edifício, um sobrado, e já foi uma casa, uma morada.

A escolha da palavra “solar” está relacionada à psicologia humana, à percepção, à memória, ao aprendizado. Como afirma Lakoff, “a linguagem é, afinal, um aspecto da cognição”³² (LAKOFF, 1987, p. 21, tradução nossa). Sendo assim, o conhecimento passa pela linguagem, tornando-se difícil pensar sobre aquilo que não se consegue nomear. A linguagem, além de instaurar as coisas através do nome, permite convencionar um código, uma base comum de

³² Tradução nossa do original em inglês “language is, after all, an aspect of cognition.”

relação que permitirá a comunicação (HEIDEGGER apud CARSALADE, 2007), comunicação essa que só se realiza plenamente se o receptor reconhece o código usado pelo emissor.

A significação passa a ser então uma palavra-chave na relação que estabelecemos com as coisas, principalmente porque reconhecemos a importância da dotação de significado como necessidade fundamental do homem. [...] Significar remete ao processo de compreensão do mundo [...] O significado, pelo visto, não acontece de forma isolada, mas dentro da estrutura de campo (contexto) onde acontecem as relações, fazendo inclusive com que a compreensão do todo transcenda o significante de cada parte individual. (CARSALADE, 2007, p. 43-44)

Durante o processo de significação, as palavras passam por uma categorização, que remete ao processo tipológico. Isso significa que esse “algo” é entendido como equivalente a determinadas coisas e diferente de outras. Ou seja, fazem parte de uma categoria pelo que têm em comum, pelos traços ou características elementares que os distinguem de outros agrupamentos, permitindo a sua classificação.

A categorização humana é essencialmente uma questão tanto da experiência quanto da imaginação humana - por um lado, da percepção, atividade motora e cultura, e por outro, da metáfora, metonímia e imaginária mental. Como consequência, a razão humana depende crucialmente dos mesmos fatores, e, portanto, não pode ser meramente caracterizada em termos da manipulação de símbolos abstratos.³³ (LAKOFF, 1987, p. 8, tradução nossa).

Para símbolos abstratos, recorre-se às palavras de base, mais concretas, facilmente percebidas, e que serão identificadas e compreendidas por um maior número de indivíduos para se construir, a partir delas, os conceitos mais complexos, cuja percepção, por vezes, exige um conhecimento especializado, um olhar mais atento para distinguir as diferenças ou graduações (LAKOFF, 1987).

Para conceituar a categoria “solar” parecia importante distingui-la do “não solar”, ou seja, buscar maior precisão no significado e extensão de cada uma das palavras atribuídas às edificações construídas em São Luís entre a implantação das políticas Pombalinas até o final do Império. Contudo, é importante considerar que esses significados se modificam(ram) ao longo do tempo e o contexto da fala, como o ocorrido com o Palácio Cristo Rei (ANDRADE, BRITO, CASTRIOTA, 2019), reconhecido como morada, casa, sobrado, solar, palacete e palácio. Pois, por vezes alguns objetos se encontram no limiar, ou mesmo na sobreposição de duas categorias diferentes, o que permite serem enunciadas de formas distintas, dependendo do

³³ Tradução nossa do original em inglês: Human categorization is essentially a matter of both human experience and imagination - of perception, motor activity and culture on the one hand and of metaphor, metonymy, and mental imagery on the other. As a consequence, human reason crucially depends on the same factors, and therefore cannot be characterized merely in terms of the manipulation of abstract symbols.

contexto da fala. Uma vez que as coisas não são em si, mas existem como as definimos e essa compreensão está em constante atualização decorrente de novas experiências e visões de mundo, para apreendê-las plenamente, é necessário aplicar métodos interpretativos capazes de penetrar nas camadas de significados. Pois, como nos adverte Foucault,

[...] entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo, há uma região mediana que libera a ordem no seu ser mesmo: é aí que ela aparece, segundo as culturas e segundo as épocas, contínua e graduada ou fracionada e descontínua, ligada ao espaço ou constituída a cada instante pelo impulso do tempo, semelhante a um quadro de variáveis ou definida por sistemas separados de coerências, composta de semelhanças que se aproximam sucessivamente ou se espelham mutuamente, organizada em torno de diferenças crescentes etc. [...] (FOUCAULT, 1992, p. 10-11).

Assim, partimos dos termos mais genéricos das categorias de base, para os níveis mais elevados ou específicos. No Brasil, um dos termos mais genéricos para edificações residenciais unifamiliares é “casa”. No entanto, no primeiro quartel do século XIX no Maranhão, a palavra “casa” era mais frequentemente usada no sentido de “família”, ou o conjunto de membros de uma família, como em “a Real Casa de Bragança” e no título do livro *A Casa dos Belfort no Brasil*; ou ainda o patrimônio ou conjunto de bens e/ou negócios, como pode-se entender da nota de falecimento do “Barateiro” publicada no jornal Conciliador do Maranhão n. 39 de 24 de novembro de 1821:

Hoje falesceo nesta Cidade Joze Gonsalves da Silva [...] Sopõe-se de seis a sete milhões de cruzados o total da sua **caza**, inclusive o morgado das laranjeiras, no qual lhe succedeo o Brigadeiro Paulo Jozé da Silva Gama, por cabeça de sua mulher D. Luiza Maria do Espirito Sancto Silva e Gama, filha natural do falescido; e co-herdeiros com ella, nos bens livres D. Maria Quitéria da Silva Rapozo, e Jozé Francisco Gonsalves da Silva, também seus filhos naturaes de outro leito. (*sic*) [...] (CONCILIADOR, 1821, grifos nossos).

Também tornou-se frequente o uso da palavra para designar o local de reunião ou repartição pública, como em “Casa da Suplicação”, “Caza do Concelho”, “Caza das Vereações” e “Casa da Camara”³⁴; ou para designar um estabelecimento ou empresa, como “Casa de Commercio”, “Casa bancária”; e ainda como edificação para um uso específico como “Casa da Pólvora” e “Casa de Farinha”. Provavelmente, é este sentido de “edifício” que se impõe à expressão “casa de morada”, onde “casa” se refere à estrutura física e “morada” ao seu uso.

A palavra “morada” tem origem no verbo latim *morare* (demorar-se, ficar, morar) e significa o lugar em que se mora ou habita; ou o período que se permanece domiciliado em algum lugar.

³⁴ Até 1904, quando houve uma renovação dos estudos linguísticos em Portugal e um sistema racional de grafia foi proposto pelo foneticista, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana em *Ortografia Nacional*, eram comuns as flutuações na grafia das palavras. Ao longo do século XIX, a grafia ainda se apoiava principalmente nos sons das palavras. Assim, encontramos ao longo de todo o século XIX tanto “casa” como “caza”.

No Maranhão, essa se tornou a palavra mais comum para designar edificações residenciais. Inferindo-se a partir dos resultados obtidos através da ferramenta de busca na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, onde se encontra digitalizado o maior acervo de publicações periódicas do Maranhão no século XIX, a primeira categorização das moradas se deu em função do número de pisos, sendo possível encontrar várias menções à “morada de casas de sobrado”, em contraste à “morada de casa térrea”.

Os primeiros anúncios de venda de “moradas de casas”, geralmente se referindo às térreas, traziam informações sobre as medidas em braças e palmos. Conforme se avançou no século XIX, as dimensões deram lugar ao número de envasaduras na fachada, se “porta e janela”, “meia morada” ou “morada inteira”. É possível inferir que esses nomes eram suficientes para informar tanto sobre as dimensões, como a configuração interna. Conforme Espírito Santo (2006), a “porta e janela” teria testada média de cinco metros e setenta centímetros de largura, enquanto a “meia morada” oito metros e dez centímetros, e a “morada inteira” quinze metros e setenta e cinco centímetros. Essa nomenclatura se manteve quando, em meados do século XIX, surgiram as casas de porão alto; e poderia mesmo ser encontrada associada aos sobrados, como “meia morada de sobrados” ou “morada inteira de sobrados”, embora mais raramente.

Conforme definição constante no *Diccionario da Lingua Portuguesa (sic)* do lexicólogo brasileiro formado em Coimbra, Antonio de Moraes Silva (1831) “SOBRADO, s.m. O solho, ou pavimento do andar da casa, por cima, e mais alto que o pavimento terreo: andar; v. g. **casa de dois** sobrados”. (SILVA, 1831, p. 733, grifos nossos). É o “nome de qualquer piso de madeira em que as tábuas fiquem, com a respectiva estrutura de sustentação, afastada do solo cobrindo espaço utilizável ou não.” (CORONA; LEMOS, 1972, p. 429). Embora a palavra tenha gerado interpretações diferentes entre estudiosos (CARITA, 2017), que por vezes levou ao entendimento de um espaço secundário, “um espaço que sobrou, isto é, espaço situado acima do forro, ou do teto, de um compartimento térreo e sob o telhado” (LEMOS, 1999, p. 251), ou “uma sobra, um resto que se aproveita” (VIVEIROS FILHO, 2006, p. 77), ou o espaço “ganho em virtude de um soalho suspenso, o que, portanto, poderia indicar que estava acima – forros assoalhados – ou embaixo do piso” (ALGRANTI, 2005, p. 101). Por sua vez, o professor Helder Carita, que desenvolve sua pesquisa sobre as casas senhoriais em Portugal, encontrou uma conotação divergente a partir da Idade Média, quando a palavra designava prestígio, como também entendido por Moraes Silva:

§ *Médico de sobrado*: i é, dos mais acreditados, que se vai a consultar, e não visita doentes; ou visita só pessoas graves; como os *mercadores de sobrado*,

ou atacado, que tem as loges em sobrados. *T. D'Agora, Tom. 1. fol 200. mercadores de sobrado: maldizentes de __; meretrizes de __.* (SILVA, 1831, p. 733)

Segundo o professor Carita (2017), tanto José Maria Piel (1952) quanto Cândido Figueiredo (1996) encontraram em *superatum* e *superare*, respectivamente, as origens etimológicas da palavra sobrado, com o que concorda Aurélio Buarque de Holanda Ferreira “[Do lat. *Superatu*, ‘que está por cima’.]” (HOLANDA FERREIRA, 1986, p. 1598). Carita acredita que “durante a Idade Média e em meios rurais, pelo facto da maioria da habitação ser térrea, o termo sobrado associava-se a edifício nobre” (CARITA, 2017, p. 252), e conforme se adentra a “Época Moderna”, e o número de edificações com mais pavimentos cresce, principalmente em função do adensamento dos centros urbanos, esse sentido nobre vai desaparecendo. Populariza-se, então, o significado de “*Bras.* Casa de dois ou mais pavimentos” (HOLANDA FERREIRA, 1986, p. 1598).

A esse respeito, é interessante notar que nos anúncios de venda de imóveis em São Luís no início do século XIX, os sobrados estão associados aos nomes de seus proprietários e/ou moradores, sendo usados inclusive como referência para a venda de imóveis vizinhos. Conforme se aproximam dos meados daquele século, a cidade vai se adensando e o tecido urbano se consolidando, os sobrados passam a ser reconhecidos pelo logradouro e o número, podendo se inferir que os nomes dos proprietários e/ou moradores não eram mais suficientes para a sua identificação, e/ou os números já estavam mais estáveis. Para essa interpretação, pode-se verificar a consolidação dos dados do Censo de 1855, que compreendeu 80 quarteirões da Cidade de São Luís do Maranhão, onde habitavam 9.000 (nove mil) pessoas e onde se encontravam 15 edifícios públicos e 1065 edifícios particulares divididos em 727 casas térreas, 303 sobrados e 35 mirantes³⁵. O quadro resumo ao final do documento ainda informa que naquele ano estavam em construção 26 casas e restavam apenas 60 lotes vagos. O quadro resumo final do Censo de 1855 também trazia a informação do número de estabelecimentos comerciais e oficinas (artes e ofícios), que totalizavam 650, podendo-se inferir a partir desses dados que dos 1080 edifícios existentes cerca de 60% tinha uso misto.

À primeira impressão, poderia se supor que a palavra “solar” teria então sido usada para distinguir os “sobradões”, ou seja, as “moradas inteiras de sobrados”, que tinham uso unicamente residencial, “só lar”, como são popularmente definidos localmente. Porém, entre os exemplares reconhecidos como “solar” existem aqueles que têm uso misto, como o “Solar dos

³⁵ Não fica claro se os edifícios com mirantes são térreos ou sobrados, porém são contabilizados separadamente. Na área da Praia Grande, parte da Freguesia de N. Sra da Vitória, eles são mais comuns nos sobrados.

Belfort”. É possível que o uso comercial do térreo tenha ocorrido em período posterior, com o aproveitamento das áreas destinadas aos armazéns e alojamentos de serviços descritos por Henry Koster em seu livro *Travels in Brazil* publicado em 1816.

No entanto, colocando em dúvida a explicação popular, buscou-se na etimologia da palavra outras possíveis origens do termo. De acordo com o *Diccionario da Lingua Portugueza* de Antonio de Moraes Silva

SOLAR, s. m. **O chão** de casa antiga de alguma **família nobre**. § **Herdade**, ou terra onde há solar. L. casas fortes, castellos, **onde a Nobreza vivia**, e daí defendião as cidades, villas etc. hoje se diz, e chama *Solar grande* a terra, ou senhorio dos Grandes, e Titulares. *Solar com jurisdição*, senhorio dos que nas suas terras, e nelles exercitão jurisdição por seus Juizes, etc. *Severim. Not. Disc. 3, 81* § *Solar conhecido*, o solar de nobres, e fidalgos de avós a netos, de nobreza e fidalguia conhecida, e indubitável. *Severim. cit. Lugar* pag 184, F. Ediç. 1791. § **Herdade**, ou granja que algum cultivava, não com solarengos, mas com homens seus, que traz a bém fazer, por soldada, com ganhões, e serviços, ou braceiros, e estes talvez são os solares diversos dos grandes, e dos solares conhecidos. § [...] (SILVA, 1831, p. 742, grifos nossos).

O professor Carita buscou a origem da palavra:

Quanto ao termo solar, a sua origem entronca na palavra latina **solum**, que significava solo ou terra. Solar correspondia ao lugar ou casa onde uma **família nobre**, na Idade Média, radicada a sua origem. Cada grande família cultivava essa origem como uma honra, como se se tratasse de um privilégio diferenciador, em termos de estatuto, das outras categorias sociais, mesmo senhoriais. Se as famílias condais portugalenses dos séculos X e XI tinham muitas vezes os seus solares em terras da Galiza e Leão, com a formação da nacionalidade e o alargamento do território para sul observa-se a tendência para a formação de novas linhagens. Normalmente iniciadas a partir de filhos segundos, estas novas linhagens tendem a emergir no círculo da corte, ganhando visibilidade com o seu apoio directo às estratégias políticas reais. É assim que os Silva passam a ter solar em São Julião da Silva, os Azevedos em Azevedo, perto de Barcelos, os Cunhas com solar em Cunha, junto de Braga, ou os Melos com solar em Melo, já na Beira, perto de Gouveia. Rafael Bluteau fornece um longo e esclarecedor texto escrevendo: '...He nome deduzido de palavra latina Solum que quer dizer chão ou assento, donde o homem está, e assim Solar significa terra e mais amplamente lugar ou edificio em que teve princípio alguma família nobre de Hespanha. Em demonstração da nobreza desta terra edificaram os senhores della sua hua casa forte ou torre, a qual também servia para se defenderem dos rebates [...]' (CARITA, 2017, p. 249)

Percebe-se, assim, que houve um deslocamento do significado de “solar”, da sua origem em “terra” para o edifício que se construiu no “solar”. Contudo, em Portugal, a maioria deles estão localizados em áreas rurais, ou em núcleos urbanos que se constituíram a partir deles. Até porque aos duques eram dadas grandes extensões de terra; aos marqueses responsáveis por assegurarem as “marcas” ou limites dos reinos e governarem áreas equivalentes a estados; os condes, a administração dos “condados”, que se aproximam atualmente dos municípios, e o

recolhimento de impostos; e os barões, extensões de terras menores, como as de uma fazenda ou sítio. Por essa analogia, os solares da nobreza maranhense deveriam se localizar no interior do Estado, nas terras que deram origem aos seus títulos de nobreza e onde construíram casa, capela além das edificações para as atividades produtivas como os engenhos, casa de purga, casa de farinha, armazéns, senzala entre outras. Então, o solar da Baronesa de Anajatuba deveria estar em Anajatuba, os dos Barões de Grajaú, de São Bento e de Turiaçu, em Grajaú, São Bento e Turiaçu, respectivamente.

Apesar da história da urbanização de São Luís, cujo traçado de Frias de Mesquita data do período fundacional, justificar o “atraso” na consolidação do seu casario na dispersão rural que mantinha a riqueza no interior, descrevendo a cidade como local de passagem e de estadia temporária até o século XIX, não foram localizadas referências a “solares” desses Barões nas suas propriedades rurais. Desta forma, seria então possível conjecturar que a justificativa para os solares maranhenses se concentrarem na cidade de São Luís estivesse nas circunstâncias em que foram concedidos os títulos de nobreza. Enquanto em Portugal eles foram concedidos desde a Idade Média, quando se consolidavam os territórios da Espanha, Galícia e depois de Portugal, no Brasil, de acordo com o magistrado, historiador e jornalista maranhense Milson Coutinho em seu livro *Fidalgos e Barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense* (2005) eles foram concedidos a partir da transferência da Família Real para o Brasil. O então regente, D. João, ordenou “que os oficiais de milícia e seus filhos, assim como pessoas condecoradas, e outras que tivessem consideração civil pelos seus empregados ou pelos seus cabedais, recebam título de nobreza” (COUTINHO, 2005, p. 30) apesar dos protestos dos nobres portugueses, tanto em Portugal como dos fidalgos já estabelecidos no território brasileiro. No Maranhão, no entanto, os títulos foram concedidos a partir das Guerras da Independência, da Balaiada e da Guerra do Paraguai, como reconhecimento do apoio recebido para a consolidação do Império do Brasil. A concessão de títulos honoríficos coincidiu, portanto, com o período quando a população urbana cresceu, a cidade ganhou ares de civilidade, a economia se tornou mais dinâmica e as famílias importantes transferiram suas residências para a cidade, mantendo nas propriedades rurais um administrador.

Porém, há duas coisas a se considerar: a primeira, que apesar de parte do casario reconhecido como solares terem seus nomes ligados aos nobres da terra, também são reconhecidos como solares o de Cesário Veras, dos Vasconcelos, dos Leite, dos Gomes de Souza. Apesar desses edificios terem pertencido a famílias proeminentes na sociedade ludovicense, seus membros não chegaram a receber títulos de nobreza. Além disso, considerando que Coutinho identificou

trinta titulares no Maranhão, além de 24 fidalgos portugueses, se a nomenclatura “solar” foi atribuída em função da origem nobre da família que o habitava, seria indicado investigar a existência de outros solares que se mantêm incógnitos.

Um dado importante a este respeito foi que na tentativa de identificar outros solares em São Luís através da ferramenta de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, não foi possível encontrar a palavra “solar” associada a qualquer um desses edifícios em São Luís antes dos anos 1930. As primeiras ocorrências da palavra “solar” no sentido de edificação surgiram em notícias de outros países, em romances e novelas, como “O Solar do Sofrimento”(sic) de Oliveira Roma publicada no jornal *O Imparcial*. Alguns anos mais tarde, pequenas notas informavam o lançamento dos livros *O Solar dos Castanheiros* de Max du Veuzit e *O Solar da Boa Vista* de Sarah Ribeiro. A partir de então, encontram-se pequenos textos que fazem referência a edificações de destaque no conjunto urbano, porém sem a alusão à nobreza da família, como por exemplo, uma nota no jornal sobre o “velho Liceu da rua Direita” onde diferentes profissionais “subiram durante seis anos as escadarias do tradicional solar.” (IMPARCIAL, 1945) ou o poema “Rio Anil” de Reis Perdigão, publicado em *O Imparcial* em 30 de janeiro de 1945:

Meu Rio Anil
 Em cujas ribas se erguia o “Solar da Vitória”
 Onde o enorme Souzaândrade,
 Solitário
 Dentro do sonho Pan-americano
 Apostolo da democracia
 Levantou o arranha-céu do seu Poema
 E acabou “comendo pedra”
 A ensinar grego a mocidade ateniense...

A palavra parece ganhar cada vez mais espaço no vocabulário maranhense a partir da entrada em cartaz, em 1946, do filme “O Solar das almas perdidas” cuja sinopse em *O Imparcial* de 19 de fevereiro de 1946 trouxe uma definição da palavra que parece descrever a conotação que se tornou usual: “Este empolgante filme da Paramount descreve em linhas gerais a história de um velho casarão splendidamente situado num local admirável, mas onde à noite ninguém pode dormir com os gemidos de um espírito na vida terrena”. Talvez esta tenha se tornado a melhor definição da palavra solar usada no Maranhão: um velho casarão que ainda guarda características capazes de suscitar lembranças de seu tempo de esplendor e proeminência dentro da malha urbana.

A partir de então, a palavra solar tornou-se presente cada vez mais frequentemente nos discursos de preservação de edificações que se encontravam na eminência de perder suas características estilísticas como na série “Nossa Cidade”, publicada em *O Imparcial* em outubro e novembro de 1944, trazendo textos de diferentes autores maranhenses sobre São Luís. O texto inaugural de Fenando Perdigão publicado na Ed. 8641 de 4 de outubro de 1944 defendia a modernização da cidade sem destruir. “Há tanta poesia nos velhos solares... Tanta graça nos luzentes azulejos...” (PEDIGÃO, 1944, p. 2). Sugeriu assim que as novas construções fossem erguidas em outro sítio, ao lado da cidade velha “sem eliminar a poética S. Luís de antão e sem aumentar os contrastes existentes.”

Apesar do uso dessa nomenclatura para designar casas senhoriais ludovicenses surja no século XX, ela geralmente se refere a uma edificação construída em um período anterior ao ecletismo ou seguindo a lógica da “arquitetura colonial”, como forma de diferenciação dos palacetes. Isto é, apesar de constatar-se que o uso da palavra “palacete” no Maranhão seja anterior ao de “solar”, sendo muitas vezes usada no século XIX para descrever as edificações que no século XX foram reconhecidas como “solares”.

Nos periódicos maranhenses na Hemeroteca da BNDI, o termo “palacete” apareceu inicialmente nos folhetins cujas histórias se passavam em propriedades nobres europeias. Pode-se inferir que essa ideia de nobreza, apuro estilístico e luxo foi incorporada ao imaginário maranhense e a palavra passou a ser empregada para descrever a morada de cidadãos importantes. Também foi encontrada na promoção de eventos, como bailes, e estabelecimentos como hotéis, clubes familiares, lojas de importados e o Hospital Português. (ANDRADE; BRITO; CASTRIOTA, 2019)

O professor Carita, por sua vez, explica que o termo surgiu em Portugal no final do século XVIII “em oposição ao sentido arcaizante de paço [...] como expressão de uma sociedade liberal e burguesa que emerge após a queda do antigo regime.” (CARITA, 2017, p. 255), esclarecendo ainda que o verbete não constava nos dicionários de Bluteau ou de Moraes, sendo encontrado no dicionário de Assis Rodrigues (1875) como “diminutivo de palácio” (RODRIGUES apud CARITA, 2017, p. 255). No Brasil, a palavra significa “1. Palácio pequeno. 2. Casa suntuosa, grande.” (HOLANDA FERREIRA, 1986, p. 1248). O surgimento do termo coincidiu com a introdução de serviços urbanos como o fornecimento de iluminação a gás e água canalizada e ainda da adoção do estilo eclético como marco do rompimento da estética colonial. Na arquitetura, portanto, o termo foi apropriado para se referir especificamente à

Residência caracterizada pelo seu grande porte e apuro arquitetônico, construída principalmente nas últimas décadas do século XIX e primeiras deste século [XX], sobretudo nas capitais brasileiras. Era moradia de altos funcionários, grandes comerciantes, políticos, representantes de firmas e

países estrangeiros. Os primeiros palacetes possuíam porão alto, e fachadas classicizantes com frontões, balcões, colunas ou pilastras. Evoluem no início do século [XX] para uma enorme variedade de gostos e estilos. A residência de menores dimensões cuja forma e volume assemelham-se ao palacete é chamada casa apalacetada. (ALBERNAZ & LIMA, 1998)

A palavra “solar”, portanto, aparece no Maranhão para designar a casa da elite local que, dadas as suas características construtivas e de localização na malha urbana, ganha destaque no imaginário local, remetendo à chamada “Idade do Ouro”, quando a cidade figurou entre as quatro mais desenvolvidas e bonitas do Brasil. Se por um lado, o conjunto das edificações denominadas solares remetem ao pensamento conservador alinhado com o Brasil Império e, assim, se distinguem dos “palacetes” que refletem o pensamento republicano, a palavra “solar” parece se encaixar na categoria chamada por Wittgenstein de “Semelhança Familiar”, onde os “membros de uma categoria podem estar relacionados uns aos outros sem que todos os membros tenham qualquer propriedade em comum que define a categoria” (LAKOFF, 1987, p. 12). Como em uma família, eles apresentam semelhanças entre si, sem que se possa apontar uma única característica comum a todos e que vai definir a categoria.

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para desvendar o surgimento e as condições de produção dos solares ludovicenses e se obter vários enfoques do objeto de estudo, aplicou-se uma combinação dos métodos de procedimento histórico e comparativo, o que terminou aproximando-se do método tipológico.

O **método de procedimento tipológico** foi desenvolvido por Max Weber com o intuito de manter a objetividade ao se estudar fenômenos complexos nas ciências sociais. Semelhante ao método comparativo, se diferencia desse último por construir a análise de fenômenos reais a partir de um “tipo ideal”, uma abstração estruturada pelo pesquisador que não existe na realidade. No entanto,

[...] o tipo ideal não é uma hipótese, pois se configura como uma proposição que corresponde a uma realidade concreta; portanto, é abstrato; não é uma descrição da realidade, pois só retém, através de um processo de comparação e seleção de similitudes, certos aspectos dela; [...] o tipo ideal não expressa a totalidade da realidade, mas seus aspectos significativos, os caracteres mais gerais, os que se encontram regularmente no fenômeno estudado. [...] O papel do cientista consiste em ampliar certas qualidades e fazer ressaltar certos aspectos do fenômeno que se pretende analisar. (WEBER apud LAKATOS, 2003, p.109).

Assemelhando-se ao método comparativo, o método tipológico também possibilita a classificação de fenômenos reais. No entanto, nesse caso a classificação é realizada através de contrastes com o “tipo ideal”, abstrato, pois se constitui pela essência daquela realidade que se pretende estudar. Além dessa diferença, através da análise das possíveis linhas de ações sociais, racionais e emotivas proposta por Weber, pode-se identificar com maior clareza as causas para o fenômeno real, sendo assim possível capturar como as interrelações causais se individualizam na realidade.

As ciências da cultura, segundo Weber, conseguem capturar as manifestações subjetivas exteriores e interiores a partir de suas relações causais. A análise causal proporcionaria compreender os finos liames articulares da realidade empírica. Reproduzi-la na sua plenitude é, para Weber, impossível. Todavia, a possibilidade de ordenamento da realidade social através da objetividade causal torna-se analiticamente plausível. Isto quer dizer: a utilização do método revela o veio ontológico de valor das ações sociais. (MELO JUNIOR, 2015, p. 276-7)

Assim, seus resultados diferem das generalizações e simplificações do método comparativo na medida que conseguem captar as relações de sentido da ação humana. Porém, por ser pouco apropriado para pesquisas de mestrado, devido ao tempo exíguo do curso em contraste à necessidade de profundo conhecimento e maturidade do pesquisador, optou-se por limitar a pesquisa às fases iniciais do método, reservando para um momento posterior a ampliação do

conhecimento causal. Desta forma, fizemos dois percursos: um teórico e um empírico, aplicando, respectivamente, os **métodos histórico** e **comparativo**, para a construção de um “tipo solar ludovicense”. Assim como sugerido pelo conceito de “tipo ideal”, o “tipo solar ludovicense” não existe na realidade, mas é estruturado através de “elementos essenciais”, identificados através da comparação entre fenômenos reais. Sequencialmente, por meio do contraste entre o “tipo solar ludovicense” proposto e as edificações que fizeram parte da amostragem, foram possibilitadas suas classificações.

Portanto, utilizou-se o **método de procedimento histórico** para ampliar a compreensão dos fatores formativos da sociedade, sendo assim possível contextualizar o surgimento das edificações reconhecidas como “solares” na paisagem ludovicense, nos séculos XVIII e XIX. Esse método foi usado para buscar no passado as origens históricas, antecedentes e as “condições concomitantes”, como as causas sociais e culturais que transparecem na construção dos solares, facilitando a sua análise e compreensão. “O método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (LAKATOS, 2003, p. 107).

Assim, em um primeiro momento do percurso teórico, fez-se uma pesquisa bibliográfica e exploratória da semântica da palavra “solar”, sua origem e apropriações, apreendendo interpretativamente o seu sentido e, ao mesmo tempo, para a definição da amostragem da pesquisa. Como a palavra “solar” tem seu significado principal relacionado às terras, à propriedade onde tem início uma família nobre, fez-se então necessária uma pesquisa histórico-bibliográfica e documental sobre a nobreza maranhense, que revelou a existência de 26 fidalgos e 30 titulares, entre barões, viscondes e um duque presentes no Maranhão ou nascidos naquele estado. Para isso, muito contribuiu o livro *Fidalgos e Barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense* de Milson Coutinho.

A partir desse momento, intentou-se relacionar a nobreza maranhense com seus endereços em São Luís, pesquisa que se demonstrou pouco frutífera e impossível de se realizar dentro do prazo do curso. Além de se encontrar múltiplos endereços em São Luís para alguns titulares durante o século XIX, pode-se notar que a numeração das edificações variou durante todo aquele século até a adoção, no início do século XX, do sistema de numeração das edificações em função da distância medida entre o início da rua e o eixo da testada.

Não sendo possível identificar um número significativo dos endereços da nobreza maranhense, buscou-se definir a amostragem a ser analisada a partir das edificações reconhecidas como “solares”, consultando todos os documentos disponíveis que pudessem oferecer informações sobre quais os imóveis locais eram assim denominados. Iniciou-se então a busca pelos *Monumentos Históricos do Maranhão*, publicação do levantamento dos monumentos históricos e artes sacras realizado por um grupo de estudantes universitários, participantes da Operação Especial “Monumentos Históricos” da Diretoria Executiva do Maranhão, da Fundação Projeto Rondon do Ministério do Interior³⁶. Nesse que foi o primeiro inventário do Patrimônio Maranhense constam entre os oitenta e dois bens arrolados, sete edifícios reconhecidos como “solar”, a saber:

- a) Solar Cesário Veras;
- b) Solar dos Vasconcelos;
- c) Solar dos Belford (*sic*);
- d) Solar de Graça Aranha;
- e) Solar que pertenceu à Baronesa de Anajatuba;
- f) Solar do Barão de Grajaú;
- g) Solar da Baronesa (de São Bento).

Houve também alterações dessa lista inicial, a partir da consulta a outros documentos. Em uma versão revisada e atualizada dos *Monumentos Históricos do Maranhão*, como trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão pela discente Bárbara Izadora Bueno, sob orientação da Professora Márcia Tereza Campos Marques em 2015, o “Solar de Graça Aranha” passou a ser chamado de “Sobrado onde viveu Graça Aranha” (BUENO, 2016, p. 146). Porém, sob os mesmos nomes dos bens arrolados na edição de 1979, em sua revisão dos dados tipológicos Bueno descreveu o Museu Histórico e Artístico do Maranhão - MHAM como “um dos mais belos solares de São Luís” (Idib., p. 96), o “Sobradão” da Praia Grande localizado na Rua do Trapiche (Rua Portugal n. 199) como “monumental solar colonial” (Idib., p. 142) e o Sobrado da Rua Formosa (atual Rua Afonso

³⁶ O trabalho foi realizado durante um período letivo, por uma equipe de trinta e um universitários de História, Letras, Engenharia Civil, Desenho e Comunicação, coordenadas pelo engenheiro Luiz Phelipe Andrès e supervisionadas pelo Projeto Rondon, sob a pessoa de seu diretor, Carlos José Nogueira Fontoura. Contaram com o museólogo Oswaldo Gouvêa do Instituto Joaquim Nabuco de Recife, PE para colaborar com o levantamento e identificação da arte sacra. Naquela época, em 1978, ainda não havia curso de arquitetura no Maranhão. (BRASIL, 1979).

Pena, n. 111), onde funciona a Pousada Colonial como “um solar como os demais” (Idib., p. 144).

Ainda na mesma publicação, nos dados da linha do tempo do “Prédio dos Diários Associados” localizado na Rua Formosa, quadra 110, n. 46 a palavra “solar” apareceu três vezes, fazendo referência à Informação Técnica que denunciava que “o solar continua[va] se deteriorando” (Idib., p. 127) e aos projetos de intervenção como o de “Restauração e Adaptação do Solar para abrigar a sede da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico e a Casa do Patrimônio do Centro Histórico” (Idib., p. 127) realizado em 2009, de onde se infere que o imóvel havia passado a ser referenciado como “solar” pelos órgãos de patrimônio. Algo semelhante ocorreu com o Palácio Cristo Rei, que em seus dados cronológicos faz referência ao período em que os direitos de posse passaram para a Arquidiocese do Maranhão e sob seus cuidados “o solar foi sede da Escola de Jesuítas” (Idib., p. 102). Ou seja, incluindo todos os bens que em algum momento foram descritos como solar, o número de amostras subiria para doze.

Em outra fonte consultada, o livro *Bens Tombados no Maranhão: tombamentos estaduais*, produzido pela Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado do Maranhão, publicado em 1988, constam outros bens referenciados como solares. Além do Solar da Baronesa de São Bento, protegido pelo decreto n. 7.155 e inscrição n. 02, à folha 01 do Livro do Tombo, em 13/08/1980; o Solar da Baronesa de Anajatuba, tombado através do Decreto n. 7.665 e Inscrição n. 024 no Livro de Tombo, à folha 05, em 23/08/1984; o Solar do Barão de Grajaú (Museu de Arte Sacra), tombado através do Decreto n. 11.583 e Inscrição n. 042 no Livro de Tombo, à folha 09, em 29/11/1990, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, - Decreto n. 11.597 – Inscrição n. 056 no Livro de Tombo à folha 11, em 30/11/1990, foi incluído o Solar do Ribeirão que havia sido tombado pelo Decreto n. 7.661, inscrito no livro do Tombo sob o n. 005, à folha 02, em 15/10/1980 e restaurado para a instalação da sede da Fundação Municipal de Cultura - FUNC.

Nota-se, contudo, que no livro *São Luís e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem*, produzido com o apoio da Superintendência do IPHAN no Maranhão pela própria FUNC, a sua sede aparece como “Imóvel no Solar do Ribeirão”, sugerindo uma dúvida quanto à adequação da palavra “solar” para se referir à edificação propriamente dita, mesmo que a palavra apareça nos documentos de tombamento.

Ainda nesse guia, além dos “solares” listados anteriormente, surgiu a indicação de uma edificação restaurada havia pouco tempo com recursos do Programa Banco Interamericano de

Desenvolvimento - BID e Ministério da Cultura, aprovada como “Projeto da Sede da Escola de Música do Maranhão Solar Lilah Lisboa” (SÃO LUÍS, 2009, p. 429).

A partir dessas fontes, chegou-se à lista de nove “solares”, a saber:

- a) Solar Cesário Veras;
- b) Solar dos Vasconcelos;
- c) Solar dos Belford;
- d) Solar que pertenceu à Baronesa de Anajatuba;
- e) Solar do Barão de Grajaú;
- f) Solar da Baronesa (de São Bento);
- g) Solar Gomes de Souza (Museu Histórico e Artístico do Maranhão – MHAM);
- h) Solar dos Leite (Prédio dos Diários Associados);
- i) Solar Lilah Lisboa (Escola de Música do Estado) / Solar Santa Teresinha / Solar do Visconde de Itacolomy.

Foi excluído da relação o sobrado onde viveu Graça Aranha, pois este só havia aparecido como “solar” na primeira publicação de 1979, não constando de sua revisão ou em qualquer outra listagem. Da mesma forma, em função da inconsistência encontrada no nome do “Solar do Ribeirão” e de sua arquitetura destoante das demais edificações, optou-se por descartá-lo da amostragem. E ainda, o Cristo Rei não constou desse rol por ser reconhecido como Palácio.

Tendo constatado que mais da metade das edificações constantes nessa lista, reconhecidas como “solares” em São Luís não atendia aos pré-requisitos definidos a partir da etimologia da palavra para assim serem designadas, uma vez que em um primeiro momento alguns nomes vinculados às edificações não faziam parte da nobreza da terra, tornou-se obscura a razão por trás da escolha dessa palavra para assim as designar. Para equilibrar a amostragem, optou-se por incluir entre as edificações a serem analisadas dois imóveis que comprovadamente serviram de residência para Barões que, assim, chamaram-se de “Solar do Barão de Turiaçu”, onde foi inaugurado o Museu de Gastronomia Maranhense, e o “Solar do Barão de Itapary”.

Através da ferramenta de buscas da hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, onde estão reunidos periódicos publicados em São Luís a partir de 1821, buscou-se a palavra “solar” associada às onze edificações já identificadas e à nobreza local, sem sucesso. Ao buscar a palavra “solar” isoladamente com a conotação de “propriedade” e/ou de “morada”, percebeu-se que ela apareceu em São Luís primeiramente em notícias sobre incidentes em casas nobres europeias, em folhetins e, na década de 1940, nos títulos de filmes em cartaz nos cinemas locais.

A partir de então, a palavra tornou-se cada vez mais frequentemente, associada ao discurso de preservação do conjunto edificado de São Luís.

Como essas edificações haviam sido reconhecidas como “solares” pelos órgãos de patrimônio buscou-se, através do estudo das tipologias edilícias, uma possível diferenciação/divisão do tipo “solar” das demais moradas maranhenses - “não solar”. Para isso, uma nova pesquisa bibliográfica possibilitou a constituição de um arcabouço teórico sobre os tipos na arquitetura, sobre o “tipo ideal”, bem como sobre as famílias tipológicas das moradas maranhenses. Tendo por base esse conhecimento, decidiu-se abordar as edificações a partir de três eixos de análise: configuração, distribuição e uso – *utilitas*; sistemas estruturais e materiais construtivos – *firmitas*; elementos decorativos e composição estética – *venustas*. Baseado nesses eixos foi possível direcionar a observação científica e, posteriormente, realizar a interpretação dos dados.

Também se buscou através do **método histórico** compreender a influência dos contextos culturais e sociais em cada um dos momentos históricos da urbanização de São Luís na forma de produção do espaço da habitação. Para essa construção, foram realizadas pesquisas sobre os estudos disponíveis sobre as casas, casas senhoriais, arquitetura colonial, arquitetura de pedra e cal, regulamentações régias, método construtivo e códigos de obras. Esses foram complementados com leituras em fontes secundárias, como a literatura, para a compreensão da espacialidade e uso das construções.

Complementando a metodologia, realizou-se entre 15 e 21 de dezembro de 2019 uma viagem investigativa a São Luís do Maranhão. Em visita aos arquivos da Superintendência do IPHAN no Maranhão e ao DPHAP da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, foi feito um levantamento dos dados disponíveis sobre as onze edificações elencadas no processo de amostragem. Em ambos os lugares foram encontrados dados de cada uma das edificações, por endereço, organizados em pastas onde constavam arquivados, por ordem cronológica, dados de levantamentos e diagnósticos que acompanham projetos de consolidação, estabilização, restauração e requalificação desses imóveis, com o objetivo de aprovação junto aos órgãos, incluindo documentos como: dossiês de tombamento, solicitações de isenção de IPTU, informações técnicas, pareceres, levantamentos fotográficos, contratos de serviços emergenciais, relatórios dos mais diversos e recortes de jornal.³⁷

³⁷ Em função do prazo para a realização da pesquisa de campo, os custos e a distância física dos objetos de análise, optou-se por não se realizar levantamentos cadastrais, arquitetônicos ou prospecções pela autora.

O conteúdo dessas pastas foi fotografado digitalmente e organizado por edificações, sendo separados também os dados referentes a cada um dos órgãos de patrimônio. Também foram salvos os dados disponíveis em arquivos digitais referentes a projetos e levantamentos produzidos por servidores e por terceiros, e disponibilizados naquelas entidades, assim como informações de acervos pessoais e de empresas contratadas para a realização de projetos e/ou serviços angariados através de contatos pessoais da pesquisadora. Posteriormente, os desenhos em CAD foram reformatados, de forma que todos teriam uniformidade de escala e *layers*. Também foram redesenhadas as edificações cujos desenhos técnicos ainda se encontravam em cópias heliográficas. A esses dados foram somados arquivos do período de atuação profissional da autora em São Luís, o levantamento fotográfico das edificações durante essa viagem a São Luís em dezembro de 2019 e de períodos anteriores.

Foram ainda levantados dados em fontes primárias e secundárias no Arquivo Público do Estado do Maranhão, em obras raras, como dicionários do século XIX, álbuns do Maranhão e o *Censo da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória*, de 1855. Para facilitar a localização dos dados nas fotos das páginas manuscritas do Censo - que se encontram organizados por quarteirões -, foram lançadas sobre o mapa de 1858, elaborado por Joaquim da Veiga, as oitenta quadras às quais o censo faz referência. Essa tarefa facilitou as consultas ao Censo pelo fato de o mapa ter sido elaborado poucos anos depois do censo, representando a configuração das quadras daquele tempo, antes dos aterros e outras intervenções sobre a malha urbana. Além disso, o mapa apresenta a mesma nomenclatura do Censo dada aos arruamentos, que foram renomeados a partir da década de 1860. Assim, o Censo contribuiu para aferir a ocupação da maioria das edificações naquele ano, como verificado na figura a seguir.

FIGURA 17 – Planta da Cidade de São Luís elaborada por Joaquim da Veiga em 1858 com o lançamento das oitenta quadras do Censo da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (1855)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, s.d.

Portanto, os resultados apresentados advêm da reunião de todos os dados obtidos, referentes aos levantamentos e diagnósticos produzidos por diferentes autores, fontes e em diferentes épocas. Como foram produzidos em momentos diferentes e com objetivos diversos, o nível de detalhe e precisão desses levantamentos, bem como a quantidade de dados e documentos sobre cada um dos imóveis varia bastante, não havendo, portanto, uniformidade nem quantitativa nem qualitativa destes dados. Foram especialmente mais difíceis de localizar dados referentes aos imóveis que se encontram fora dos limites da antiga freguesia de Nossa Senhora da Vitória, não contemplados pelo Censo de 1855, e que se encontram fora do perímetro de Tombamento Federal de 1974³⁸.

Com o intuito de complementar esse conjunto de informações obtidas nos arquivos, também foram localizados e usados artigos científicos e pesquisas sobre algumas das edificações isoladamente, como o *MHAM - A história e a casa da nobreza maranhense do séc. XIX* escrita pela arquiteta e doutoranda, Giovanna Jansen Duailibe, em 2017; o artigo *O cenário atual das edificações do centro histórico de São Luís: O Solar Barão de Grajaú, antigo museu de arte sacra* escrito por Ingrid Rayssa do Santos Moreira, Maria Paula Fernandes Velten Pereira e Claudemir Gomes de Santana em 2018; *Arquitetura Civil Portuguesa: análise das características do sistema construtivo pombalino no centro histórico de São Luís – MA* escrito por Luiz Leizon Cabral Silva, em 2013, e que teve como objeto de análise o Solar dos Leite, e o estudo *Valorização do sistema construtivo e do patrimônio edificado* elaborado pela arquiteta e professora Dra. Margareth Gomes de Figueiredo, em 2014, abordando os sistemas construtivo e estrutural do conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís e suas patologias.

Somam-se aos dados obtidos nesses documentos e pesquisas a leitura dos livros sobre a arquitetura brasileira e maranhense, como os livros de Olavo Pereira da Silva Filho, *Arquitetura luso-maranhense* e *Varandas e azulejos*, de 1997 e 2010, respectivamente, os livros de Dora Alcântara, *Azulejos Portugueses em São Luís do Maranhão* (1980), *Azulejos na Cultura Luso Brasileira* (1987) e *Azulejaria em Belém do Pará: Inventário - Arquitetura civil e religiosa - Séculos XVIII a XX* (2016). Igualmente, foram fonte de dados os artigos de um grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES, que apresentaram os resultados de seu trabalho durante o Seminário de História da Construção Luso-brasileira,

³⁸ Esse perímetro de proteção foi revisto em 2012, quando passou a coincidir com o perímetro registrado como Patrimônio Mundial pela UNESCO (1997).

realizado em 2011, selecionados e organizados pelo professor Nelson Pôrto Ribeiro e publicados no livro *Subsídios para uma história da construção luso-brasileira* em 2013.

Após a realização de pesquisa histórica e documental sobre a história da construção e ocupação de cada uma das onze edificações, o que possibilitou a organização das mesmas em ordem cronológica, realizou-se uma observação exploratória das edificações a partir das peças gráficas, que teve por objetivo caracterizá-las isoladamente, tentando evitar pré-noções.

Posteriormente, através da aplicação do **método comparativo** entre as onze edificações selecionadas e denominadas “solares” em São Luís que fizeram parte da amostragem inicial consolidada, foram identificadas as semelhanças, regularidades, diferenças, deslocamentos, transformações e, desta forma, isolou-se os elementos constantes e gerais. Foram assim destacadas essas características essenciais que determinam ou que contribuem para a ocorrência do fenômeno “Solar ludovicense”, cuja reunião serviu para a construção do modelo de análise, o “tipo ideal”, semelhante ao que propôs Weber. Esse tipo ideal - apenas conceitual, pois se pauta no real, porém não objetiva existir na realidade - foi usado para a análise e compreensão de casos concretos servindo, então, para a classificação de edificações entre “solares” e “não solares”.

A partir da compreensão do conceito “tipo”, e tendo construído o conceito do tipo “solar ludovicense”, o mesmo foi testado com as famílias tipológicas das casas térreas e sobrados. Verificada a adequação das premissas propostas, a partir dos elementos essenciais, para a classificação, as edificações que fizeram parte da amostragem foram confrontadas com o “tipo ideal” através da experimentação, definindo quais poderiam ser classificados como “solares”. Consequentemente, pôde-se estender a análise para outras edificações que não fizeram parte da amostragem inicial, possibilitando novas leituras do conjunto edificado em São Luís. Através das analogias, desconformidades e verificação das inter-relações. Buscou-se ainda um delineamento das origens das variantes e sobre a evolução temporal dos solares ludovicenses, constatando-se a possibilidade de maior aprofundamento nessa questão através das análises causais propostas por Weber, o que se pretende realizar durante o doutoramento.

4 Análise comparativa dos “solares ludovicenses”

Antes de iniciar a análise dos solares “ludovicenses propriamente” dita, acredita-se que seja importante situar temporalmente e geograficamente essas edificações.

São Luís é uma cidade fundada em 1612, que, apesar de ter sua malha urbana conformada por um plano urbanístico da segunda década do século XVII, o casario existente foi construído em dois momentos posteriores. O primeiro ocorreu a partir da fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755, que gerou o seu primeiro ciclo de desenvolvimento econômico calcado na produção rural de grandes latifundiários. Nesse período a cidade cresceu, ocupando as oitenta quadras constantes no Censo da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, território que pouco avança além do Largo do Carmo. E o segundo, após a independência do Brasil e abertura dos portos, que fez emergir uma classe burguesa cuja riqueza se fez não apenas pela comercialização do algodão para abastecer a indústria têxtil inglesa, como também dos bens de consumo produzidos além-mar, do fomento de uma economia independente e a nova organização político-administrativa para formação de um país. Durante o primeiro ciclo de desenvolvimento a população urbana cresceu exponencialmente, enquanto que no segundo período a cidade, além de continuar sua expansão no sentido leste chegando até o Campo do Ourique, se “aformoseou”, substituindo ou readequando a arquitetura primeva, o que resultou em um conjunto homogêneo de casas térreas e de sobrados que totalizam cerca de 4.500 imóveis, dentre as quais algumas são chamadas “solares”.

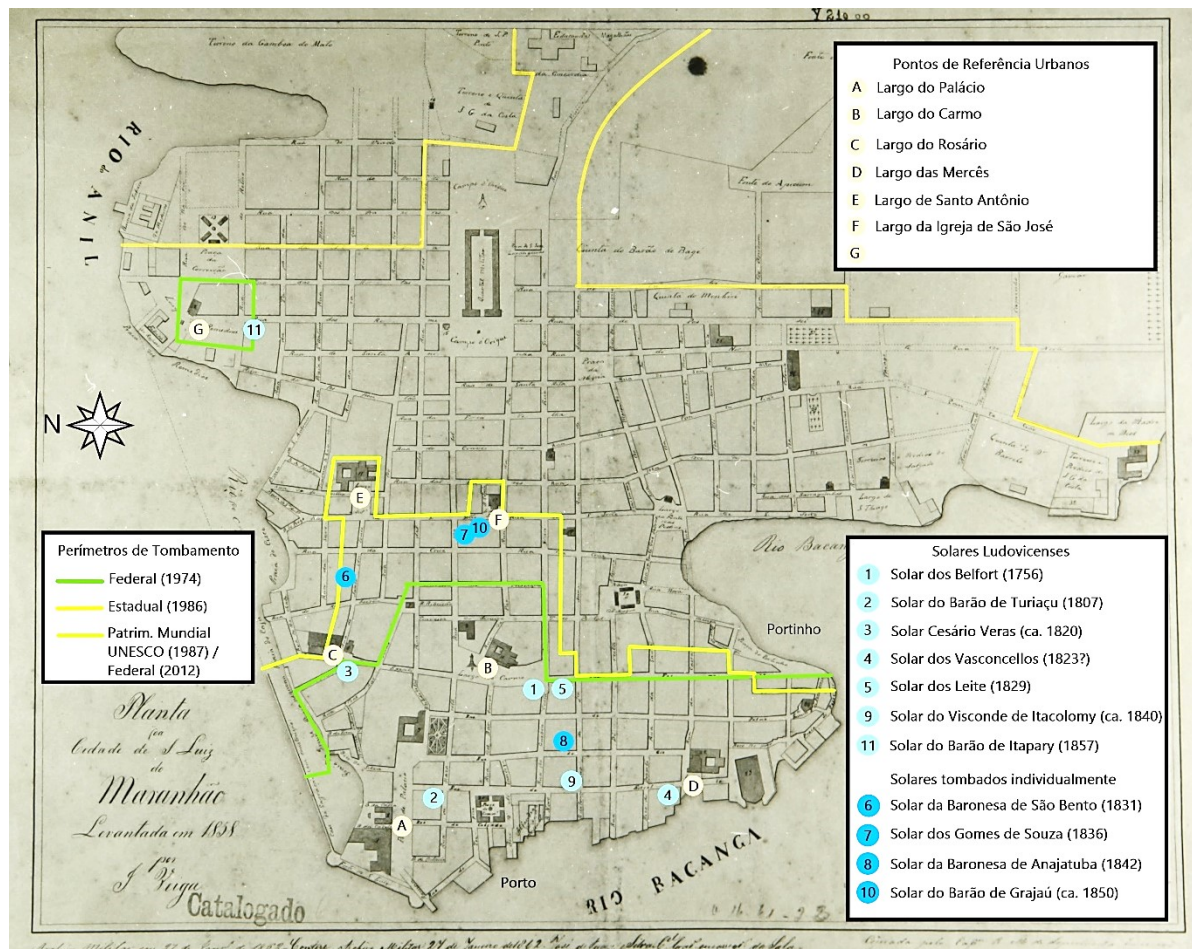
Como é possível verificar na figura 18, a maioria das edificações reconhecidas como “solares” ludovicenses estão inseridos no perímetro do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís/MA, tombado pelo Governo Federal, através do Processo n. 454-T-57 e inscrito tanto no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, à folha 15 sob o n. 64 quanto no *livro de Belas Artes*, Volume 1 à folha 93, sob o n. 513, ambas as inscrições realizadas em 13 de março de 1974, conforme determina o Decreto - Lei Federal n. 25 de 30 de Novembro de 1937. Contudo, todos os onze solares estudados integram a área protegida pelo Governo do Estado através dos Decretos n. 10.089 de 1986 e n. 11.591 de 12 de outubro de 1990, este último publicado no *Diário Oficial* do Estado em 24 do mesmo mês e inscrito no *Livro do Tombo* à folha 11 sob o n. 050 em 29 de novembro de 1990 e ainda a Zona de Preservação Histórica instituída pela Lei n. 3.253 do Município de São Luís datada de 29 de dezembro de 1992. Além dessas proteções nas três esferas de governo, dois desses imóveis

integram conjuntos urbanos protegidos, como o Conjunto Arquitetônico da Praça João Lisboa, do qual faz parte o Solar dos Belfort (Sobrado da Pacotilha), de cujo processo 454-T-51 resultou a inscrição n. 431 do *Livro das Belas Artes* em dezembro de 1955; e o Conjunto Arquitetônico da Praça Gonçalves Dias, que através do processo 454-T-54 teve sua inscrição de n. 432 no *Livro das Belas Artes* também em dezembro de 1955 protegendo o Solar do Barão de Itapary. Com exceção deste último “solar”, todos os demais estão inseridos no perímetro listado como Patrimônio Mundial pela UNESCO estabelecido em 1987 e que, a partir de 2012, passou a limitar a área de proteção federal ampliada.

Alguns solares ludovicenses também foram protegidos individualmente, como o Solar da Baronesa de São Bento, localizado à rua Santo Antônio, n. 161 e inscrito na folha 01 do *Livro de Tombo do Estado do Maranhão* sob o n. 002 através do Decreto n. 7.661 em 15 de outubro de 1980; o Solar da Baronesa de Anajatuba, onde funciona a Superintendência do IPHAN no Maranhão, localizado à rua 28 de Julho, n. 235 tombado através do Decreto n. 7.665 de 23 de junho de 1980, mas cuja inscrição de n. 024 no livro de Tombo do Estado do Maranhão à folha 05 apenas ocorreu em 23 de agosto de 1984; o Solar do Barão de Grajaú, onde funciona o Museu de Arte Sacra, localizado à rua 13 de Maio n. 500 e inscrito sob o n. 042 na folha 09 em 29 de novembro de 1990 através do Decreto n. 11.583; e o Solar Gomes de Souza onde foi instalado o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, localizado à rua do Sol e inscrito sob o n. 056 à folha 11 do *Livro do Tombo do Estado do Maranhão* em 30 de novembro de 1990 por meio do decreto n. 11.597.

Houve ainda o Decreto n. 476 de 1 de julho de 1943 que “proíbe a demolição ou reforma de casas de mirantes ou revestidas de azulejos” (MARANHÃO, 1943) revogado pela Lei n. 395 de 31 de julho do mesmo ano. Aquela legislação protegeria o Solar dos Belfort e do Barão de Grajaú em função tanto do revestimento em azulejos como pelo mirante, embora no caso do Solar do Barão de Grajaú o mirante se encontre em posição diferente do usual, deslocado para o fundo do correr. Também estariam protegidos pelos seus mirantes os Solares da Baronesa de São Bento e de Cesário Veras. Ou mesmo o Solar dos Leite e do Visconde de Itacolomy, que tiveram seus mirantes ampliados e, portanto, desconfigurados. E ainda o Solar dos Vasconcellos, cuja proteção não foi suficiente para impedir a sua ruína, e cujo mirante foi suprimido na sua reconstrução.

FIGURA. 18 - Localização dos Solares Ludovicenses e suas proteções



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Base: Joaquim da Veiga, 1858. Elaboração: Cláudia Andrade.

Essas edificações foram construídas dentro de um período de uma centúria iniciada em 1756. Quatro delas foram erguidas antes da adesão do Maranhão à Independência do Brasil (1823) e as demais no período Imperial, não sendo possível precisar a data de construção de todas. Durante esse período, o Maranhão passou por significativas mudanças socioeconômicas. A constituição da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão em 1755 inaugurou um ciclo de desenvolvimento econômico sem precedentes. Essa companhia viabilizou a produção de algodão, de arroz e deu novo impulso à cultura de cana de açúcar para exportação através do financiamento de plantios, oferta de sementes, ferramentas e de mão de obra escrava e a garantia do escoamento da produção através de uma linha de navegação regular para o reino. Para se ter ideia, após a constituição dessa companhia, o fluxo de embarcações que faziam a ligação do Estado do Maranhão e Grão Pará com o Reino de Portugal saltou de uma a duas ao ano para até vinte e duas viagens transcontinentais anuais (KOSTER, 1834). Dessa forma, as

medidas implantadas pela Companhia Geral de Comércio transformaram a antiga condição do Estado de “penúria em fartura, a nossa pobreza em riqueza” (VIVEIROS, 1954, p. 74) e, mesmo que não acessível e de forma igual para todos, atraíram imigrantes, principalmente portugueses. Se em 1720 havia cerca de 1.200 habitantes em São Luís, em 1788, a população, de acordo com o levantamento do vigário da freguesia de N. Sra. da Vitória, a única da cidade na ocasião, havia uma população de 16.580 habitantes vivendo em 1.482 fogos (RIBEIRO JR. 1999, p. 63). Essa tendência de crescimento perdurou por pouco mais de um século, apesar da extinção da Companhia através da provisão régia de 25 de fevereiro de 1778, da proibição de fábricas através do Alvará Régio de 5 de janeiro de 1785, ambas assinadas por D. Maria I (FLORES, 2004, p. 173), e das diversas epidemias que assolaram o Maranhão, que conjuntamente arrefeceram a tendência de crescimento.

A abertura dos portos às nações amigas e as demais políticas implantadas após a transferência da Família Real para o Brasil (1808) deram novo fôlego à economia e contribuíram para o desenvolvimento da cidade de São Luís e a mudança do seu caráter de pouso temporário para os produtores agrícolas estabelecidos no interior da Província em uma cidade com economia pungente e comércio diversificado. Essa combinação de fatores representou uma oportunidade de aquisição de bens pelas grandes fortunas acumuladas com a agro exportação, que antes, como observou Kostner (1834), não tinham onde serem gastas. Assim, dando continuidade ao que se praticava desde a abertura da Companhia Geral de Comércio, “grande parte da acumulação gerada com a agro-exportação, ao invés de retornar ao processo produtivo – ser reaplicada na aquisição de propriedades rurais e no cultivo de lavouras -, era transformada em bens rentistas.” (MOTA, 2006, p. 131). A aquisição de prédios urbanos para aluguel era uma opção ao mercado instável das commodities em um contexto de poucas opções econômicas característico das sociedades pré-capitalistas.

Além disso, após a Independência do Brasil, as capitais das províncias se tornaram centros político-administrativos, concentrando funções burocráticas e levando a política a novos patamares. Dessa forma, em São Luís percebeu-se o acirramento de disputas de poder e influência, sendo o casario uma forma de afirmação dessa elite maranhense.

Porém, os reflexos das mudanças sociais e econômicas no conjunto arquitetônico iniciaram vagarosos, atrasados pelas guerras da Independência e as consequentes mudanças no poder, ganhando velocidade conforme aproximou-se os meados daquela centúria. Pelos relatos dos viajantes que estiveram em São Luís em torno de 1830, como o médico inglês William Henry Bayley Webster (1793 – 1875) que publicou em 1834 os diários de sua viagem exploratória

pelo Atlântico Sul entre os anos 1828 e 1830, temos um retrato daquele momento. Mesmo que Webster não tivesse consciência do que captava com sua descrição, como em uma fotografia que por vezes registra em um instante coisas que estão além do olhar.

[...] As ruas são estreitas, muitas delas de aparência ruim, e sem que haja entre elas pelo menos uma atraente. **As casas não são nem espaçosas nem elegantes; geralmente de dois pavimentos, com uma sacada superior e janelas gradeadas e sujas no térreo**, e muitas com gramíneas crescendo em suas frentes. A superfície das ruas é bastante irregular, frequentemente em declividades íngremes, e todas são mal pavimentadas. Elas são abominavelmente pedregosas e muito sujas; o odor procedente delas após uma chuva sendo dos mais desagradáveis. **O Maranhão certamente se orgulha de algumas casas respeitáveis em sua aparência externa, e que são também confortáveis, espaçosas e arejadas internamente, os cômodos sendo bem adaptados ao clima.** As casas geralmente possuem um pequeno quintal ou jardim contíguo, que sempre se apresenta em uma condição descuidada; e a cidade tem aquela quietude descrita e tão desejada por alguns visitantes do interior às nossas grandes metrópoles, o seu repouso salvaguardado das carroças ou outros veículos barulhentos; na verdade, existiriam poucos negócios progredindo, se julgarmos pelas ruas. Elas teoricamente são iluminadas, mas eu nunca percebi qualquer outra fonte de luz a noite além do luar.³⁹ (WEBSTER, 1834, p. 33-34, grifos nossos, tradução nossa).

Percebe-se pela sua descrição que as mudanças no caráter da arquitetura ludovicense tiveram início por algumas edificações, que se acredita sejam os primeiros “solares”. “Solares”, no entanto, erguidos também por uma nova “classe nobre”, cuja “nobreza” residia no suor de seu trabalho, no esforço próprio que possibilitou o acúmulo de capital suficiente para erguer “casas respeitáveis” por vezes até mais luxuosos que das “antigas famílias”. No entanto, a defesa de Odorico Mendes dessa classe de “novos ricos” evidencia a estrutura social onde “profissões mecânicas, mercancia, labores rurais vedavam o acesso, a si próprio ou a descendentes, às ordens militares e aos títulos de nobreza.” (TORRES, 2006, p. 14)

[...] he o Commercio o Officio de huma classe nobre, e noblissima: são os que a compõem Negociantes, ou Mercadores, e ordinariamente principiaõ esta

³⁹ Tradução pela autora do original em inglês - The streets are narrow, many of them of a low mean appearance, and without a handsome one among them. The houses are neither lofty nor elegant, generally of two stories, with a balcony above, and dirty latticed windows on the ground-floor, and many with grass growing before them. The surface of the streets is very irregular, frequently on steep declivities, and all are badly paved. They are abominably stony and very filthy, the odour proceeding from them after a shower of rain being most disagreeable. Maranhão certainly boasts a few respectable houses in their outer appearance, and which are also comfortable, spacious, and airy within, the rooms being well adapted to the climate. The houses have generally a small yard or garden attached to them, which is always in a slovenly condition; and the town is of that quiet description so much desired by some of the country visitors to our large metropolis, its repose being undisturbed by carts or such noisy vehicles; in fact, there is but little business going forward, if we were to judge by the streets. They are said to be lighted, but I never could perceive any other source of light at night excepting the moon.

profição pelo exercício de caixeiros, e vendese por medidas de vara e côvado jardas & se he fazenda seca [...]

Constame que há por ahi caixeiros que tem bastante instrução, e que até alguns sabem sofrivelmente o francez e algum bocado de historia e geografia mesmo sem hirem a Coibra; e que raro he o que não escreve bem; e que também não tem nada de tolos, e q não dão o *CAVACO*; [...]

Eu tenho observado com mais circunspecção, que esses de vara e côvado que vocês me fizeraõ escandeliza-los, saõ os q tem dado hum tom brilhante a esta Cidade q noutro tempo parecia huma aldeã de Kamecrans: eu fiquei pasmado quando aqui cheguei à poucos mezes vindo de Coimbra a onde estive alguns nove anos bebendo da Minerva (ileg) o attico licor: fiquei pasmado vendo tantos edeficios belos, e muitos que se vaõ fazendo que tornaraõ esta Cidade taõ formoza.

Logo que cheguei, como curioso politico, dei alguns passeios, e fui ver algumas procissões: e para dar exercício à minha curiosidade fui perguntando: de quem he aquella caza no largo do Carmo, taõ bonita que parece hum palacete em cujo lugar, quando da qui me auzentei estava huma caza velha de palha com huma tasca do *Frege moscas*? Aquella caza e outra que está pregada com ella também de Sobrado, nova, me responderaõ, he de Francisco Coelho Rezende: e só pelo chaõ, que pertencia aos herdeiros de hum dos Brasileiros mais illustres, honrados, e de muita probidade, e virtude, que tu havias de conhecer antes de partires para Coimbra, Pedro Miguel Lamagner; deu o dito Coelho dés mil cruzados, para levantar essa linda propriedade que tu admiras: e ele he puça, e he de vara e côvado: estou a dimirado lhe disse eu: esse homem he útil ao Estado. (MENDES, 1825, p. 26-27)

A necessidade de construção de um casario que pudesse abrigar o aumento da população ludovicense⁴⁰ naquele contexto e que refletisse os anseios de refinamento da sociedade em contato mais próximo com os europeus provocou o aproveitamento das técnicas e elementos construtivos pré-fabricados portugueses com adaptações locais na construção de um conjunto homogêneo composto por casas térreas e sobrados. É nesse período que a maioria dos “solares” foram construídos e aqueles erguidos no período anterior foram reformados e enriquecidos com a introdução de elementos construtivos e decorativos que hoje caracterizam a paisagem de São Luís, como os azulejos, os vidros e os balcões de ferro forjado em substituição aos de madeira. Também nesse período, os interiores das edificações foram completamente transformados. Enquanto os interiores das moradas eram muito simples no século XVIII, conforme pode-se inferir pela leitura dos oitenta testamentos de 1676 a 1799 compilados no livro *Cripto maranhenses e seu legado* por Antonia da Silva Mota, Kelcilene Rose Silva e José Dervil Mantovani (2001), mesmo dos testamentos das pessoas mais abastadas. A partir do século XIX os interiores se tornaram mais claros com a introdução do vidro nas janelas e os lustres de

⁴⁰ A população maranhense chegou a apresentar um declínio entre a segunda e terceira década do século XIX, porém em um período mais alongado, percebe-se um crescimento significativo na primeira metade do século XIX.

cristais, mais coloridos com a introdução dos papeis de parede, cortinas, mobílias para a sala de estar e de jantar importadas.

Ao lado dos solares, com suas sacadas de ferro magníficos portais trabalhados em pedra de cantaria, maçanetas de cristal colorido em portas de madeira almofadadas, iluminados por lampiões ou candeeiros de porcelana, guarnecidos com mobílias austríacas ou francesas em dourado, ricas alfaias estrangeiras tais como porcelana de Limoges, baixelas de prata portuguesa, cristais da Baviera, decorados com cortina de ‘voile’ suíço, enfileiravam-se em ruas tortuosas, humildes casebres, aluminaados por lamparinas, com seus bancos toscos, um jirau, algumas redes e utensílios de barro (LACROIX, 1984 apud CARVALHO, 2005, p. 53)

As transformações na arquitetura ludovicense que tiveram início pelos “solares” se refletiram no conjunto urbano em expansão. Houve pressão para que casebres fossem proibidos dentro da cidade, substituídos por uma nova arquitetura e as ruas fossem retificadas. O lançamento das quadras do plano de urbanização de São Luís de 1844 (FIG. 19) possibilitou a expansão da cidade de acordo com o Código de 1842, uma adaptação da Lei Imperial de 1º de outubro de 1828⁴¹ à realidade local elaborado pela Assembleia Legislativa Provincial, fundada em 1835 conforme previsto na Constituição do Império. Esse código determinou que as novas ruas tivessem oito braças de largura (aproximadamente 17,6 m) e a desobstrução das antigas ruas, que deveriam ter largura mínima de quatro braças, no caso de edificações preexistentes, se referindo às edificações construídas em pedra e cal. Essa determinação pode ter influenciado a forma atual de alguns “solares” que podem ter tido parte de seus volumes subtraídos para a adequação à nova legislação, como o Solar dos Belfort. Tendo como princípio a salubridade e o bom convívio no espaço público, além dos alinhamentos das ruas, da obrigação do calçamento das testadas, o código restringiu a localização de atividades potencialmente incômodas, podendo assim ser considerado como o primeiro zoneamento da cidade de São Luís (CARVALHO, 2005; ANDRADE apud MELO NETO & MOTA, 2015).

⁴¹ A Lei de 1º de outubro de 1828 “dá nova fôrma às Camaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz.” Além disso, sob o Título III posturas policiais, determina uma série de posturas e ações coercitivas, determinando inclusive valores das multas.

FIGURA 19 - Mapa da Cidade de São Luís em 1844.



Fonte: Reprodução de *O Maranhão no Centenário da Independência* de Ribeiro do Amaral.

A injeção de capital em função da abertura de instituições de crédito como o Banco Maranhense (1841) e o Banco Comercial do Maranhão (1847) impulsionou a economia local, multiplicando-se as atividades comerciais e serviços. Como informa Martins (2005) o capital advindo dessas atividades econômicas pôde ser assim investido no processo de renovação urbana onde comerciantes construíram seus comércios e residências em substituição às construções do período anterior, quando a economia se encontrava limitada pelo monopólio da exportação do algodão e arroz produzidos no interior. Para isso, além da mão de obra escrava, podiam contar com a mão de obra de pedreiros e marceneiros formados pela Casa dos Educandos Artífices, fundada em 1841 (CASTRO, 201-, p. 1).

Em um período de um quarto de século, a cidade apresentava-se totalmente alterada.

[Com] Respeito à edificação, apresenta a cidade agradável aspecto pela elegância da maior parte dos edificios particulares, que guarnecem ruas bem alinhadas, ainda que não tão largas quanto poderião e deverião ser. As casas são em maior numero terreas, isto é, d'altura tal que não dão espaço para lojas, ou accomodações ao rés do chão, e conta-se desta especie actualmente 2560, e distinguem-se em casas terreas propriamente ditas, cujo pavimento corre ao nivel do solo, e casas assobradadas, assim chamadas ou por terem altura maior que as terreas, ou o pavimento feito de solho. Deste risco são hoje as casas que geralmente se edificão nos bairros não commerciais, ou do Largo do Carmo para cima, e bem elegantes são algumas das que ultimamente se tem

construído, nas ruas Grande e da Paz, que poderiam servir de modelo para as que se fiserem de hoje por diante. Neste ponto, é bem de lamentar que tenha havido tanta frouxidão da parte das autoridades municipaes em consentir que cada um faça o que quizer, e assim se infrinjão as posturas relativas ao aformoseamento da cidade.

As casas de sobrado são em numero de 565, conforme o ultimo lançamento feito pelo thesouro provincial, sendo 493 d'um andar, 68 de dois, e 4 de tres, afora mais 143, que servem de moradia às pessoas mais pobres da cidade, de muito fragil construcção, e cobertas de palha ou pindova, que é o nome do vegetal com que são estas casas cobertas, e estão ou devem estar todas situadas fora dos bairros principaes.

[...]

Hoje quasi todas as casas de sobrado têm as janellas adornadas com portadas de vidraça, que não só enfeitão a frontaria, como dão maior espaço à luz para o interior, e as terreas dois pannos de caixilho, um de rotulas, inhas venezianas, e outro de vidros, aquelle corrediço ou de abrir para dentro, e este fixo, o que não tinham as antigas nas quaes em vez de vidraças punhão rotulas de regoas ou taboinhas encrusadas, que não só escureciam ainda mais as habitações, como lhes davão aspecto de conventos. As grades e bacias das janellas de sacada eram tambem de madeira, com rotulas sobrepostas no peitoril, a que davão o nome de adufas, e por ellas costumavão os moradores espreitar, sem serem vistos, o que se passava nas ruas.

O pavimento de muitas casas terreas não era ladrilhado nem assoalhado, mas de terra socada. Hoje além do solho, do tijollo e do lagedo vae-se usando tambem muito o bitume plastico, composto de cimento romano e granito quebrado, cuja applicação começou pelas testadas, e sendo bem preparado e assentado, tem sobre os outros materiais muitas vantagens dignas d'apreço. (ALMANAK ..., 1868, p. 170 - 174)

Porém, como a obrigatoriedade de apresentação à Câmara Municipal do “risco e desenho exterior da obra para obter dela a necessária aprovação” anterior ao início da construção ou reforma só foi estabelecida pelo código de posturas da capital regulamentado pela Lei n. 775 de 4 de julho de 1866, as edificações de que trata esta pesquisa não foram contempladas por essa exigência.

É interessante apontar para o fato desta lei ter sido promulgada após a Casa dos Educandos Artífices já ter estabelecido “uma cadeira de mecânica, desenho e escultura aplicada às artes” onde “as lições de desenho constaram da prática de desenho linear, de aritmética e noções teóricas de perspectivas” ministradas durante o período de dois anos (RELATÓRIO, 1857 apud CASTRO, 201-, p. 5) tendo como uma das referências bibliográficas o livro *Architectura* de Paládio. Essa disciplina foi interrompida em 1859 por ter sido considerada supérflua, sendo recriada e reincorporada ao currículo a partir de 1862 conforme determinou a Lei n. 609 de 21 de setembro de 1861, assinada pelo presidente da Província Francisco Primo de Souza Aguiar.

A década de 1860 foi marcada por grandes avanços tecnológicos e a consolidação do capitalismo em São Luís. Nessa década, o início do fornecimento de água e gás hidrogênio canalizados (1863) promoveu nova adaptação nas edificações existentes. E ainda o surgimento de um novo estilo arquitetônico condizente com a nova ambiência da cidade e os ideais positivistas e liberais que se tornavam cada vez mais disseminados: o ecletismo.

Essa nova arquitetura de porão alto habitável, pés direitos altos, com bandeiras em arco pleno, vidros coloridos, telhados escondidos por platibandas e a introdução de sistema de escoamento das águas por meio de calhas e dutos, com o fornecimento de água e gás canalizados, áreas molhadas revestidas por ladrilhos hidráulicos, e as comodidades dos produtos industrializados importados é atualmente reconhecida como “palacetes”. Contudo, ainda se faz mister lembrar que no século XIX, a palavra “palacete” também foi usada para designar os edifícios hoje reconhecidos como solares que apesar de construídos em um período anterior, foram reformados, tendo vários desses elementos construtivos e decorativos introduzidos nas suas adaptações, conferindo-lhes mais conforto e luxo.

Pois, conforme foram introduzidos avanços tecnológicos, assimilado um novo gosto estético e um novo código (1866) deu continuidade às separações de usos no espaço urbano, alguns dos “solares” passam a abrigar novos usos como as escolas que ocuparam o Solar da Baronesa de São Bento, Solar do Barão de Turiaçu e Solar dos Leite. O Solar dos Leite também foi hotel, considerado um dos melhores do Brasil pela a imprensa local da época, e elogiado por alguns dos viajantes estrangeiros, que se disseram surpreendidos pela qualidade das acomodações e dos serviços.

Para a identificação de um “tipo” que possa ser classificado como “solar”, buscou-se revelar entre as edificações analisadas semelhanças tanto formais quanto funcionais e, como alerta Argan (1963), embora seja possível formular inúmeras classificações e subclassificações, as tipologias arquitetônicas acabam recaindo em três categorias principais. A primeira, “relacionada à configuração completa dos edifícios”, categoria essa que poderia ser relacionada ao que Durand chamou de “distribuição”, ou à forma como se agenciam os espaços. A configuração das edificações está relacionada tanto com o uso, ou a *utilitas* da tríade vitruviana, como à sua estabilidade. Porém, assim como Argan (1963) coloca “os principais elementos estruturais” em uma segunda categoria, optou-se por tratar a estabilidade ou *firmitas* separadamente uma vez que os elementos estruturais têm uma relação mais estreita com a disponibilidade de materiais construtivos e o domínio de técnicas para a construção com o objetivo de prover solidez, segurança e comodidade. Se as inovações nas técnicas e nos

materiais são as respostas encontradas para as novas necessidades ou restrições sociais, elas tendem a um equilíbrio e regularidade no ritmo de mudança (BINFORD, 1965) até que haja uma nova ruptura ocasionada pelo contato com uma nova cultura ou a necessidade de se buscar uma nova solução. Essa ruptura, portanto, pode ocorrer devido tanto à restrição de acesso a um determinado material em função da escassez da matéria com a exaustão da sua fonte, como de madeiras com bitola suficiente para vencer vãos de cinco metros ou mais; por mudanças no mercado como a sobretaxa na importação do lioz na década de 1840; ou determinações legais, como as proibições das casas com cobertura de palha nas ruas da cidade imposta pelas posturas de 1842, e do lançamento de águas pluviais diretamente sobre a rua ou calçada imposta a partir de 1866 (GEPFS, 2009); quanto pelo contato com novas culturas e novos mercados, como a chegada de estrangeiros a partir da abertura dos portos “às nações amigas” e a possibilidade de aquisição de produtos produzidos além-mar.

Compreender como se construiu implica, pois estudar a evolução do conhecimento das técnicas da construção (desenho, projeto, cálculo, execução, manutenção), as transformações das exigências programáticas [...], a história da ciência dos materiais, o desenvolvimento da maquinaria e utensílios para a sua extração, processamento, e montagem, a história do ensino da construção (formação dos artífices, escolas de arquitetos, engenheiros, artes industriais) os processos de organização do trabalho, das profissões, de gestão pública e privada de obras, a história econômica e social relacionada com a atividade da Construção. (MATEUS, 2013, p.30)

Porém, há de se considerar a duração no tempo dessas edificações, o que propiciou novas configurações espaciais e usos de uma mesma estrutura. Se algumas delas foram construídas quando a economia se configurava como monopólios para a exportação de produtos agrícolas, elas precisaram ser adaptadas para atender à uma burguesia em ascensão, fruto de um mercado consumidor interno “de luxo” e “comodidades” e que tentava se afirmar como uma nova “nobreza”. Por vezes, essas edificações também receberam novas roupagens com a introdução de novos elementos decorativos como o evidente caso do Solar dos Belfort construído em 1756, porém revestido em azulejos e frisos estampilhados em verde “com um padrão lisboeta oitocentista” (ALCÂNTARA, 1980, p. 24), catalogados por Alcântara sob o n. PE 5.1.1 e FE 15.1.1. Embora os azulejos já estivessem presentes em São Luís no século XVIII revestindo silhares, passaram a ser usados no revestimento de fachadas ludovicenses a partir dos anos 1840 (ALCÂNTARA, 1978). Essa foi provavelmente a época em que também foram alterados os fechamentos das envasaduras das edificações mais antigas, como as portas balcão que passaram a contar com janelas com venezianas na metade inferior e vidros na metade superior, algo que se tornou mais usual no Brasil a partir de 1835 (RODRIGUES, 1945). Se a dimensão estética dos “elementos decorativos” que Argan (1963) propõe como terceira categoria ou *venusta* tem

uma grande contribuição para a ambiência, ela também depende da harmonização com as dimensões funcionais e morfológicas. Então, embora a arquitetura seja a síntese da tríade vetruviana *firmitas*, *utilitas* e *venustas*, para facilitar a análise, verificar-se-á cada uma das três dimensões separadamente.

4.1 A configuração, a distribuição e o uso - *utilitas*

[...] a perspectiva da interdependência arquitetura e lote urbano, quando são amadurecidos pelas tradições, de modo informal, ou quando são pensados e planejados racionalmente. Isto significa que, ao examinarmos uma arquitetura condicionada por um certo estágio tecnológico e por determinadas solicitações de ordem sociocultural e econômica e, simultaneamente, ao examinarmos um traçado urbano condicionado por outros fatores, admitimos que estes compromissos tendem a gerar tipos de relações e configurações que satisfaçam às duas ordens de solicitações. Essas são basicamente, as relações entre os espaços públicos e os privados. (REIS FILHO apud MELLO NETO, 2015, p. 150)

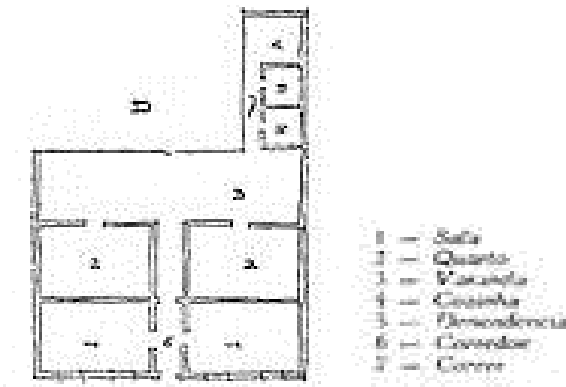
Das onze edificações estudadas, seis estão implantadas em lotes de esquina e cinco em lotes de meio de quadra. Todas, no entanto, foram construídas sobre as testadas e limites laterais de seus terrenos nos principais logradouros de São Luís, contribuindo para a valorização dos espaços urbanos. Segundo Mota, durante o século XVIII, “as áreas mais valorizadas eram o Largo das Mercês, do Carmo e a Praia Grande, pela proximidade do porto e dos principais prédios da administração civil e eclesiástica.” (MOTA, 2012, p. 177).

Com relação às características arquitetônicas, as testadas são em média de 18,09m, sendo a menor do Solar do Barão de Grajaú com 11,30m e a maior do Solar dos Gomes de Souza com 20,96m. As edificações estudadas são exemplares das tipologias arquitetônicas classificadas por Silva Filho (1998) como “morada inteira”, “morada inteira expandida” e “morada e meia” chamadas respectivamente por Espírito Santo (2006, p. 101-7) de “D”, “E” e “F”, dos subtipos “D2”, “D2mirante”, “D3m mirante”, “E”, “E2 mirante”, “E4m”, “F2” e “F3 mirante”, sendo o numeral correspondente ao número de pavimentos e “m” para diferenciar aqueles que tem uso misto. Portanto, de acordo com a classificação de Espírito Santo, as onze edificações estudadas seriam de oito subtipos diferentes.

No entanto, na busca das características comuns existentes nessas onze edificações é possível identificar, independentemente do número de envasaduras e de pavimentos, uma analogia com

a planta da morada inteira (FIG. 20), onde quatro cômodos com área mínima de 16 metros quadrados são acessados a partir de um corredor que liga a porta de entrada à varanda. A partir da varanda, se desenvolve um corpo secundário, chamado localmente de “correr”, onde se encontram ao final de uma sequência de cômodos adicionais o banheiro e a cozinha.

FIGURA 20 - Planta da morada inteira alargada



Fonte: Barreto, 1938, p. 197.

As edificações mais antigas, no entanto, apresentam volume mais maciço, de partido retangular. Ou seja, suas plantas corresponderiam à “morada inteira” sem o “correr”. Enquanto no caso do Solar dos Belfort, o volume parece ser resultante de uma escolha de projeto uma vez que a sua locação e ocupação do terreno resultou em um quintal posterior, no caso do Solar do Barão de Turiaçu isso também poderia se dar em função das dimensões do terreno, com apenas 232,93 m², ou por resultar de uma possível divisão de uma edificação maior.

A falta de um quintal no Solar do Barão de Turiaçu é algo de se estranhar no Maranhão colonial, mesmo após o incremento comercial iniciado em meados do século XVIII que permitiu a cidade ser bem abastecida de peixes, carnes e frutas frescas (HANDERSON, 1821), aves, pães, hortaliças, cereais e vinho do porto (WEBSTER, 1834) nas primeiras décadas do século XIX, induzindo a investigar se essa edificação não foi desmembrada tanto pela Rua da Estrella como pela Rua de Nazaré, pois

Essas áreas destinadas ao convívio, ao cuidado dos animais e à indústria doméstica forneciam também produtos para a subsistência. Era das hortas e pomares que vinham muitas vezes alimentos básicos para a mesa dos colonos, uma vez que a economia colonial voltada para o exterior impunha a cultura de certos produtos para o dia-a-dia. (ALGRANTI, 2005, p.91-2)

Encontramos essas áreas, em maior ou menor medida, em todas as demais edificações estudadas. Nelas, um corpo secundário se prolonga ao longo das laterais em direção ao fundo do lote, conhecido localmente como “correr”, produzindo plantas em “L”, “U” ou “C” (Ver

Quadro 1). Assim, essas alas laterais possibilitaram o uso do espaço aberto como pátio interno para melhorar a iluminação e ventilação naturais dos ambientes, mas também para a vida familiar e mais informal se manter preservada. Nesses pátios, encontram-se por vezes árvores frutíferas e os poços para o abastecimento de água da morada, o que remete à influência mourisca. A presença do poço, no entanto, era fundamental para a autonomia da propriedade quanto à água (MOTA, 2012), uma vez que o fornecimento de água canalizada da Companhia do Rio Anil só iniciou em 1874 (São Luís, 2008).

Como solução de partido arquitetônico, quando em terreno de esquina, o prolongamento do correr se dá sempre ao longo da via, contribuindo para o fechamento e delimitação do lote, mas também facilitando o acesso de serviços independente às áreas de apoio. Dessa forma a fachada principal se encontra, à exceção do Solar do Barão de Turiaçu, na testada de menor dimensão, porém invariavelmente localizada no logradouro de maior importância.

A casa era mais que morada, ou lugar de descanso e convívio familiar.

No interior dos sobrados maiores, a exemplo das vivendas do campo, várias atividades se desenvolviam, evitando o deslocamento de seus moradores. Entretanto, tinha-se o cuidado de separar as diversas atividades. A loja, ou escritório, instalada no primeiro pavimento, evitava que os estranhos se introduzissem nos espaços de convívio da família. [...]. Os escravos poderiam estar no sótão, ou no porão junto às cavalariças. (ALGRANTI, 2005, p. 101)

Quadro 1 – Localização, Implantação e Volumetria

Solar	Canto ou meio de quadra	área terreno	área construída	partido	n. de pavts ¹	Porão	mirante	Pav. Interm.
1. Belfort – Praça João Lisboa n. 37	C	295,00m ²	1.652,82m ²	Retang.	3	sim	sim	Sótão
2. Barão de Turiaçu - Rua da Estrela n.82	C	232,93m ²	1.086,24m ²	Retang.	3			sobreloja ²
3. Cesário Veras - Rua do Egito n.178	C		975,77m ²	L	2	Sim	sim	
4. Vasconcelos - Rua da Estrela n.562,	M	890,00m ²	3453,52m ² *	U	2	Sim	sim ³	
5. Leite - Rua Afonso Pena n.46	M	610,10m ²	1.103,00m ²	L	2		sim ⁴	sobreloja
6. Baronesa de São Bento - Rua Santo Antônio n.161	C	538,40m ²	2.070,78m ²	L	2	Sim	sim	
7. Gomes de Souza - Rua do Sol n.302	M	975,60m ²	1.460,30m ²	U	2		sim ⁵	
8. Visconde de Itacolomy - Rua da Estrela n. 363	C	579,14m ²	1.300,00m ²	C	3		sim ⁶	
9. Baronesa de Anajatuba - Rua do Giz n.235	M	415,30m ²	1.198,23m ²	L ⁷	4			

10.Barão de Grajaú - Rua 13 de Maio n.500	M	332,79m ²	656,90m ²	C	2		Sim ⁸	
11.Barão de Itapary - Rua Rio Branco, n.2	C	742,93m ²	518,60m ²	C	1	sim		
<p>Observações:</p> <p>1 – O número de pavimentos inclui o térreo, mas não contabiliza porão, mirante, sobreloja ou sótão</p> <p>2 – O segundo pavimento, por suas características, poderia ser chamado de “sobreloja” (CARITA, 2016), ou seja, um piso intermediário entre o térreo e o piso nobre que corresponde à ampliação da parte de serviços. Desta forma, contabilizamos este piso como sobreloja e não no número de pavimentos.</p> <p>3 - O mirante do Solar dos Vasconcelos foi suprimido na sua reconstrução, contudo para esta pesquisa a sua existência foi contabilizada. * A área do solar inclui o anexo construído no terreno de marinha.</p> <p>4 - O mirante do Solar dos Leite foi ampliado para as laterais norte e sul, configurando-se como um novo pavimento, contudo para esta pesquisa esse último pavimento foi contabilizado como mirante e não como pavimento. Sobre a caixa de escada, há um pequeno volume que se sobressai do telhado em quatro águas, com janelas para frente e fundos.</p> <p>5 – O mirante do Solar Gomes de Souza corresponde, na verdade, a uma janela para iluminação da área do telhado ou sótão tornando esse espaço habitável.</p> <p>6 – O mirante do Solar do Visconde de Itacolomy foi ampliado configurando-se como um novo pavimento, contudo para esta pesquisa esse último pavimento foi contabilizado como mirante.</p> <p>7 - Para adaptação à forma irregular do terreno, o formato L da planta se aproxima de um T invertido, porém para estatística, considerou-se o formato L, ou seja, aquele onde se apresenta um pátio interno delimitado em duas faces pela edificação e as outras duas pelo muro limite do terreno.</p> <p>8 – O mirante do Solar do Barão de Grajaú se encontra deslocado para o fundo do correr, posição não usual em São Luís do Maranhão.</p> <p>Fonte: elaboração da autora</p>								

Com exceção do Solar do Barão de Itapary, que se trata de uma casa assobradada, os demais edifícios configuram-se como “casa nobre”, onde o “andar nobre [está] assente sobre um piso de arrumos e apoios domésticos” (CARITA, 2016, p. 13). Dessa maneira, a verticalização contribuía para a separação dos espaços íntimo, social, de hospedagem, de negócios, de estocagem, de serviços e apoio.

No andar térreo, dando para a rua, ficam as lojas, armazéns e o vestíbulo da casa. Em algumas, antigamente os baixos eram aproveitados apenas para dependências, depósitos, ou quartos de empregados e agregados, ou mesmo senzala, pois morando a família sempre no andar superior, deixava abandonada a parte inferior da casa. (RODRIGUES, 1945, p. 171)

Em geral, a planta do rés do chão é marcada pela simetria do “caixão” tendo em seu eixo a circulação. Essa circulação é dividida em duas áreas, onde um vestíbulo, ambiente acessado diretamente da rua, “desempenha uma função de distribuição aos diversos setores da casa” (SILVA FILHO, 1986, p.41). A partir dele, era possível ter acesso à varanda e interior do lote, onde se encontravam os serviços, através de um portão, chamado localmente de “cancelão” por onde passava a rede, a cadeirinha ou o banguê. Indiretamente, os fundos também poderiam ser acessados através das ilhargas, onde dois ambientes são geralmente interligados por um grande arco. Essas alas serviram para abrigar escravos, mas também foram usadas como armazéns para os produtos vindos das unidades produtivas no interior, ou para os produtos importados “no

atacado”, cocheira (lugar para guardar o carro ou sege) e seguidas no prolongamento do correr, as estrebarias e casa de arreo.

No entanto, como aponta Carita (2016), há poucas informações sobre as zonas de serviços e apoio das casas senhoriais. Além da pouca importância dispendida a essas áreas, elas também foram as que sofreram o maior número de transformações ao longo dos anos, e por vezes, foram alugadas para complementar os recursos para a manutenção da casa durante os períodos de baixa na produção da lavoura ou nos preços das *commodities*.

A exemplo de transformações das áreas em função da introdução de novos hábitos, com relação aos meios de transporte, pode-se observar que enquanto os veículos e os cavalos eram raros e difíceis de se obter, mesmo com algum esforço, como relatou Webster (1834), que esteve no Maranhão ao final dos anos 1820, quatro décadas depois, havia a profissão de pintor de sege (Almanack 1858, p. 131) e esses meios de transporte foram discriminados na relação dos impostos recolhidos, e havendo ainda a imposição de multas para quem transitasse ou conduzisse “cavallos (*sic*), carros, seges ou carrinhos” em determinadas ruas durante períodos de festas (Publicador Maranhense, ed. 234, 1861, p. 2). Ou seja, se no primeiro quartel do século XIX a necessidade de cocheira, estrebarias e casa de arreios era rara, quarenta anos depois essa foi, presumivelmente, uma necessidade dos moradores das edificações estudadas.

Quanto à cozinha, Mota entendeu, a partir dos inventários estudados, “que na época [colonial] se constituía num ambiente apartado da construção principal” (MOTA, 2012, p. 179), o que explicaria a inexistência do “correr” no Solar dos Belfort; porém contrasta com o que afirmou Algranti (2005) ao localizar a cozinha no pavimento mais alto. Ao que se pode perceber, a cozinha no Maranhão, inicialmente separada do corpo da casa foi se aproximando cada vez mais, conforme aumentou a sua segurança, foram introduzidos novos equipamentos e elementos construtivos, como as chaminés, e incorporados novos hábitos, com a chegada de louças finas, baixelas e talheres de prata. Por vezes, no século XIX, foram mantidas duas cozinhas, uma “limpa”, dentro da casa, onde as “donas de casa” poderiam produzir ou supervisionar suas sobremesas refinadas, as quais se referiu Webster (1834)⁴², e outra no quintal onde eram produzidas pelas escravas compotas, e outros alimentos que exigissem maior tempo de cozimento.

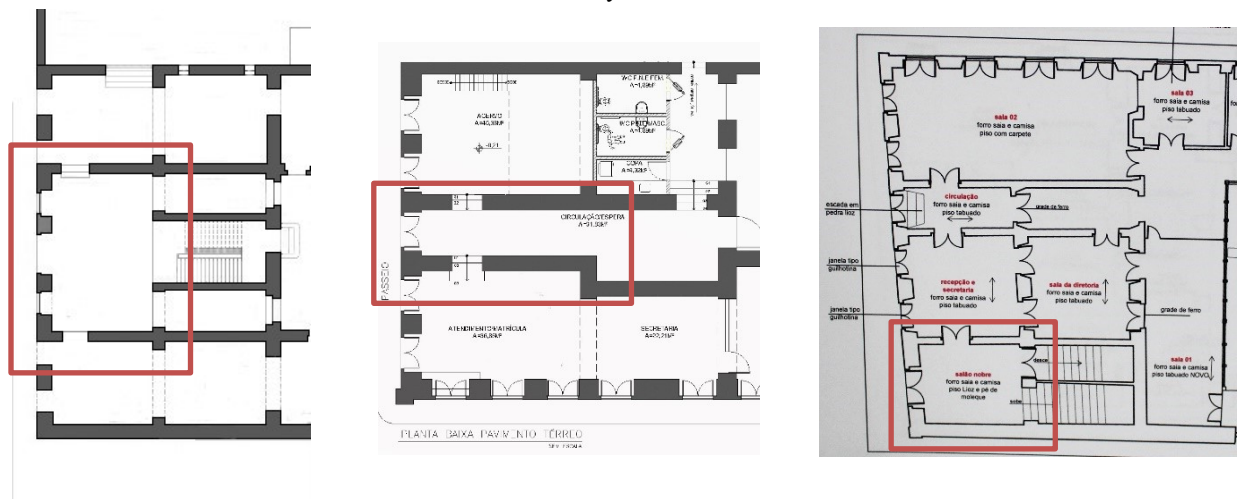
⁴² “At all parties and feast, or more especially private dinners, the dessert alone is considered as being under the lady’s particular superintendence. On this account they are often splendid, the lady displaying her taste in the most beautiful manner. I remember seeing a dessert at a gentleman’s table at Maranham superior to anything I have either heard of read of.” (WEBSTER, 1834, p. 42).

Porém, uma das mudanças mais significativas parece ter ocorrido com os espaços de higiene pessoal. Há vários relatos do transporte de excrementos por escravos até determinadas praias onde eram lançados. Mas, apesar da falta de documentação a esse respeito, acredita-se que um equipamento existente seria a “secreta”, que “era uma edificação com fins de higiene existente em algumas casas, mas que consistia muitas vezes apenas um buraco na terra, embaixo do qual podiam se instalar os chiqueiros.” (ALGRANTI, 2005, p. 94-5), ou ligada à latrina, uma espécie de fossa, localizada geralmente junto aos muros de fundo. Conforme denúncias nos jornais, essas latrinas “vazavam” com as fortes chuvas, especialmente nos terrenos e ruas de maior declividade. Isso poderia ser o motivo que levou Webster (1834) a descrever como repugnante o cheiro das ruas após as chuvas. O adensamento certamente contribuiu para essa se tornar uma questão de saúde pública. E assim, conforme os surtos de doenças relacionadas ao problema sanitário cresceram na década de 1830, daquele momento em diante, tornaram-se cada vez mais frequentes as denúncias do estado precário de algumas latrinas, culminando na regulamentação sobre as águas servidas através dos códigos de posturas de 1842 e de 1866 (GEPFS, 2009). A partir de meados do século XIX, popularizaram-se as caixas ou cadeiras de retrete de madeira, que funcionavam em conjunto com o urinou ou pinico de louça, e que poderiam dar mais privacidade ao usuário. E só a partir das duas últimas décadas daquele século, chegou no Maranhão o retrete com sifão importado, ancestral do vaso sanitário contemporâneo, surgindo com ele o banheiro como conhecemos hoje. Porém, o sistema de esgotamento das latrinas através de manilhas até as praias iniciado em meados do século XIX aliado a outras ações higienistas não foram suficientes para resolver os problemas sanitários da cidade, que adentraram o século XX.

O mesmo aumento de conforto se deu com o banho, que inicialmente “era tomado num quarto, em bacião ou tina” (RODRIGUES, 1945, p. 174). A partir do século XIX, segundo Rodrigues (1945), foram construídos pequenos cômodos exclusivamente para este fim no quintal, onde por vezes, eram instalados banheiros de mármore importados da Europa. Desses equipamentos importados, ainda que se tenha notícias da sua comercialização pelos jornais, e seja possível imaginar que em função da busca pelo conforto pela elite, foram introduzidos nessas edificações, nenhum chegou aos dias atuais nas edificações estudadas, uma vez que já foram modificadas. Contudo, a localização da “casa” ou “quarto de banho”, ao que se pôde perceber nesta pesquisa, se consolidou na sequência de cômodos do “correr”, antecedendo a cozinha, onde a água para o banho poderia ser aquecida em época que não havia luz elétrica.

Um dos espaços que se mantiveram mais íntegros na passagem do tempo, foi o vestíbulo. Durante as décadas de 1820 e 1830, o vestíbulo foi alargado e ganhou duas janelas de peito gradeadas que ladeiam a portada (FIG. 21). Essas janelas eram por vezes dotadas de conversadeiras, o que garantia um certo conforto e privacidade às interações sociais de menor intimidade. Passado esse período, o vestíbulo voltou a ser estreitado, criando uma quebra no alinhamento das paredes laterais da circulação horizontal para comportar no segundo ambiente a caixa de escada de acesso ao piso superior, como em vários sobrados de São Luís, no Solar do Barão de Grajaú e o Solar do Visconde de Itacolomy (FIG. 22), apesar de nesse último a escada atualmente não existir mais no mesmo lugar.

FIGURAS 21, 22 E 23 – Vestíbulos central ampliado, central reduzido e lateral nos Solares Gomes de Souza, do Visconde de Itacolomy e Baronesa de São Bento

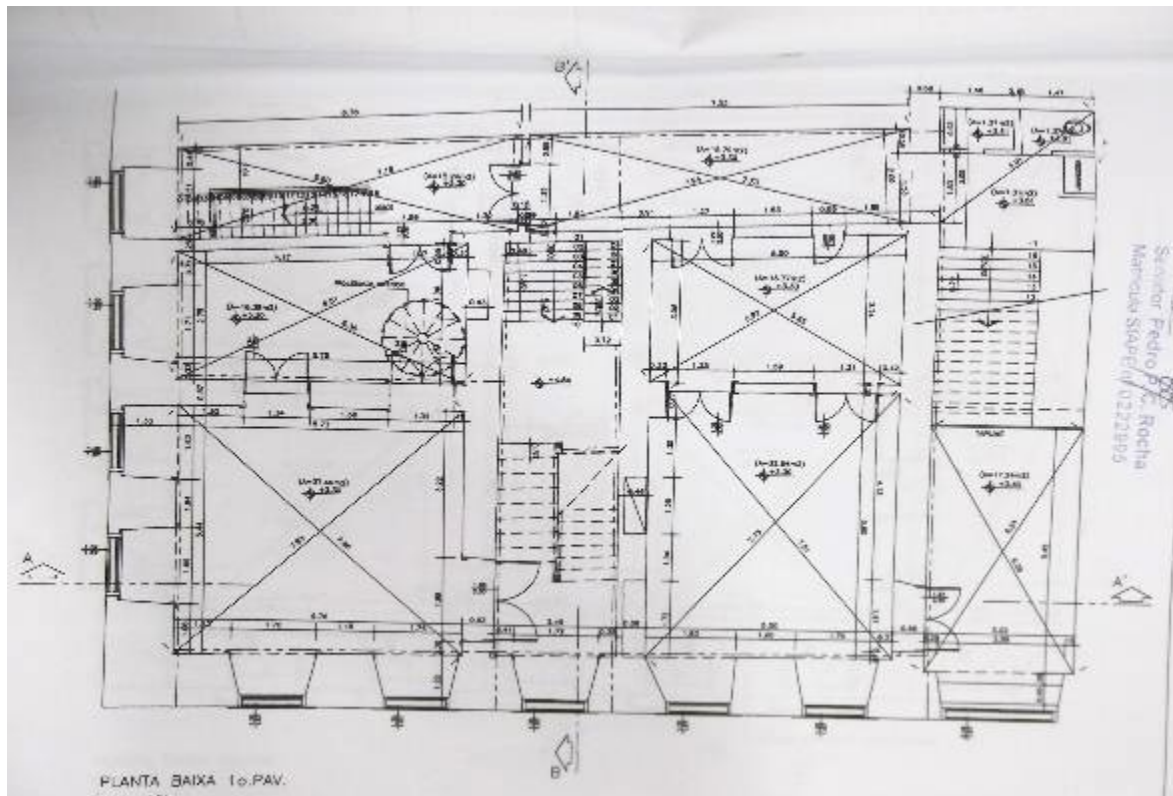


Fonte: DPHAP/MA, DPHAP/MA, IPHAN/MA

Fogem ao padrão de vestíbulo central o Solar da Baronesa de São Bento (FIG. 23) e o da Baronesa de Anajatuba. Os dois têm seus vestíbulos e caixas de escada deslocados para a esquerda do prédio, permitindo o acesso aos outros pavimentos de forma independente. Essa solução permitia que o térreo tivesse ocupação distinta dos andares superiores. Porém, enquanto o primeiro manteve o corredor central de ligação da porta à varanda, mantendo a configuração da morada inteira, o último teve o corredor central suprimido. É interessante chamar atenção para o fato que ambos foram usados pelas respectivas proprietárias Baronesas de São Bento e Anajatuba como imóveis de aluguel e fonte de renda, não tendo sido encontradas evidências de que as duas tivessem residido em algum momento nesses “solares”.

O Solar do Barão de Turiaçu tem seu vestíbulo e escada de acesso ao pavimento intermediário também deslocado para a esquerda; porém, a caixa de escada de acesso aos demais pavimentos superiores a partir do piso intermediário, se encontra centralizada (FIG. 24).

FIG. 24 – Planta do piso intermediário do Solar do Barão de Turiaçu



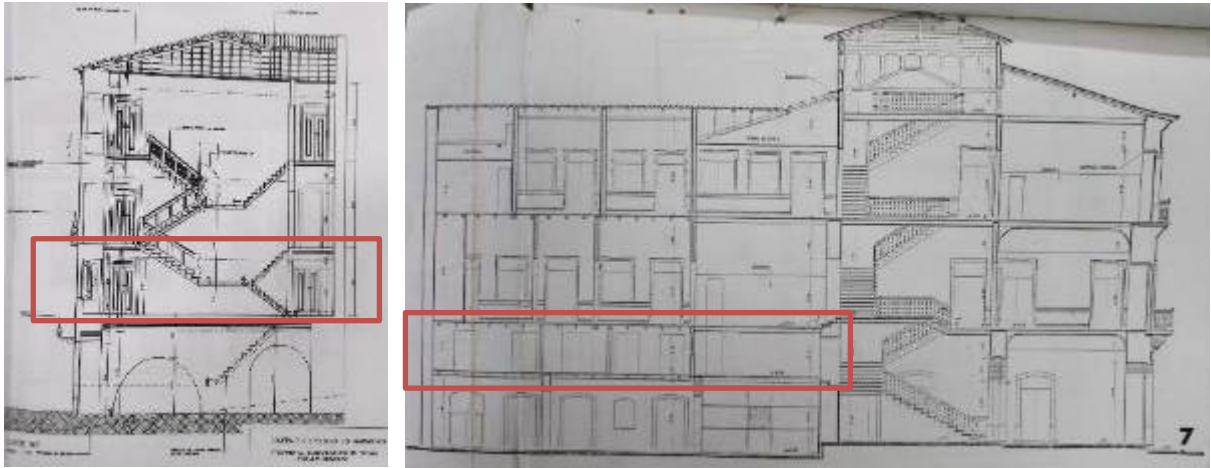
Fonte: MGM, 2008 / IPHAN

Quando o terreno permitiu o aproveitamento do declive, os serviços ocuparam o porão, por vezes chamado de sótão como herança da designação na Idade Média e que ainda se mantém no espanhol. São exemplos de aproveitamento do porão os solares dos Belfort, dos Veras, dos Vasconcelos e da Baronesa de São Bento. No caso do Solar dos Belfort, além do porão, também é aproveitado o espaço entre o terceiro pavimento e o telhado, designado a partir da segunda metade do século XVIII como mezanino “traduzindo uma influência italiana radicada na tratadística” (CARITA, 2016, p. 14).

No Solar do Barão de Turiaçu (FIG. 25) e no Solar dos Leite (FIG. 26), na impossibilidade de um porão, aparece um piso intermediário entre o térreo e o piso nobre denunciado pela sua altura reduzida que tanto poderia ser chamado de “sobreloja” identificado por Carita (2016) a partir do século XVI em Portugal para designar o andar que surge como solução para a ampliação da área destinada aos serviços e o alojamento dos serviçais, quanto “mezanino” como sinônimo de “entresolhos” como adotado por Cirillo (1748-1823) no seu *Tratado de Architectura (sic)*. Optou-se neste trabalho por chamar de “sobreloja” esse espaço acima do rés do chão, porém abaixo do piso nobre, enquanto que “mezanino” foi usado para falar dos

ambientes entre o piso nobre e o telhado com altura suficiente para um homem em pé, sobre o qual ainda há um mirante.

FIGURAS 25 e 26 – Cortes do Solar do Barão de Turiaçu e do Solar dos Leite e a localização das “sobrelhojas”.



Fonte IPHAN

Em oito dos solares, foi possível encontrar as águas furtadas, que em São Luís são denominadas “mirantes”. Sua forma varia muito entre os solares estudados.

Às vezes amplas, formando um cômodo, outras vezes minúsculas, servindo apenas para arejar o sótão. Também se usou em toda parte uma construção no telhado, à rente do prédio em forma de cruz ou de T de modo a ficar umas de suas partes sobre a fachada e as demais lateralmente, indo de um lado a outro da casa e tendo muitas vezes as paredes forradas de telhas invertidas à moda portuguesa. (RODRIGUES, 1945, p.176)

Discute-se que os mirantes serviam para abrigar hóspedes ou como enfermaria no caso de doenças contagiosas, ou como áreas de estudo ou usos em que um certo isolamento seria desejável. Também há quem advogue que eram usados como “postos de observação” e comunicação com as embarcações antes do atracamento no porto, o que possibilitaria vantagens nas transações comerciais através da informação privilegiada. Como solução arquitetônica, sua localização centralizada e aberturas acima do telhado contribuíram, como uma chaminé, para promover a troca de ar e melhorar o conforto térmico dentro da casa, algo muito adequado ao clima local.

FIGURAS. 27 e 28 - Diferentes tipos de mirante. Solar dos Belfort e Solar Cesário Veras



Fonte: Cláudia Andrade, 2019

No pavimento nobre do corpo principal, se encontram três cômodos na frente, cujas janelas rasgadas se abrem para balcões de cantaria protegidos por guarda corpo de ferro forjado. Contíguos a esses, além da caixa de escada, dois outros cômodos se comunicam com a varanda, que ocupa toda a largura do lote. À essa varanda se liga o correr, onde se sequencia uma série de cômodos em direção ao fundo do lote, e que são acessados por um corredor que circunda o pátio interno. Essa divisão interna se mantém quando há mais andares, apresentando pequenas adaptações. Segundo Carita (2016), quando há dois andares (três pavimentos), frequentemente o corpo principal do primeiro andar (segundo pavimento) tem uso social com diferentes salas e os aposentos para a família são deslocados para o terceiro andar.

Se por um lado, nas moradas mais ricas, nota-se uma certa preocupação na preservação da intimidade, com salas e espaços definidos para mulheres, hóspedes e escravos, além de aposentos destinados às atividades específicas, como repouso, lazer, alimentação, orações, trabalho, etc., por outro, as alcovas e quartos que se comunicavam entre si, sem a intermediação de uma área de circulação, poderiam impedir a mesma intimidade, na medida em que era preciso atravessar um para chegar ao outro. (ALGRATI, 2005, p.101-2)

É possível, no entanto, como evidenciam alguns romances de época que as chamadas alcovas fossem usadas de outra forma, como para as “damas de companhia”, ou para as crianças nos seus primeiros anos, ou como uma subdivisão de um espaço privativo maior, ou ainda como as capelas particulares a exemplo de uma lembrança de Gentil Braga no seu livro *Entre o ceo e a terra* (sic) escrito sob o pseudônimo de Flávio Reimar.

Estava a casa deserta; minha mãe ao entrar foi logo ao quarto do oratório, que era contíguo ao quarto de dormir, e resou e chorou de maneira que fazia dó. [...] a lamparina do oratório ardia mortificamente defronte das imagens dos sanctos, que formavam a corte da sua devoção. Umas flores murchas pendiam dos cordões dos quadros, que continham as imagens. Na sala de visitas a mobília e os quadros de parede. Mas em tudo, menos no oratório, estava o deserto (REIMAR, 1869, p. 136)

Porém, não foram deixadas marcas suficientes nesses ambientes para determinarmos com precisão o seu uso. No século XVIII, as casas de cidade da nobreza e da alta burguesia, e as dos comerciantes ricos, eram em geral grandes e espaçosas, mas os cômodos eram habitualmente mal arrumados e escassamente mobiliados (BOXER apud MOTA, 2012, p. 176). Algo que iria mudar a partir do século XIX: com um número maior de imigrantes que trouxeram seus pertences, a abertura dos portos e linhas de navegação que levavam a produção e traziam produtos industrializados, os interiores das casas mais ricas se alteraram completamente, chegando, por vezes, a ser comparados aos palácios europeus.

Surgiram novos usos como a sala de música, a biblioteca, espaço para jogos, e mesmo para os bailes e recepções.

Desde o século XVII, famílias que se estabeleceram, algumas por pouco tempo, outras que ficaram definitivamente, trouxeram sua cultura, seus objetos, que se diferenciavam dos existentes entre as populações nativas. Ainda no século XVIII, as casas das famílias ricas possuíam todo o aparelhamento e o requinte possível naquele momento. Claro está que esses objetos não eram disseminados por toda a sociedade. Os objetos especializados nos interiores das residências urbanas da aristocracia contrastavam até mesmo com o nível tecnológico de suas unidades produtivas, visto que se igualavam a todos os moradores na precariedade dos instrumentos e relações de trabalho. (MOTA, 2012)

Percebe-se, portanto, que quanto às configurações das plantas dos “solares” estudados, elas pouco se modificam entre meados do século XVIII e XIX, se mantendo como uma variação da “morada inteira”. O que as distingue, então, são as dimensões, percebendo-se inclusive que alguns ambientes se ampliam em certos períodos e depois voltam a se reduzir, como o vestíbulo.

Por haver uma maior especialização das funções, e separação dos setores íntimo, social e serviços, o número de cômodos aumenta, o que fez os “solares” crescerem tanto em altura, com relação à casa térrea, com a adição de mais pavimentos, como com a extensão do “correr”, que por vezes se espelhou, o que originou as plantas em “U”. Na impossibilidade dessa solução devido à largura do lote, optou-se por contornar o pátio interno, construindo-se junto ao muro de fundo que o define, o que deu forma às plantas em “C”.

Quanto ao uso, para se adequar às mudanças sociais e econômicas ocorridas nos séculos XVIII e XIX, nos “solares” mais antigos, alguns ambientes e tratamento das fachadas sofreram mudanças. Porém, essas mudanças foram limitadas pela estrutura e sistema construtivo, sendo integrados novos elementos arquitetônicos, como as vidraças, que tornaram os ambientes mais claros.

Para compreender melhor essas mudanças e as limitações, descreveremos nos próximos subcapítulos os sistemas estruturais e os materiais construtivos (*firmitas*), e os elementos decorativos (*venusta*).

4.2 Sistemas estruturais e materiais construtivos

Declarou a morada de casas de vivenda a qual é de sobrado, as paredes da frente de soque e as da parte da banda, de pedra e cal, com seu poço; citas em doze braças de frente e quinze de fundo, as quais foram avaliadas na forma seguinte: o chão na quantia de quatro contos e oitocentos mil réis; a obra de pedreiro em seis contos e quinhentos mil réis, a obra de carapina em três contos, oitocentos e cinco e oito mil réis; a obra de cantaria em quatrocentos e oitenta e quatro mil réis, a obra de azulejo em cento e oitenta e três mil réis e a obra de ferreiro em novecentos e cinquenta mil réis, a que tudo pois a quantia de dezesseis contos, setecentos e sessenta e sete mil réis. (, 1805 apud MOTA, 2012, p. 178)

Ainda há pouca informação disponível sobre as fundações das onze edificações estudadas bem como de outros edifícios construídos em São Luís até o século XIX. O conhecimento adquirido até o presente foi constituído a partir de obras de intervenção pontuais para a estabilização ou o reforço estrutural de alguns edifícios construídos em São Luís nos séculos XVIII e XIX que apresentaram recalque, ou para se adequarem a novos usos. Como exemplo, os serviços realizados para reforço estrutural de uma parede do Solar dos Leite incluíram a escavação do terreno junto à mesma parede para a construção de um bloco a dois metros de profundidade. Durante a escavação, verificou-se que a parede em alvenaria de pedra seguia pelo menos até aquela profundidade (SILVA, 2013, p. 51-52). Essa constatação aponta para a correção de Vasconcellos (1979) ao afirmar que nas construções no Brasil [dos períodos colonial e imperial] foram normalmente usados alicerces em alvenaria de pedra e barro em continuidade aos panos das paredes para transmissão dos esforços para o solo. E se Vasconcellos (1979), que focou seus estudos na arquitetura mineira, classifica como rara a adição de cal à mistura, Figueiredo (2014) afirma que nos edifícios por ela estudados em São Luís, os alicerces eram de pedra e cal de conchas.

O térreo dessas edificações, tanto nas casas térreas como nos sobrados de São Luís, é estruturado por paredes mestras em alvenaria de pedra nos limites frontal e laterais, e nas

divisórias dos ambientes que compõem o “caixão”. Como solução à necessidade de interligação entre ambientes, são encontrados arcos em tijoleira apoiados em pilares de pedra. A espessura dessas paredes nos solares estudados varia de 60 a 120 centímetros tanto em função do número de pavimentos, como do ano de construção. Conforme se avançou no século XIX, passou-se a adotar paredes menos espessas (Quadro 2). É ainda importante salientar que as paredes externas são geralmente mais espessas que aquelas divisórias que, mesmo de pedra, podem ter espessura de até 40 centímetros.

Para a consolidação dos maciços compostos com este tipo de material construtivo, foi necessário, após assentar cada uma das fiadas, ajustar as desigualdades do “sobreleito” das pedras objetivando a que este ficasse com o menor desnível possível para que o leito da fiada seguinte oferecesse maior estabilidade ao conjunto. (MELLO NETO, 2015, p. 105) (FIG. 29)

Ao cortar os excessos de algumas peças mais proeminentes para nivelar a fiada (FIG. 29) e dar acabamento externo criavam-se espaços intersticiais que “permitem a passagem de água e ventilação e tornam este tipo de parede mais flexível que uma de alvenaria de tijolo cerâmico, comportando-se de forma bastante apropriada” (NOLASCO apud MELLO NETO, 2015, p. 105).

FIG. 29 – Foto das fiadas na parede lateral do Solar da Baronesa de Anajatuba



Fonte: Foto da autora (2019) reproduzindo foto do acervo IPHAN

Nos pavimentos superiores, as paredes das fachadas são, no geral, em alvenaria de pedras em continuidade do térreo, porém, frequentemente apresentam espessura menor e são sempre aprumadas pela face externa. As paredes divisórias, por sua vez, são predominantemente em taipa de mão. Porém, também são encontradas divisórias em tabique e em cruz de Santo André. As divisórias em tijolo são mais raras, e apesar do material ter sido usado na construção civil

em São Luís para esta finalidade na segunda metade do século XIX (LEAL, 1868), nos exemplares estudados, quando aparecem, essas paredes foram compreendidas como tendo sido erguidas em intervenções mais recentes.

Por vezes, nos sobrados ludovicenses, os pavimentos superiores foram construídos em um período posterior, como podemos inferir de um recorte reproduzido por Mota (2012, p. 179)

Anda em praça uma propriedade de casas baixas, citas na Rua Grande, defronte das casas que foram do falecido Antônio Gomes Cascaes. São de pedra e cal, atijolados todos os quartos, corredor e varanda; com poço no quintal, local e colunas, com seis laranjeiras da china, uma da terra e um coqueiro. As paredes têm grossura suficiente para sobre elas se poder formar dois andares, avaliada em 3:677\$800 réis. (O CONCILIADOR, 1822, f 3)

Contribuindo para a estabilidade do conjunto foram usados pilares de amarração estrutural no encontro das paredes limítrofes, chamados “cunhais” e os barrotes, vigas de madeira que engastados nas paredes tanto serviam para apoio dos assoalhos, dos telhados, como para o travamento da estrutura. Desta forma, os barrotes também limitaram o tamanho dos ambientes em função da disponibilidade de vigas de madeira capazes de vencer os vãos.

As fachadas internas, que se abrem para o pátio interno, correspondentes aos fechamentos da varanda e do(s) correr(es) nos pisos superiores, são sempre mais leves, com esquadrias de madeira com fechamentos em veneziana ou caixilharia, que Figueiredo (2014) identifica como originárias das regiões portuguesas Norte, Beiras e Trás-os-Montes. Essas se apoiam na estrutura da cobertura das varandas e nos barrotes do piso que, por sua vez, descarregam em grandes pilares, que em alvenaria de pedra ou tijolos, geralmente têm suas fundações do tipo sapatas isoladas.

A eleição da pedra associada à argamassa de cal como sistema construtivo parece ter se baseado na arquitetura militar das fortificações adotada por sua dureza e adequação a terrenos arenosos e junto à praia. Para esse sistema, foram aplicados os conhecimentos adquiridos na Índia ainda no início do século XVI a partir de experimentos com argamassas a base de cal de ostra. Esses conhecimentos se refletiram em sistemas métricos proporcionais consolidados pela Provedoria de Obras Reais articulada ao Senado da Câmara através de cartas régias, alvarás e regimentos de obras.

Através dos regimentos de obras, autos de arrematação e contratos de obras, assistimos ao progressivo incremento de uma “maneira de fazer” partilhável entre funcionários régios e mestres pedreiros, verificando-se a adoção de parâmetros arquitectónicos racionalizados que previamente estabelecidos asseguravam tanto uma qualidade da obra como uma mais pragmática gestão e cálculo dos seus custos. (CARITA, 2013, p. 83)

De acordo com a Provedoria das Obras Reais, as paredes de fundação, mais largas e resistentes, deveriam ter quatro palmos. Nas fachadas, convencionou-se um nembro equivalente às aberturas, que por sua vez, eram de cinco ou seis palmos (110 ou 132 cm) de largura pelo dobro de altura para as janelas de sacada e quatro palmos (88 cm) de largura para as janelas de peito (CARITA, 2013). Essas aberturas eram reforçadas por ombreiras e lintéis em pedra de um palmo (22 cm) de largura. Pedra essa também usada nos cunhais para o reforço da estrutura e nos balcões sacados.

Designada por “pedra e cal” esta construção é estruturada em paredes autoportantes de 3 palmos de grossura (66cm) formando grandes módulos divididos interiormente por paredes de tabique. Como variável, nos edifícios térreos de menor dimensão, as paredes diminuem para uma espessura de dois palmos e meio, para, em edifícios de maiores proporções, como igrejas ou conventos, esta espessura subir para quatro palmos. Decorrendo da resistência da alvenaria de pedra e cal, estes módulos tendem a aproximar-se de formas quadradas ou rectangulares com um lado de 30 palmos, subdividindo-se em séries proporcionais de 24, 20, 15, 12.” (CARITA, 2013, p. 83)

Este “saber fazer” foi então difundido através de famílias de construtores como os Frias, à qual acreditam ter pertencido o engenheiro-mór Frias de Mesquita que circulou por toda a América Portuguesa. Presente no Maranhão na época da expulsão dos franceses, foi o autor da traça urbana de São Luís e responsável pelo projeto e construção do Forte Santa Ana (Figueiredo, 2014). No entanto, como seu cargo indica, Frias de Mesquita deve ter sido formado na academia militar, onde estudavam os engenheiros militares enviados às colônias portuguesas. Porém, durante sua estadia no Maranhão, pouco se construiu em “pedra e cal”, e assim não é clara a difusão do conhecimento. A esse respeito, estiveram no Maranhão outros engenheiros militares ao longo do século XVII e XVIII, surgindo a partir do XIX, engenheiros civis e arquitetos. (FIGUEIREDO, 2014) (Ver Anexo I quadro X - Engenheiros e Construtores no Maranhão (1615-1870)).

Em 1755, no entanto, com o terremoto de Lisboa, a arquitetura portuguesa foi revista e uma arquitetura antissísmica desenvolvida, para que a cidade pudesse ser reconstruída. Para solucionar o caos instalado, o Rei D. José promoveu o Ministro de Relações Externas, Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marques de Pombal, a Secretário de Estado do Reino. Junto com engenheiros militares, Pombal elaborou um plano que refletiria os ideais iluministas e mercantilistas na renovação do traçado urbano. As novas construções só poderiam ser iniciadas após a aprovação oficial e deveriam seguir um modelo inspirado nas linhas sóbrias e austeras da arquitetura chã elaborado pelo Arquiteto do Senado Eugênio dos Santos e Carvalho (FIG. 30).

[...] para que cada rua conserve a mesma simetria em portas, janelas e alturas; e pelo que toca a cotas me parece sejam todas de dois pavimentos sobre as lojas; porém que as paredes que dividem os edificios excedam a altura das paredes das frontarias pelo que se julgar bastante para que o fogo senão possa comunicar de uns telhados a outros, como costuma suceder por não haver esta cautela, e não deixa de ser bem empregada a despesa que demais se faz naquela porção de parede, pela defesa com que cada edificio se prepara contra um tal inimigo. (AYRES, 1910. p. 27)

FIGURA 30 – Fachada modelo para reconstrução de Lisboa



Projecto das frontarias para as ruas principais, que se mandam edificar em Lisboa, baixa arruinada e se dividem com colonellos para separação do uso de gente de pé do das carruagens. Desenho a tinta da China aguarelada. Ass. Eugénio dos Santos e Carvalho e ass. de Sebastião Joseph de Carvalho e Mello, no canto superior esquerdo. Arquivo Histórico Municipal. Fotografia, Estúdios Horácio Novais - CML (1982), *Exposição Lisboa e o Marquês de Pombal*, Museu da Cidade. Amadora: Heska Portuguesa.

Fonte: <https://comjeitoearte.blogspot.com/2011/11/lisboa-pombalina-reconstrucao-da-cidade.html>

Apesar da recomendação de Maia para o limite de três andares, cedendo a pressões populares, além do térreo,

veio o Governo a consentir que se edificassem de três e águas furtadas; e então se principiou a edificar segundo o prospecto que dera Eugênio dos Santos, consistindo em 1º andar de sacadas, 2º e 3º, e águas furtadas de janelas de peito; à excepção das casas da Praça do Rocio, as quais têm, não sei porque, no 1º andar janelas alternadas de sacada e de peito; o que faz com que esta praça perca uma grande parte da beleza que podia ter. (AYRES, 1910. p 5)

Esses modelos incorporavam uma estrutura antissísmica composta por um sistema de pórticos tridimensionais contraventados de madeira cuja concepção é atribuída ao arquiteto Carlos Mardel. Essa estrutura permitiria melhor distribuição dos esforços através de “um jogo de prumos e de travessinhos (secções respectivas: 15 por 13 cm e 10 por 13 cm), estando estes ligados às paredes por mãos, e as partes superiores dos prumos entre si por frechais, e, nos vãos, pelas vergas e respectivos pendurais” (FERNANDES, 2009. p. 23) por meio de encaixes macho-fêmea, montadas piso a piso. Pela sua configuração, ficou conhecida como “gaiola pombalina”.

A maioria dos detalhes construtivos associados às gaiolas eram produzidos pelos mestres da Casa do Risco das reais Obras Públicas e transmitidas oralmente aos construtores ou através de esboços que se perderam nas obras e

no tempo, mas que, entretanto, deram origem a um "know-how" que perdurou até cerca de 1880 [...]. (NESDE, 2005)

A edificação teria altura próxima à largura da rua, e seria composta por no máximo cinco pavimentos sendo o “rés-do-chão” amplo, com pé direito de aproximadamente três metros e setenta centímetros e destinados ao uso comercial enquanto os andares seriam para a habitação. O acesso aos andares era feito por uma escada que havia sido ampliada, frente a tradição construtiva, participando na resistência à ação sísmica.

No primeiro andar, as janelas rasgadas abriam para uma sacada cuja bacia era de lioz guarnecida de gradil de ferro, enquanto no segundo e terceiro pavimentos, as janelas seriam de peitoril e no quarto haveria o aproveitamento das águas furtadas e mansardas. A altura dos pavimentos das edificações se mantinha constante nos quarteirões, podendo variar conforme os blocos, se adequando à largura das ruas.

Para que a reconstrução pudesse ocorrer no menor tempo possível, tomando medidas de segurança, foram adotadas “normalização de medidas, estandardização de elementos repetitórios, racionalização da produção e sistematização da laboração” (FERNANDES, 2009. p.15). A partir de então, passaram a ser produzidos em série elementos de madeira, das cantarias e azulejos.

A construção era realizada em etapas, entrando a primeira equipe formada por “cabouqueiros, encarregados de executar a abertura dos caboucos, bem como a cravação das estacas, das longarinas e travessas das fundações” (RAMOS, 2000. p. 40). A essa etapa seguiam os pedreiros que executavam os alicerces e as paredes de alvenaria e cantaria do rés-do-chão, para, então, “os carpinteiros, chefiados pelos mestres da casa Risco, que eram especialistas em estruturas de navios, procederem à execução da superestrutura de madeira correspondente a cada andar.” (RAMOS, 2000. p 40-41) Por fim, os pedreiros retornavam para embrechar as gaiolas - muitas vezes fazendo uso de material retirado dos escombros de Lisboa, levantar a fachada, instalando os elementos pré-fabricados, e dando acabamento.

As cantarias, os madeiramentos, as ferrarias, as carpintarias, eram transportados até ao seu destino e havia apenas que os montar com um mínimo de tempo de mão-do-obra, e sabendo que já se poupava na matéria-prima (FRANÇA, apud FERNANDES, 2009 p. 23)

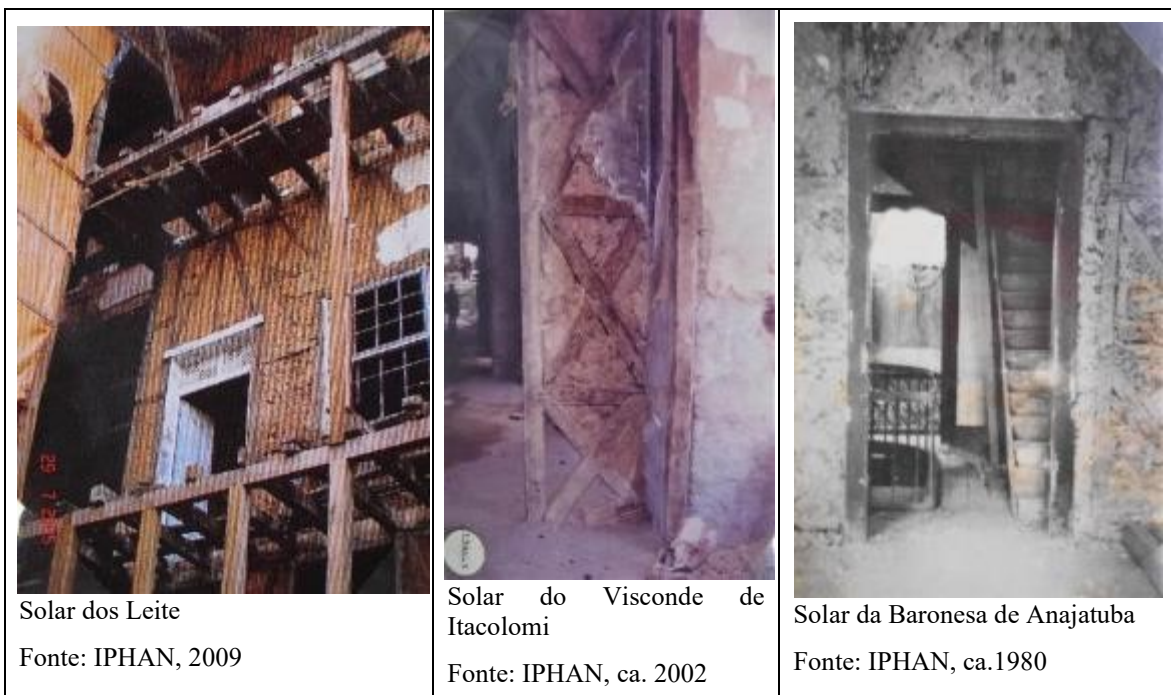
O período de construção Pombalina prolongou-se até meados do século XIX entrando então numa época de transição que a partir de 1880 se individualizou como época própria. E a “monótona” e “pesada simetria” dos edifícios, que contrariava os preceitos do “bom gosto”,

sendo “desagradável” aos olhos do século XIX, converteu-se em atributo louvado, sinônimo de pré-fabricação, economia, simplicidade, pragmatismo (BUENO, 2012).

No Maranhão, acredita-se que a tecnologia desenvolvida em Portugal após o terremoto e incêndio de 1755 tenha chegado através da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Constituída naquele mesmo ano, poucos meses antes da tragédia lisboense, essa companhia possibilitou o enriquecimento de lavradores e formação de uma elite maranhense. Além da ascensão social, possibilitou a inserção dessa classe no mercado consumidor dos elementos arquitetônicos produzidos serialmente para a reconstrução de Lisboa. Esses elementos eram transportados para a colônia como lastro dos navios que escoavam a produção agroexportadora.

Além dos elementos pré-fabricados durante o período de reconstrução de Lisboa, o “know-how” também cruzou o Atlântico e foi usado na construção de vários edifícios ludovicenses. Quanto aos “solares” estudados, três foram comprovadamente construídos no sistema de gaiolas. São eles o Solar dos Leite (FIG 31), o Solar Santa Teresinha também conhecido como Solar do Visconde de Itacolomy (FIG. 32) e o Solar da Baronesa de Anajatuba (FIG. 33), embora nesse último, essa técnica foi aplicada apenas nas paredes divisórias, o que parece ter sido uma adaptação no Maranhão, onde não havia registro de sismos.

FIGURAS 31, 32, 33 – Solares ludovicenses construídos no sistema gaiola pombalina



Ainda há espaço para aprofundar o conhecimento sobre os sistemas estruturais, buscando quais normativas regularam a arquitetura em São Luís em diferentes épocas, ou se esse conhecimento

foi consolidado através da transmissão do “saber fazer” educado ou “de ouvido”, que, de alguma forma parece ter contribuído para a regularidade do conjunto arquitetônico construído em São Luís. No entanto, percebe-se pela análise dos edifícios objeto desta pesquisa, que tanto a espessura das paredes, como largura dos nembos, dimensões das aberturas e dos elementos que se destacam da fachada vão se alterando ao longo dos anos. Percebe-se também, que conforme se avança no século XIX, há uma tendência de mudança no emprego de alguns materiais construtivos básicos.

Quadro 2 – Proporções das edificações

Solar	Caixão			Altura térreo	2º pav	3º pav	4º pav
	Frente	Fundo	Esp. Parede				
Belfort - Praça João Lisboa n.37	19,09	15,15	90cm 107 cm	3,79m	3,07	3,25	
Barão de Turiaçu - Rua da Estrela n.82	20,10	13,16	120cm	4,63m	3,24	4,20	3,96
Cesário Veras - Rua do Egito n.178	17,21	15,41	65-85cm 105 cm	5,19m	5,02	4,00	
Vasconcelos - Rua da Estrela n. 562	19,16	16,36	65-85cm	5,00m	4,90		
Leite -Rua Afonso Pena n. 46	18,59	14,75	110cm	5,04m	4,83	4,83	
Baronesa de São Bento - Rua Santo Antônio n.161	18,45	11,32	85cm	4,90m	4,68		
Gomes de Souza - Rua do Sol n. 302	20,92	14,06	60 - 95cm	5,32m	4,50		
Visconde de Itacolomy I - Rua da Estrela n. 363	14,35	11,87	85cm	4,25m 4,60m	4,05	4,25	
Visconde de Itacolomy II	10,6	14,34	70cm	4,65	4,25		
Baronesa de Anajatuba -Rua do Giz n.235	16,4	11,97	95cm	5,07m	4,82	4,45	
Barão de Grajaú -Rua 13 de Maio n. 500	11,30	12,39	40-50cm	5,00m	5,00		
Barão de Itapary - Rua Rio Branco, n. 2	20,45	7,3	50cm	5,00m			

Fonte: elaborado pela autora.

Os materiais empregados na construção da maior parte das casas, com exceção das coberturas de palha, são, quanto às obras d'alvenaria, a pedra, a terra vermelha ou barro com cal, a cantaria, mas pouca por ser cara, e ultimamente vae-se já empregando também o tijollo na estrutura das paredes que até agora só o faziã em arcos e poços; [...] (LEAL, 1868 p. 172) (177).

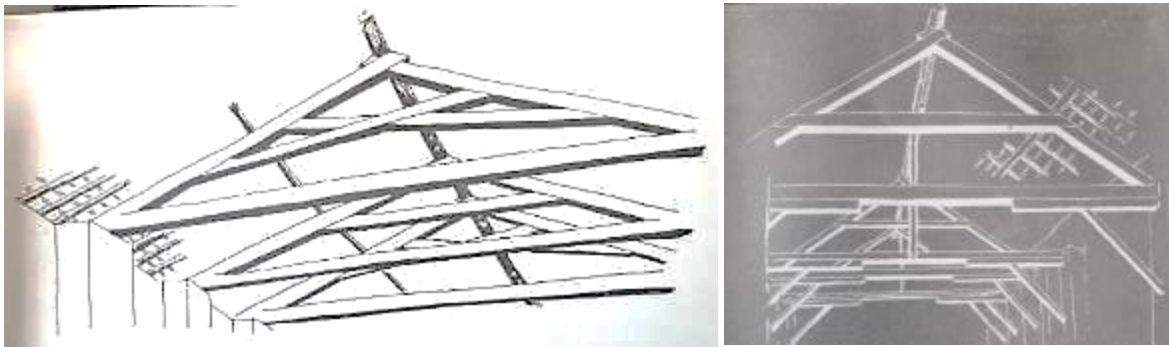
A cobertura em telha de barro tipo capa e canal tem as águas sempre vertendo em direção à rua e ao pátio interno. Quando em lote de esquina, apresenta espigão e rincão no agenciamento da cobertura do corpo principal com o(s) do(s) correr(es). Essa cobertura se apoia em estrutura em madeira geralmente muito simples, composta por caibros que se apoiam no frechal, na cumeeira e nas terças. Sobre o “caixão”, as cumeeiras e terças são geralmente sustentadas por pontaltes

que descarregam nas linhas sobre as paredes. Quando o vão a vencer é maior, são usadas mãos francesas e escoras para maior estabilidade (FIG. 36 e 37). Sobre o correr, geralmente se encontram tesouras de linha alta (FIG 35) ou em cruz de Santo André (FIG. 34). Em alguns casos, uma das pernas da tesoura ultrapassa a outra para sustentar panos de telhados maiores. Para o apoio do espigão, é frequentemente encontrada uma tesoura assentada em planta a 45°, de forma a apoiar nas fachadas, e perpendicular ao espigão. Em vários telhados em São Luís, ainda encontramos peças roliças como caibros. E quando encontramos tesouras com pendurais, essas são resultantes de intervenções mais recentes.

Para lançar as águas das chuvas a uma distância maior das paredes, os panos de telhado de grande inclinação são dotados de galbo, com o uso de contrafeito e rematado por beiral sobre cimalha de alvenaria argamassada. Cimalthas essas que, como pingadeiras, contribuem para que as águas das chuvas sejam lançadas longe das paredes.

FIGURAS 34 E 35 - Tipos de Madeiramento do Telhado

Telhado em “Cruz de Santo André” e em “Linha Alta”



Fonte: Pereira Silva (1987)

FIGURAS 36 e 37 - Telhado do imóvel localizado na Rua Cândido Ribeiro, n. 192



Fonte: Cláudia Andrade, 2008

Para a construção das paredes mestras autoportantes, foram usados o arenito ferruginoso retirado de jazidas próximas, a cal produzida pela queima em fornos locais⁴³ de conchas “do marisco ou mollusco (sic) chamado sarnambi” (ALMANACK DO POVO, 1867, p. 256) ou muitas vezes acumuladas nos sambaquis facilmente encontrados ao longo da costa maranhense, e óleo de peixe. Dos materiais líteos, além do arenito ferruginoso, são encontradas cantarias importadas empregadas nas bacias sacadas, nas guarnições das envasaduras, nas bases de cunhais, nas soleiras, nas calçadas, em pisos lajeados e associados aos seixos retirados dos rios locais formando mosaicos nos vestibulos. Normalmente se empregou o lioz vindo de Portugal que Martins (2013) identifica como oriundo da região de Pêro Pinheiro, Concelho de Sintra.

A madeira tem sua presença marcante. Além da estrutura da cobertura, foram empregadas desde as portadas almofadadas, cancelões e guarda corpos das escadas em madeira recortada ou torneada, esquadrias com especial destaque para as varandas. Segundo Webster “a madeira do país é geralmente tão dura que não queima com a chama, o que é uma circunstância vantajosa uma vez que as casas não se incendiam por relapso, sendo o pior resultado nada mais que um buraco chamuscado no piso” (WEBSTER, 1834, p. 43)⁴⁴. Porém, como de se esperar, essa dureza não era apropriada para todos os elementos arquitetônicos, e assim, empregou-se uma variedade de madeiras locais e do Pará.

[...] quanto às obras de carpintaria, as madeiras chamadas de lei, que são principalmente o bacuri (para soalho), paparauba, o cedro (para portas), a maçaranduba, a inhaúba, o pão d'arco preto, a aturira, o acapú, que nos vem do Pará (para vigas, barrotes, grades etc.) o ameijú e a inhauba (para caibros), o mirim (para ripas). (LEAL, 1868, p. 172)

Apesar de abundante, imagina-se que esse material de melhor qualidade era bastante caro, pelo menos durante o período colonial quando as fábricas, mesmo as de serrar madeira, eram poucas e por diversos períodos foram proibidas. Tanto que esse material fazia parte do rol de bens inventariados.

Em vários espólios, observamos materiais de construção, como o extrato a seguir que menciona: “oitenta dúzias de tábuas de bacuri para assoalho 960\$000 réis, treze dúzias de tábuas de paparaúba para forro 83\$000, duas viagas de quarenta palmos 20\$000 e duas viagas mais pequenas 16\$000.” (inv. 26 MOTA, 2012, p. 179)

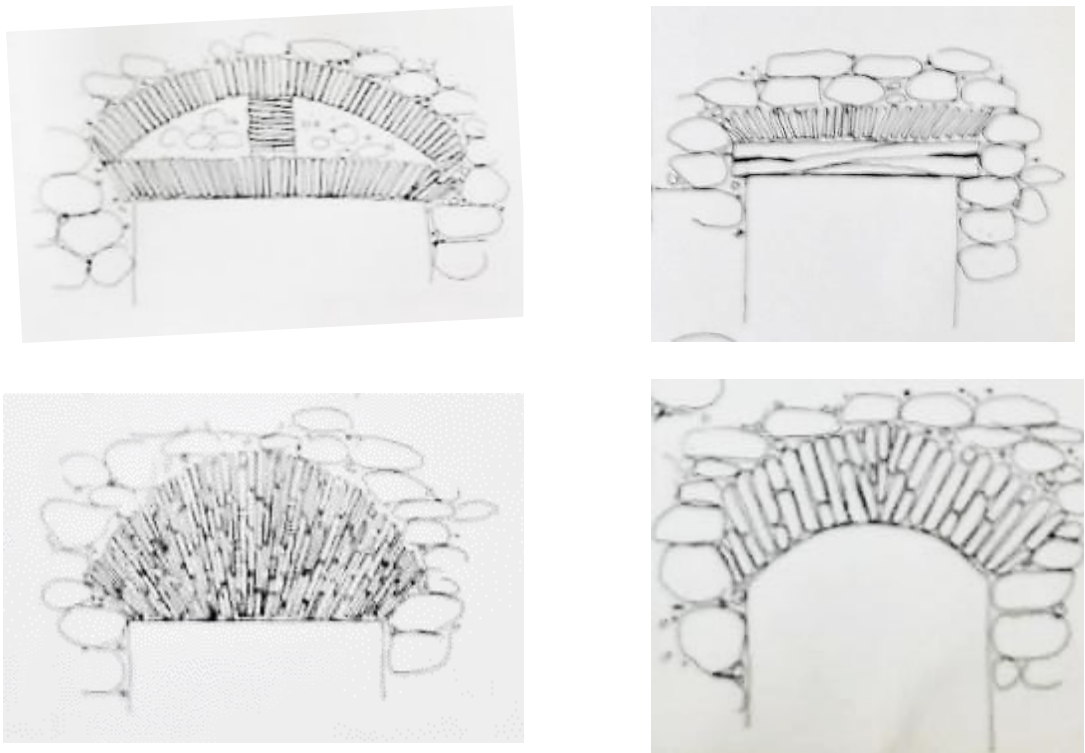
⁴³ Em 1867, produziam cal os fornos nos sítios Bacury, de Gentil Homem d'Almeida; Outeiro, de Francisco dos Santos Franco de Sá; Santo Antonio, dos Herdeiros de João Antonio da Costa Rodrigues; Bacanga, de Luiz José Joaquim Rodrigues Lopes; Larangeiras, de Luiz Paulino Homem de Loureiro Cerqueria; e Pyranhenga, de Luiz Antonio Pires. (Almanack do Povo, 1867, p. 257).

⁴⁴ [...]The wood of the country is generally so hard that it will not burn with flame, which is a fortunate circumstance, s the houses never take fire from carelessness, the most fatal result being never more than a scorched hole in the floor. [...]

As tijoleiras de barro cozido foram usadas tanto para estruturar os arcos e nas padieiras de portas e janelas, permitindo a abertura de vãos nas paredes de pedra (FIG. 38, 39, 40 e 41), como também no revestimento de pisos principalmente ao rés do chão. Em meados do século XIX, no entanto, surgiram os ladrilhos hidráulicos, que se tornam uma boa opção para substituir o lioz. Em função da cantaria necessária para a construção do cais da Sagração iniciada em 14 de setembro de 1841 (MARQUES, 1869, p. 76) e das sobretaxas que recaíam sobre o material, encarecendo-o, o lioz foi se tornando mais raro a partir daquela década.

[...] outros [tijolos], de 23x12x11 cm com a marca “ilha” são muito comuns nestas obras, juntamente com os de dois furos de 22x11x7cm, constantemente empregados na estruturação de arcos plenos das vergas das portas e das janelas. As arcadas de pedra e cal igualmente são estruturadas com tijolos ou com ladrilhos de barro cozido, conhecidos como tijolo romano, alguns medindo 32x16x3cm ou 25x25x2cm, também usados na estrutura das cornijas e das padieiras de portas e de janelas que ora são constituídas de pranchões de madeira ou de barotes lavrados. (SILVA FILHO, 1986, p.42,44)

FIGURAS 38, 39, 40 e 41 - Uso de tijolos de barro na estruturação dos vãos de porta



Fonte: Pereira Silva (1987)

Percebe-se nas construções desses solares a aplicação do conhecimento parte científico, parte empírico para a obtenção do equilíbrio no uso racional dos materiais construtivos locais. As técnicas usadas dotaram essas edificações de grande solidez, fazendo com que elas pudessem resistir a dois séculos ou mais, como no caso do Solar dos Belfort; de segurança para seus

usuários, mesmo em vários períodos conflituosos; e comodidade adequando as técnicas conhecidas às condições climáticas contribuindo para melhor conforto ambiental.

Essas características da arquitetura de “pedra e cal” fizeram com que o sistema estrutural se mantivesse durante longo tempo, sofrendo apenas pequenas adaptações, como aponta Melo Neto:

O método de aplicação destes materiais na montagem das edificações pouco mudou ao longo do tempo considerado, a saber, da segunda metade do século XVIII ao final da primeira metade do século XX, isto porque, já se disse antes, é mais fácil alterar a estrutura física de um imóvel do que mudar o pensamento (a cultura imaterial, o saber fazer) dos construtores dele. Em resumo, percebeu-se durante a análise do sistema construtivo empregado nas edificações que, embora varie o material empregado, o sistema utilizado permanece inalterado. (MELO NETO, 2015, p.105)

4.3 Elementos decorativos e composição estética – *venustas*

As construções aristocráticas se destacavam pela “qualidade geral da construção, seus materiais mais nobres, suas decorações mais ordenadas, seus interiores mais enfeitados, em que a distribuição interna se especializava, separavam-se os espaços de acolhida dos espaços íntimos” (ROCHE apud MOTA, 2012, p. 178)

Nos solares estudados, como nas outras tipologias de morada, a fachada principal é sempre mais formal e composta a partir de um eixo de simetria e delimitada pelos cunhais, o barrado de proteção junto às calçadas e as linhas das cimalthas. Nelas é mantida a regularidade dos vãos e dos nembos, sendo possível perceber nos edifícios estudados que se nos exemplares mais antigos havia um predomínio dos cheios sobre os vazios, com o avançar do século XIX essa proporção tende a se inverter, havendo um leve predomínio dos vazios sobre os cheios (Ver quadro 3).

Como descendente da casa portuguesa,

As casas urbanas, acomodadas entre si em ruas e praças, ou aconchegadas em vielas, enfeitam-se de grades, portadas, molduras, águas furtadas e pouco mais. Algumas evocam o faustoso D. João V, pelas suas volutas e acantos, ou Pombal, pelo mármore de lioz que as emoldura. (RODRIGUES, 1945, p. 162)

Os cunhais são geralmente emassados, porém, apresentam cantaria apenas no soco (FIGS. 42 e 43), ou, em alguns casos, o revestimento em cantaria aparelhada sobe pelo fuste até a altura do primeiro andar (FIGS. 44 e 45).

FIG. 42, 43, 44 e 45. Cantaria nos cunhais.

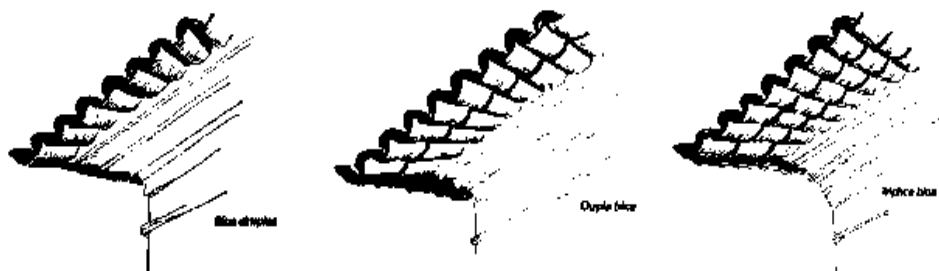


Fonte: Cláudia Andrade, 2019.

A base de proteção das paredes é geralmente emassada lisa e nivelada, tendo por referência o soco dos cunhais. Quando há forte desnível, no entanto, há trechos onde o barrado acompanha a inclinação da rua ou o desnível dos socos dos umbrais.

As cimalkhas, que são usadas como solução para aumentar a projeção do beiral e como pingadeira, contribuindo para a proteção das fachadas, colaboram com as bases e os cunhais para emoldurar o pano da frontaria. Sobre as cimalkhas, aparecem beirais de bica simples ou dupla bica (FIG. 46). E embora se encontrem sobrados em São Luís com tríplice bica e com eira-seveira, não se verificaram esses tipos de solução entre as edificações estudadas. Neles, prevaleceu a solução de bica dupla, localmente conhecida por “eira e beira”. Em São Luís, o beiral é ainda usado como distinção social. Quanto mais elaborado, mais rico teria sido o seu proprietário original. Há, contudo de se lembrar que no caso do Solar dos Vasconcellos, onde se encontra o único exemplar de bica simples, a cobertura original havia ruído, e como geralmente ocorre com as reconstruções, elas apresentam uma solução simplificada. Já no caso do Solar do Visconde de Itacolomy, na reforma que sofreu e que uniu dois sobrados ainda no século XIX, ganhando feições de inspiração art nouveau, foram construídas platibandas, e assim o beiral foi suprimido. Dessa forma, nos dois casos em que não se encontram beirais de dupla bica, não foram encontrados registros que possibilitem determinar a configuração original.

FIG. 46 – Esquemas gerais dos beirais – Bica simples, bica dupla e tríplice bica.



Fonte: Silva Filho, 1986, p. 57

Dentro do “pano” da fachada, observam-se vãos nivelados pelas padieiras, cuja linha imaginária é quebrada pela porta principal salientada. O Solar do Barão de Itapary, contudo, sendo uma casa assobradada, tem sua portada realçada pela altura a ser vencida para ter as vergas niveladas. O solar do Barão de Turiaçu, por sua vez, tem sua fachada principal voltada para uma rua de grande desnível, e assim as padieiras se apresentam niveladas em grupos de três, duas portas e a portada destacada, localizada no nível mais alto.

Nas fachadas das edificações denominadas “solares” em São Luís predominam os vãos com padieira em arco abatido. No entanto, na maioria daqueles construídos antes da adesão à Independência do Brasil, encontram-se vãos de verga reta, como é o caso do Solar dos Belfort, Solar dos Veras e Solar dos Vasconcelos.

No solar Cesário Veras, os vãos das fachadas são de verga reta, havendo sobre a portada, contudo, uma grande bandeira em arco pleno fechada por gradil trabalhado e emoldurada pelo lioz. Aparecem sobre os vãos do térreo óculos ovais gradeados que contribuem para a iluminação e ventilação dos ambientes, o que era salutar em uma época quando as vidraças não eram usuais. Todos os vãos das fachadas são guarnecidos por cercaduras em cantaria com exceção daqueles do mirante, onde as cercaduras são em massa, e das seteiras nas laterais, que não possuem cercaduras. (FIG 47)

FIGURA 47 – Foto das fachadas do Solar Cesário Veras



Fonte: Cláudia Andrade, 2019.

O solar dos Vasconcelos, por sua vez, apresenta na sua fachada principal uma composição de vãos de verga reta e em arco. Percebe-se uma preocupação e apuro maior nos vãos centrais o que conduz o olhar para o eixo de simetria (FIG. 48). Nas guarnições dos vãos centrais superiores em lioz, além dos frisos, são encontrados ornamentos com ênfase na porta central dotada de sobreverga e de onde saem barrados que a ligam às portas laterais imediatamente seguintes. No térreo, a portada é ladeada por janelas de peito com arco abatido e com guarnição em lioz sem ornamentos. As guarnições da portada e bandeira gradeada compõem com as mísulas de apoio do balcão central o que confere unidade ao conjunto. Os óculos foram ampliados quando comparados aos do Solar dos Veras e perderam a guarnição em lioz. Acredita-se que em intervenção posterior, os óculos dos vãos da esquerda foram unidos aos vãos das portas imediatamente abaixo, e passaram a configurar bandeiras com cercadura de massa.

Os solares dos Vasconcelos, dos Leite (FIG. 49) e dos Gomes de Souza (FIG. 50), construídos entre os anos 1820 e 1830, apresentam como característica comum a portada em lioz bem ornada ladeada por duas janelas de peito. Esses três vãos compõem o vestíbulo de entrada em um período em que esse ambiente ganhou grande imponência e destaque.

FIGURA 48 - Foto da Fachada do Solar dos Vasconcelos



Fonte: Cláudia Andrade, 2019.

FIGURAS 49 e 50 - Fotos da Fachadas do Solar dos Leite e do Solar Gomes de Souza

	
<p>Solar dos Leite – Rua Afonso Pena n.46 Fonte: Cláudia Andrade</p>	<p>Solar Gomes de Souza – Rua do Sol n. 302 Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>

Quadro 3 - Fachada Principal. Vão com exceção de portadas

Elemento Solar	n. de vãos / andar	tipo de vão	dimensão	nembo	verga	guarnição
Belfort – Praça João Lisboa n. 37	5	3° - R / Pe	1,32 x 2,26	1,96 – 2,12	reta	massa
		2° - R / Pe	1,24 x 1,46	2,0 – 2,11		
		T - Po	2,02 x 3,12	0,87 – 1,90		
Barão de Turiaçu – Rua da Estrela n. 82	6	4° – Pe	1,23 x 1,69	1,55- 1,78	Arco abatido	massa
		3° - R	1,29 x 2,70	1,47 – 1,70		lioz
		2° - Pe	1,20 x 1,64	1,57 – 1,70		
		T - Po	1,32 x 2,20/2,97	1,47 – 1,57		
Cesário Veras – Rua do Egito n. 178	5	2° - R	1,30 x 2,36	1,67 – 2,12	reta	lioz
		T - Po	1,46 x 2,75 /3,16 1,43 x 2,27	1,52 – 1,96		
Vasconcelos – Rua da Estrela 562	7	2° - R	1,33x 3,10	1,00	S – arco abatido	lioz
		T - Po/Pe	1,35x 2,75	0,70 – 1,00	T – reta, arco abatido	
Leite – Rua Afonso Pena n. 46	7	3° - R	1,20 x 2,75	0,93 – 1,46	Arco abatido	Lioz / massa
		2° - R	1,20 x 2,78	0,93 – 1,44		lioz
		T – Po/Pe	1,30 x 3,04 1,35 x 1,63	0,85 – 1,15		
Baronesa de São Bento – Rua S. Antônio n.161	6	2° - R	1,10 x 2,68	1,24 – 1,47	Arco abatido	massa
		T – Po/Pe	1,10 x 3,22 1,10 x 1,50	1,24 – 1,47		
Gomes de Souza – Rua do Sol n. 302	7	2° - R	1,60 x 1,32 x 2,65	1,20 – 1,60	Arco abatido	massa
		T – Po/Pe	1,32 x 2,65 1,13 x	1,20 – 1,60		lioz

Baronesa de Anajatuba – Rua do Giz n. 235	6	4° - R	1,30	0,75	Arco abatido	massa
		3° - R	1,30	0,75		lioz
		2° - R	1,20 – 1,35	0,75		
		T – Po/Pe	1,30 x	0,75		
Visconde de Itacolomy – Rua da Estrela n. 363	5	4° - R / Pe	1,30 x 2,80 1,30 x 1,80	0,84 - 1,07	Arco abatido/	Massa
		3° - R	1,30 x 3,00	0,84 – 1,07		lioz
		2° - Pe	1,30 x 1,80	0,84 – 1,07		
		T - Po	1,30 x var /2,53 x 3,50	0,84 – 1,07		
Itacolomy II (anexada na ampliação)	4	2°	1,30 x 3,00	1,3	Arco pleno	massa
		T – Po	1,53 x 3,50	0,92 – 1,20		lioz
Barão de Grajaú – Rua 13 de Maio n.500	5	2° - R	1,30	1,00	Arco abatido	massa
		T - R	1,30	1,00		
Barão de Itapary – Rua Barão de Itapary n. 197	7	Pe	1,30 x 2,30 / 2,44	1,10	Arco abatido	massa
Andar S – andares superiores T – térreo / rés do chão			Tipo de vão R – Janela rasgada Pe – janela de peito Po – Porta			

Fonte: elaboração da autora

As portadas (quadro 4), no entanto, que nos anos 1820 apresentam bandeira gradeada em arco pleno sobre verga reta (FIGS. 52 e 53) são modificadas na década seguinte, surgindo, então, duas soluções de portada com arco abatido. Os portais mais grandiosos receberam sobrevergas em lioz ricamente talhado com inspiração neoclássica, como nos Solares dos Leite (FIG. 54) e dos Gomes de Souza (FIG. 55), que remetem às casas brasonadas dos solares portugueses. Assim, as bandeiras gradeadas foram suprimidas, surgindo no interior da cercadura da porta em lioz, uma peça de madeira responsável pela concordância das folhas da porta, de travessas retas, e o intradorso do arco. Em um primeiro momento essas peças foram dotadas de almofadas formando conjunto com as portas. No caso do Solar da Baronesa de São Bento (FIG. 62), o portal tem entalhes mais simplificados, com sutis decorações nas suas laterais e fechamento do arco com uma chave onde se tem gravados um monograma e data, presumidamente, da construção. Paralelamente a essa solução de portada com sobrevergas entalhadas, a solução onde as bandeiras gradeadas são fixadas sobre a verga reta da porta e o intradorso do arco, então abatido, se manteve usual nas portas de vão menor, com a simplificação do desenho, adotando-se um padrão de barras verticais repetitivo. Dessa forma, além de aparecerem nas portas das lojas dos solares, também aparecem como portadas em outros sobrados. Essa solução aparece tanto no Solar do Visconde de Itacolomy (FIG. 59) como no Solar do Barão de Itapary (FIG.

58), apesar deste último apresentar em sua bandeira a data de 1857, portanto em período posterior.

Nos anos 1840, no entanto, coincidindo com o período de início de construção do cais da Sagração e a sobretaxa do lioz, esse material torna-se cada vez mais raro nas construções, mantendo-se apenas na portada. Dessa forma, as sobrevergas em cantaria não fazem mais parte da composição das fachadas das edificações a partir daquele momento. As portadas nesse período se ampliam para dar passagem a seges e “carros”, que se tornaram mais fáceis de se obter. Assim, as bandeiras gradeadas se mantêm; porém, com a ampliação das portadas, em vez de se apoiarem sobre as vergas retas de cantaria, se apoiam em uma travessa de madeira, um novo elemento que também serve ao batente da porta em madeira (FIGS. 56 e 57). Nota-se também, nos exemplares estudados desse período, a chave de arco simplificada, sem qualquer inscrição, mas acompanhada de contra-chave.

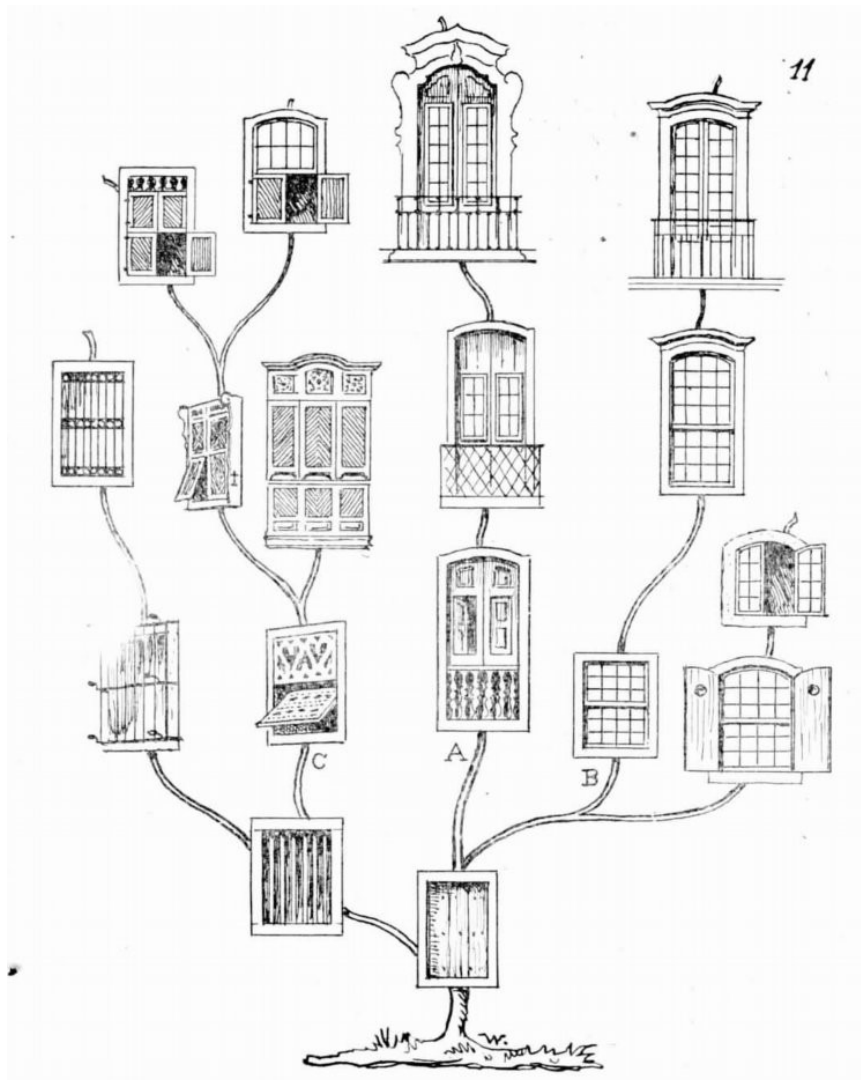
No térreo, além da portada e das janelas de peito que se abrem para os vestíbulos, os demais vãos são rasgados, e fechados por portas de abrir em duas folhas, complementadas por bandeiras para se conformarem ao intradorso do arco. As exceções são o Solar da Baronesa de São Bento, que salvo as duas portas de acesso apresenta apenas janelas de peito; O Solar do Barão de Itapary, que sendo uma casa assobradada apresenta apenas janelas de peito sob cada uma das quais, se encontram alinhados verticalmente pelo eixo, óculos de ventilação do assoalho; E ainda o Solar da Baronesa de Grajaú, que apresenta balcão entalado no térreo com paramento em venezianas de forma a limitar o acesso, impedir a visão do interior e manter a privacidade, enquanto garante a aeração dos ambientes. Essa solução tornou-se usual a partir da década de 1840, popularizando-se na segunda metade daquele século associada aos vãos de arco pleno.

Hoje quasi todas as casas de sobrado têm as janellas adornadas com portadas de vidraça, que não só enfeitão a frontaria, como dão maior espaço à luz para o interior, e as terreas dois pannos de caixilho, um de rotulas, inhas venezianas, e outro de vidros, aquelle corrediço ou de abrir para dentro, e este fixo, o que não tinham as antigas nas quaes em vez de vidraças punhão rotulas de regoas ou taboinhas encrusadas, que não só escureciam ainda mais as habitações, como lhes davão aspecto de conventos. As grades e bacias das janellas de sacada eram tambem de madeira, com rotulas sobrepostas no peitoril, a que davão o nome de adufas, e por ellas costumavão os moradores espreitar, sem serem vistos, o que se passava nas ruas. (Almanak do Povo, ed 2, p. 174, 1868)

Esses fechamentos em “taboinhas encrusadas” e as “adufas” não estão presentes nos pavimentos superiores de nenhuma das edificações estudadas. Isso não quer dizer que não fizessem parte da concepção inicial dessas edificações. Conforme pode-se perceber por fotografias de diferentes momentos no século XX, as esquadrias das fachadas foram

substituídas em diferentes momentos. É possível, contudo, como Leal (1868) explica, que muitas dessas esquadrias tenham sido substituídas com a generalização do uso do vidro. Segundo Rodrigues (1945), a partir de 1835 tornou-se usual a composição de caixilhos com vidros na parte superior e com os envazios de venezianas na metade inferior, o que contribuiu para melhorar tanto a iluminação quanto a aeração dos ambientes. O que faz sentido com a descrição dos moradores de São Luís por Webster (1834) que disse: “passam o dia todo relaxando em suas redes e à noite, como filhotes de coruja, ficam espreitando através de suas rótulas treliçadas os pedestres.” (WEBSTER, 1834, p. 24, tradução nossa).⁴⁵

FIGURA 51. Evolução do vidro, da rótula e da grade



Fonte: Rodrigues, 1945, p. 193

⁴⁵ Tradução pela autora do original em inglês - [...] for all day they are lounging in their hammocks, and at evening's hour, like owllets, are peeping out from their latticed blinds at the wayfaring passengers.

Quadro 4 - Portadas

Portadas com bandeira em arco pleno sobre verga em lioz e sob mísulas	
FIGURA 52 - Solar Cesário Veras (c. 1820)	FIGURA 53 - Solar dos Vasconcellos (c.1823)
	
Fonte: Cláudia Andrade, 2019	Fonte: Cláudia Andrade, 2019
Portadas com sobreverga em lioz de inspiração neoclássica	
FIGURA 54 - Solar dos Leite (1829)	FIGURA 55 -Solar dos Gomes de Souza (c. 1836)
	
Fonte: Cláudia Andrade, 2019	Fonte: Cláudia Andrade, 2019

Portadas com chave de arco, contra chave e bandeira em grade de ferro sobre trave de madeira.

FIGURA 56 - Solar da Baronesa de Anajatuba (c.1842)



Fonte: IPHAN

FIGURA 57 - Solar da Baronesa de Grajaú



Fonte: Cláudia Andrade, 2019

Portadas com bandeira em grade de ferro sobre verga em lioz

FIGURA 58 - Solar do Barão de Itapary (1857)



Fonte: Cláudia Andrade, 2019

FIGURA 59 - Solar do Visconde de Itacolomy
Rua da Estrela (ca. 1840)



Fonte: DPHAP/MA

Outras Portadas		
FIGURA 60 - Solar dos Belfort (1756)	FIGURA 61 - Solar Barão de Turiaçu (1807)	FIGURA 62 - Solar da Baronesa de S. Bento (1831)
		
Fonte: Cláudia Andrade, 2017	Fonte: Cláudia Andrade, 2019	Fonte: IPHAN

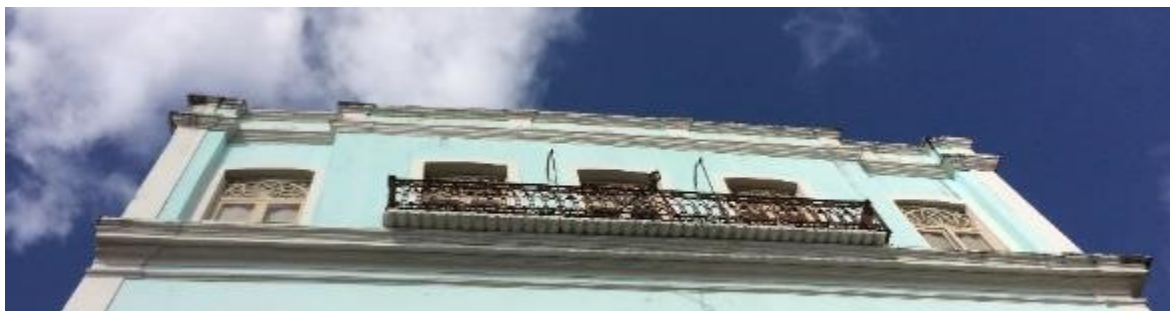
Fonte: elaboração da autora.

Desta forma, a maioria das edificações estudadas, atualmente apresentam suas portas balcão com essa configuração: caixilhos com vidro na parte superior e venezianas na parte inferior. Essas portas são encimadas por bandeiras com pinásios verticais, nos “solares” mais antigos, e depois geralmente em leque, por vezes de desenho rebuscado em forma de estrela ou de inspiração floral. Há, contudo, ainda portas balcão de madeira almofadada, como no caso do Solar do Barão de Turiaçu, recentemente restaurado, e do Solar dos Veras.

Nos andares superiores, predominam as janelas rasgadas, que se abrem ora para balcões sacados isolados, ora para balcões corridos. Esses balcões são compostos por uma bacia em lioz e protegidos por um guarda corpo integrado por “grades de estilo” (RODRIGUES, 1945, p. 162) em ferro forjado/batido e peitoril de madeira, por vezes torneada. Quando o balcão é salientado em curva, aparece centralizado, acima da porta principal e assentado sobre mísulas em lioz lavrado em curva, contracurva e decoração com folhas de acanto. Esses balcões em curva estão presentes nos edifícios construídos nas décadas de 1820 e 1830.

Nos mirantes, alguns balcões corridos têm integrados ao gradil uma haste em forma de lança apoiada na sua parte de cima por uma peça em meia lua engastada na alvenaria no ponto mediano entre as janelas, conjunto esse que sustentava as lamparinas. Mais simples que as que se encontram em Mariana ou Ouro Preto, MG, porém, mais bem integradas ao gradil, parecendo, inclusive, contribuir para a sua estabilidade. Essa solução pode ser encontrada também em outros sobrados. Outro elemento decorativo que é possível encontrar em alguns balcões corridos é o acabamento em forma de telha, como no Solar do Visconde de Itacolomy, o que comporia com a cobertura antes da ampliação que desconfigurou o mirante (FIG. 63).

FIG. 63 – Balcão corrido do Mirante do Solar do Visconde de Itacolomy, com acabamento em forma de telha e com as hastes de sustentação da iluminação



Fonte: DPHAP/MA, 2017.

É possível que as peças de sustentação de lamparinas, lampiões e congêneres fossem mais relevantes no período anterior à instalação dos lampiões públicos, ou nos logradouros mais escuros. E a partir do fornecimento do serviço público de iluminação, tenham caído em desuso, perdendo-se assim, o registro das peças usadas para a iluminação, dando assim a falsa impressão de atirantamento dos balcões.

Os gradis desses balcões também contribuem para a ornamentação das fachadas dos solares (Quadro 5). Buscou-se uma relação dos desenhos desses balcões com a data de construção de cada um dos solares. No entanto, não foi possível estabelecer uma relação clara. Primeiro, por apresentarem padrão variado; segundo, porque foram encontrados desenhos diferentes em uma mesma edificação, como no Solar do Barão de Turiaçu. E ainda, desenhos que apareceram nos “solares” das primeiras décadas do século XIX também aparecem em edificações construídas décadas depois. Essa mesma dificuldade deve ter encontrado Silva Filho (1986) que apesar de ter escrito um livro especificamente sobre as *Varandas de São Luís: gradis e azulejos*, onde busca apresentar a variedade de desenhos, não se aventurou a estabelecer uma cronologia dos padrões.

Nos pavimentos superiores encontramos janelas de peito no último pavimento dos Solares dos Leite e do Visconde de Itacolomy, onde elas aparecem na área ampliada dos mirantes, ampliação essa que os desconfiguraram. As janelas de peito também são encontradas no Solar do Barão de Turiaçu tanto na sobreloja como no pavimento mais alto.

Quadro 5 – Balcões Gradeados

<p>Foto 64</p> <p>Solar dos Belfort</p> <p>(1756)</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>	
<p>Fotos 65 e 66</p> <p>Solar do Barão de Turiapu</p> <p>(1807)</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>
<p>Fotos 67 e 68</p> <p>Solar Cesário Veras</p> <p>(c. 1820)</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>
<p>Fotos 69 e 70</p> <p>Solar dos Vasconcelos</p> <p>(c. 1823)</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>
<p>Fotos 71 e 72</p> <p>Solar dos Leite</p> <p>(1829)</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>
<p>Fotos 73 e 74</p> <p>Solar da Baronesa de São Bento</p> <p>(1831)</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>

<p>Foto 75</p> <p>Solar dos Gomes de Souza (1836)</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>	
<p>Fotos 76 e 77</p> <p>Solar da Baronesa de Anajatuba (1842)</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>
<p>Fotos 78 e 79</p> <p>Solar do Visconde de Itacolomy (ca. 1840)</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>
<p>Fotos 80 e 81</p> <p>Solar do Barão de Grajaú (ca. 1850)</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>	 <p>Fonte: Cláudia Andrade, 2019</p>

Fonte: elaboração da autora.

Quando os solares estão localizados em terreno de esquina, nas fachadas laterais, são mais comuns as janelas de peito que por vezes podem apresentar quebra de ritmo com a ampliação de nembos (FIGS. 82, 83e 84).

Em contraste com as fachadas externas, as fachadas internas, voltadas para o pátio são mais leves. Como anota Barreto, “as condições do clima do Maranhão impõem-lhe as varandas rotuladas, com suas paredes de madeira e persianas de alto a baixo, criando-se assim o sistema de ventilação diferencial.” (BARRETO, 1938, p. 197-8). Por vezes o fechamento se dá por folhas à francesa, outras por guilhotina com fechamento ora do tipo veneziana, ora com pinásios e vidro.

FIGURAS 82, 83, 84 – Esquadrias nas fachadas laterais

Solares dos Belfort, da Baronesa de São Bento e do Barão de Itapary



Fontes: IPHAN, 197-; IPHAN, 1987; Cláudia Andrade, 2019.

Conquanto o casario de São Luís seja mais conhecido pela azulejaria oitocentista que lhe reveste as fachadas, o fundo menosprezado das cazas [...] – embora já em grande parte dismantelado –, tem para o arquiteto de hoje grande valor, é uma lição. Contrastando com o denso paramento das fachadas sobre a rua, regularmente cortadas pela sequência de vãos e rematadas por elegantes beirais, elas se abrem, rasgadas de fora a fora, apoiadas em pilares no quintal, ou em balanço, formando um avarandado – trama contínua de venezianas, treliças ou caixilharia – protegido por enormes beirais e sobreposto à estrutura maciça da casa. É para aí que convergem, na forma usual, a sala de jantar, o serviço e a parte comunitárias mais íntima da vida caseira. (COSTA, 2002, p. 45-7)

Enquanto para Silva Filho, esta seria uma adaptação da casa portuguesa à realidade da colônia, para Alcântara (1980) e Figueiredo (2014), o fechamento da varanda teve influência das casas das regiões de Trás-os-Montes e Beira Alta (nordeste de Portugal), onde o clima é marcado por um inverno rigoroso de chuvas abundantes, frio intenso e neve e o verão, por clima quente e seco. Para comprovar sua tese, Figueiredo, traz como exemplo os Solares dos Condes de Prime e dos Peixoto em Viseu, Portugal.

FIGURAS 85 E 86 - Varandas dos Solares da Baronesa de São Bento e dos Belfort



Fonte: IPHAN, 1983. Viana, 2014.

Quanto aos ambientes internos, em todas as edificações estudadas, a porta principal se abre para um vestíbulo. Na maioria dos casos, o vestíbulo se encontra centralizado em planta, destacando o eixo de simetria no “caixão”, mas nos três casos, dos Solares do Barão de Turiaçu, da Baronesa de São Bento e da Baronesa de Anajatuba, seus vestíbulos foram deslocados para a direita, no ponto mais alto do terreno. Nota-se, contudo, que desses três exemplares, os das Baronesas de São Bento e de Anajatuba tiveram ocupações distintas em seus diferentes andares, e o deslocamento do vestíbulo para uma das extremidades permitia o acesso aos níveis superiores com menor interferência na unidade térrea.

Como visto anteriormente, nas décadas de 1820 e 30, os vestíbulos foram ampliados. Ao lado da portada, aparecem janelas com fechamento externo em grade entalada e interno por duas folhas de madeira relhadas no tardo e com almofadas na sua face, ao lado das quais, por vezes se instalaram conversadeiras com assento em pedra (FIG. 89). Nos pisos, sempre em um nível mais baixo que os ambientes contíguos, aparecem os mosaicos de lajes de lioz e seixos dos rios locais formando um tapete, que tanto poderiam ter motivos geométricos (FIG. 88, 89 e 90), como motivos florais (FIG. 87).

Durante os anos 1840, surgiram os ladrilhos hidráulicos de desenhos variados, que se tornou uma boa opção para revestir o vestíbulo e outras áreas molhadas a partir da sobretaxa do lioz, estando presente nos vestíbulos dos Solares da Baronesa de Grajaú, do Barão de Itapary, e dos Belfort, onde acredita-se substituiu as tijoleiras.

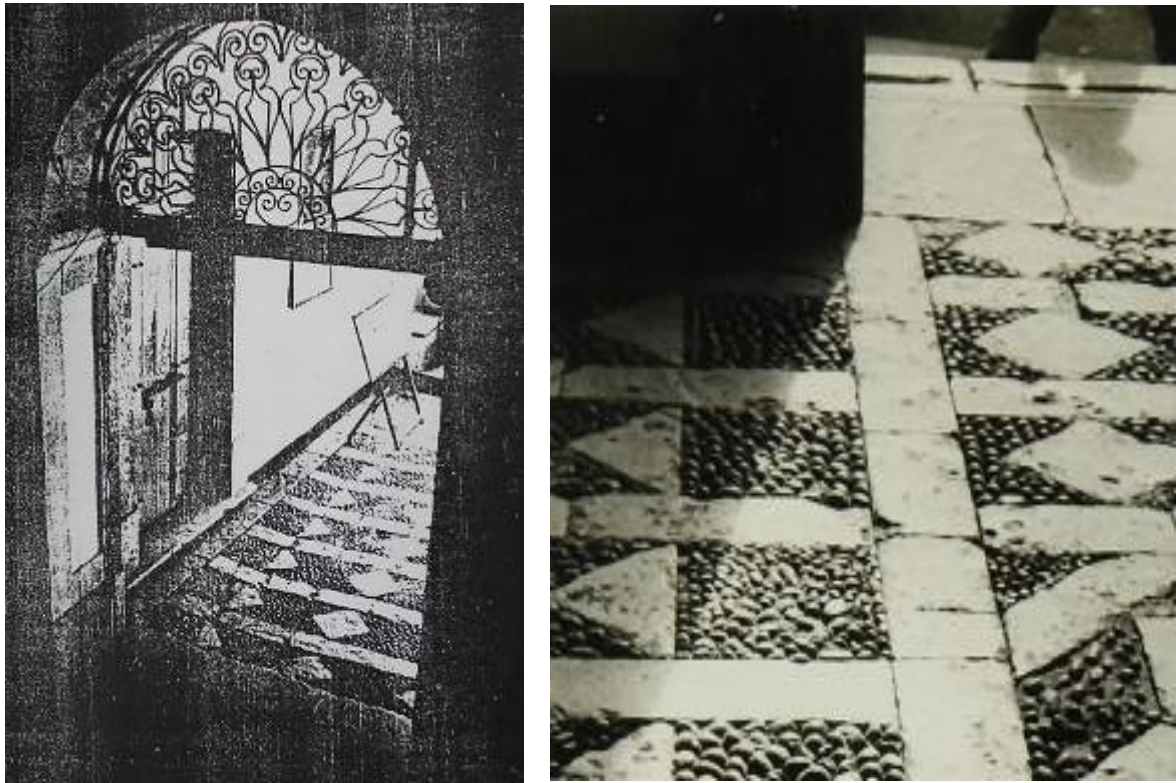
FIGURAS. 87 e 88 - Mosaicos de lioz e seixos

Solar dos Vasconcellos e Solar da Baronesa de Anajatuba



Fonte: Cláudia Andrade, 2019; IPHAN, s.d.

FIGURAS 89 e 90 – Vestíbulo do Solar dos Leite



Fonte: BRASIL, 1979; IPHAN, s.d.

A partir do vestíbulo, então, era possível ter acesso ao pátio interno, ao piso nobre e às lojas. As lojas e escritórios ficavam localizados no térreo, ladeando o vestíbulo, evitando-se o trânsito de estranhos pelas áreas de convívio da família. Apesar dos escritórios poderem ter diferentes configurações dependendo do negócio, a descrição do escritório do Sr. Pescada feita por Aluísio Azevedo em *O Mulato*, portanto mais de meio século depois da maioria dos “solares”, pode dar uma ideia do seu arranjo.

A saleta era pequenina, com duas janelas para a rua da Estrella. Chão esteirado, paredes forradas de papel francez e o tecto de travessinhas de paparauba pintadas a branco. Constava o conteúdo da saleta de uma secretaria comercial, com o competente moxo, alto e inclinado, uma cadeira de palhinha, uma pilha de livros de escripturação mercantil, uma prensa, o copiador ao lado, um copo d’agua com o inseparável pincel chato, descansado nas bordas, um bico de gaz, um caixão de papei innuteis e duas escarradeiras. (AZEVEDO, 1881, p. 25)

Como elemento de controle do acesso às áreas íntimas e à varanda se encontra uma espécie de portão, conhecido localmente por “cancelão”. Geralmente em arco pleno, apresentam bandeira em madeira recortada (FIG. 91) ou torneada, ou ainda em uma bandeira em grade de ferro em forma de leque de desenhos delicados (FIG. 89 e 92). Em alguns dos solares, esse cancelão aparece duplicado separando o acesso ao piso nobre do acesso à parte de serviços já a partir do vestíbulo (Figs. 91 e 92). Em outros, o “cancelão” separa o vestíbulo de um segundo espaço onde se encontra a caixa de escada, e nesse caso, a separação dos fluxos se dá nesse segundo

ambiente (FIG. 93, 94 e 95). Em sua maioria, no entanto, não se vê mais o fechamento em baixo, sendo o degrau de convite e o arco suficientes para delimitar o espaço.

FIGURAS 91 e 92 – Cancelões nos vestibulos dos Solares Baronesa de São Bento e dos Leite



Fonte: Cláudia Andrade, 2019; IPHAN, 2008.

FIGURAS 93, 94 E 95 - Saguão do Museu Histórico do Maranhão, antigo solar dos Gomes de Souza e “cancelão” do imóvel n. 586 da Rua de Santana, onde morava a musa de Gonçalves Dias, fechado e aberto.



Fonte: MHMA, s.d., IPHAN, 1966, IPHAN, 1966..

A escada também foi ganhando mais requinte conforme os anos se passaram e as peças do guarda corpo foram ganhando formas mais delicadas (Figs. 96 e 97). Geralmente, o degrau de convite é em lioz, enquanto a estrutura, os degraus e o guarda corpo e o forro são em madeira. Por vezes, sobre a escada há iluminação zenital, que pode ser caracterizada pelo simples uso de telhas de vidro, como aquela do Solar da Baronesa de Grajaú, ou mais elaborada, como era a cúpula que existiu sobre a escada do Solar dos Leite, e que se perdeu.

FIGURAS 96 e 97 – Guarda corpo com peças torneadas no Solar dos Belfort, construído em 1756 e no Solar dos Leite, construído em 1829



Fonte: IPHAN

Vencido o primeiro desvão, chegava-se ao piso nobre onde, como dito anteriormente, os registros não permitem ter certeza da localização de cada um dos ambientes. Além disso, as edificações que fazem parte deste estudo, passaram por diferentes ocupações em diferentes momentos, sendo o interior provavelmente a parte da casa que mais se modificou, com um simples rearranjo e distribuição do mobiliário e outros bens móveis e integrados. No entanto, os registros dos móveis arrolados nos inventários, informam a existência desses ambientes, e assim, apesar de não indicar com precisão sua localização, buscar-se-á recriar a ambiência possível.

Um dos primeiros ambientes acessados pelo visitante era a “sala de espera”.

Quanto às “salas de espera”, poucos móveis compunham o mobiliário deste ambiente. Existem mesas redondas ou quadradas, de um pé, ou “com abas”. As bancas ou mesas de jogos, forradas ou não, também eram bastante comuns. Identificamos “mesas com jogos de damas”, mesa de jogo “lavrada” e uma “prensa de marcar cartas”, [...] Também identificamos canapés com doze cadeiras de braço, que tinham assento e encosto forrados com tecido de Damasco, que valiam até cem mil réis. Ou ainda, canapés com vinte e quatro cadeiras de palhinha, ou vários “bancos de sala de espera”. (MOTA, 2012, p. 210)

Esses móveis descritos poderiam estar presentes nas “salas de visita”: para as salas, a partir da década de 1840 são anunciados canapés, sofás e cadeiras, mesas de jogos, mesas de centro,

mesas de apoio para relógio com pedra mármore branco, espelhos de moldura dourada, bancos, prateleiras, estantes para livros, tapetes, pianos entre outros itens (FIGURAS 98 e 99).

Inicialmente inacessível para a maior parte da população, “a mobília era o meio de expressar a riqueza.” (MOTA, 2012, p. 206). Algumas peças eram importadas, como as declarações de carga dos navios chegados no porto, mas pela descrição de Webster, havia mão de obra qualificada produzindo móveis de boa qualidade.

Eu não consegui descobrir se o Maranhão possui qualquer manufatura. O acabamento dos marceneiros é cuidadoso e elegante, e eles produzem artigos muito respeitáveis com a madeira ornamental do país. *Jacaranda Brasiliensis*, ou falso ébano, é pesado e resistente. A *candarú* é a mais comum, e se assemelha ao mogno. O folheamento é normalmente feito com a *aroxa*, e *peroba*, uma madeira rosa elegante, ou com o *Pau do Pará*, uma madeira cetim amarelo fina. (WEBSTER, 1834, p. 42)⁴⁶

FIGURAS 98 E 99 – Sala de Música do Museu Histórico do Maranhão, antigo Solar dos Gomes de Souza

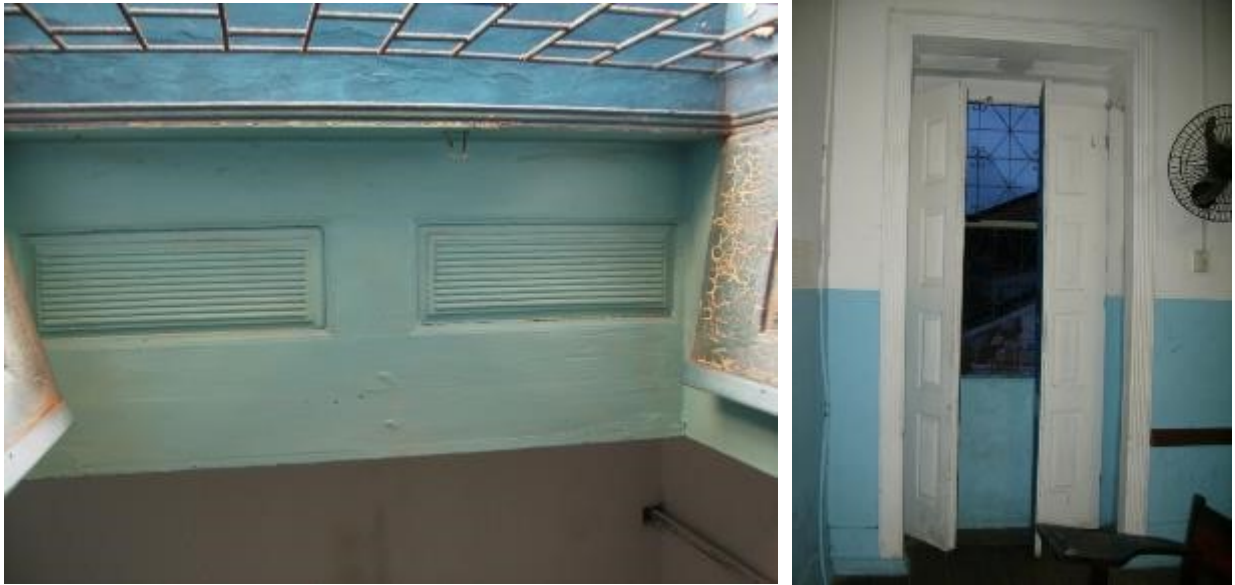


Fonte: Duailibe, 2017.

Além do mobiliário, nos ambientes sociais, as portas balcão por vezes receberam fechamento duplo, sendo o externo em caixilharia e vidro, e o interno, com portas em madeira almofadadas. Essas portas, por sua vez, ao se abrirem, se encaixam perfeitamente nos “cofres”, paramentando o vão, que também tem na padieira acabamento acompanhando os detalhes das folhas da porta (FIG. 100 e 101).

⁴⁶ I could not discover that Maranhão possesses any particular manufacture. The workmanship of the cabinet-makers is neat and elegante, and they produce very respectable articles with the ornamental wood of the country. *Jacaranda Brasiliensis*, or bastard ebony, is heavy and strong. The *candarú* is the most common, and resembles mahogany. Veneering is generally performed with the *aroxa*, and roose-wood, na elegante pink wood, or with the *pau de Para*, a fine yellow satin-wood. (WEBSTER, 1834, p. 42)

FIGURAS 100 e 101 – Detalhe de padieira e vão de porta com cofres para as folhas almofadadas de imóvel n. 192 da Rua Cândido Ribeiro antes de restauração.



Fonte: Cláudia Andrade, 2008

Nos pisos, o mais usual foi o soalho encabeirado, podendo ser encontradas cabeiras em topo ou à meia esquadria. A partir da segunda metade do século XIX, tornam-se mais frequentes os pisos em dois tons de madeira.

Também aproximadamente nessa década difundiu-se o uso do papel de parede pintado e assim os interiores se tornaram mais coloridos. Pode-se inferir pela relação de produtos importados e suas respectivas taxas do regulamento para a execução das alfândegas, que havia papéis pintados prateados e dourados, papéis pintados para forrar salas em coleções ou paisagens. No entanto, esse acabamento das paredes não chegou à atualidade.

Percebe-se que a partir da década de 1840, os interiores ficam cada vez mais luxuosos. Mas mesmo no período anterior, Mendes (1825) contava que na residência do Comendador Meirelles, que depois ficou conhecida com Solar dos Vasconcelos, havia àquele tempo “huma Salla ricamente goarnecida, que dizem os Estrangeiros naõ (sic) ser inferior a qualquer das dos novos Duques da França” (MENDES, 1825, p. 30)

A sala onde eram feitas as refeições da família tinha como centro uma mesa grande, algumas podiam ter até doze lugares. /As cadeiras podiam ser de palhinha e o ambiente se compondo ainda do aparador ou “bofete”, presente em muitos lares a partir das médias fortunas. Este último móvel quase sempre era feito da madeira “paparaúba”. Conforme os estudos já existentes, “a mesa reunia agora múltiplas situações sociais, ela se cercava de um número crescente de móveis anexos e acessórios, louças, talheres, panos, [...] nela a alimentação foi transfigurada em relações sociais” (ROCHE apud MOTA, 2012, p. 206-7) (FIG. 102)

FIGURA 102 – Varanda / sala de jantar no Museu Histórico do Maranhão



Fonte: MHMA, s.d.

Mas era possível encontrar anúncios de mesas de jantar de 24 e até 30 pessoas de madeira “Baracutiara”. Além dos inventários, alguns romances descrevem esses ambientes, como em *O Mulato*.

A varanda do sobrado de Manoel Pescada, uma varanda larga e sem forro no tecto, mostrando as ripas e os caibros que sustentavam as telhas, tinha um aspecto pitoresco, com sua vista para o rio Bacanga, suas rotulas pintadas de verde-Paris, toda aberta para o quintal, onde a mingua de sol, mirravam-se duas pitangueiras anêmicas e esgalhadas, e passeiava solemnemente um pavão da terra. As paredes barradas de azulejos portugueses e forradas para cima de papel pintado, mostravam nos grupos repetidos de zuavos francezes e chens caricatos, alguns logares sem tinta, cujas manchas brancas lembravam joelheiras de caçlas surradas. Em uma das paredes lateraes um velho armário de jacarandá polido, bem cuidado, com as vidraças muito lustradas a cré, expunha as pratas e as porcelanas de gosto moderno; a um canto uma machina de costura de Wilson, das primeiras que vieram ao Maranhão, dormia esquecida na sua caixa de pinho envernizado; nos intervalos das portas simetrisavam ridicularmente lithographias vulgares representando estudos de Julien; em uma das cabeceiras da sala um relógio de armário pulsava monotamente os segundos e apontava phlegmaticamente duas horas da tarde. (AZEVEDO, 1881, p. 7)

A varanda, onde se faziam as refeições, frequentemente tinham silhares de azulejo rodeando as paredes (FIG. 104). E embora pudesse ter as telhas vãs, aparentes, esse espaço normalmente se encontra forrado, por réguas de madeira treliçada formando desenhos do tipo “espinha de peixe” ou losangos (FIG. 102). Os armários, inicialmente integrados às paredes (FIG. 103 e

104), foram aos poucos sendo substituídos ou complementados por móveis de madeira fina, dispostos entre as portas.

FIGURAS 103 E 104 – Armário integrado à parede no Solar do Barão de Turiaçu e no Museu Casa Histórica de Alcântara, onde além do armário, se vê silhar de azulejos



Fonte: MGM, 2008; Cláudia Andrade, 2009

Os armários podiam ser de “madeira da terra” ou de madeira nobre, alguns tendo vidro, que permitia já uma visualização do objeto procurado ou para ostentar louças finas, com este último sentido, já cumprindo função de enfeitar as salas. Este móvel foi um aprimoramento pois permitia a arrumação vertical, agilizando a procura, evitando o empilhamento e o remexer.” (MOTA, 2012, p. 207)

Além dos da “sala de espera”, “da sala de visita” e da “sala de jantar”, acredita-se que vários desses “solares” tiveram uma sala de música, com um piano para as moças praticarem e depois poderem entreter os convidados durante as recepções. O Solar do Gomes de Souza tinha inclusive um teatro, onde dizem os irmãos Aluísio e Arthur Azevedo chegaram a se apresentar. Assim, quando a Companhia de Teatro não estava se apresentando, nas salas espaçosas dos solares recepcionava-se jantares e festas, quando as mulheres demonstravam seus dotes musicais e culinários, principalmente nas sobremesas, e podiam se misturar aos homens.

A esse respeito, vê-se que os colégios para as moças ofereciam aulas de piano e canto além dos bordados, costura e “prendas domésticas”. E as lojas da época anunciavam um sortimento de partituras para piano.

A vida social se intensificava e as visitas eram frequentes. Enquanto as senhoras e moças faziam várias visitas curtas em um mesmo dia, as reuniões masculinas tendiam a ser mais demoradas, principalmente aquelas relacionadas às disputas políticas, ou para os jogos. Mais que simples morada, eram nesses solares que se decidia boa parte do futuro do Maranhão. Assim, acredita-se que havia espaços masculinos e espaços femininos bem definidos.

Quanto à parte íntima, inicialmente, os quartos eram muito simples. Contavam apenas com armadores de rede e arcas ou baús, onde se guardava tudo. Aos poucos, foi ganhando mais móveis: cômoda, mesa, escrivaninha, cadeira, guarda-roupas, a penteadeira ou toucador.

As “banquinhas de pé de cama” e as cômodas completavam a mobília do quarto, em alguns espólios foram encontradas até cinco cômodas. As cômodas com três, quatro e até cinco gavetas eram comuns. Mais à frente apareceu o guarda-roupa, já uma evolução. Alguns poucos quartos apresentavam toucador, penteadeira ou cabide para pendurar a roupa; alguns móveis tinham forma desconhecida para a modernidade, como o “armário de vidraça com sua cômoda com quinze gavetas, avaliado em quarenta mil réis”. (MOTA, 2012, p. 211)

As camas eram mais frequentes no quarto principal, do casal, ou das moças. Sobre ela, um cortinado protegia dos insetos o descanso. Era sempre necessário um móvel para apoio de uma bacia e jarra. E frequentemente, nos quartos das senhoras, sobre uma das cômodas se colocava um oratório.

A ornamentação das paredes podia ser feita por crucifixos, por entalhes ou gravuras religiosas, ou ainda, imagens nos oratórios. Estes são objetos encontrados tanto nas casas mais ricas como nas mais humildes. Obviamente que havia variação de valor, como a “imagem do Santo Cristo de madeira” que compunha o mobiliário dos Gomes de Sousa, em 1805. Este foi avaliado em cento e trinta e nove mil réis. As famílias de maiores posses geralmente tinham sua capela, com os paramentos necessários. Estes objetos serviam a uma devoção familiar, havendo um mercado específico para eles [...] (MOTA, 2012, p. 212)

Em alguns dos solares, acredita-se que possam ter existido capelas, como aquela da avó de Gentil Braga (1865), ou, pelo menos, um nicho para a colocação dos santos, como de um sobrado de azulejos azul claro que existia na Rua da Estrela (FIG. 105).

Além dos quartos para a numerosa família, eram necessários os quartos de hóspedes para abrigar os parentes do interior, principalmente as crianças que se mudavam para a cidade para estudar. Ou ainda, em algumas situações, um quarto para os caixeiros.

Apesar da falta de informações sobre os ambientes, é possível notar que um dos principais diferenciais dos chamados “solares” em São Luís estava em seu mobiliário diferenciado, que remetia aos espaços na corte. Armários com portas envidraçadas exibiam baixelas de prata, louças finas, copos de cristal, talheres de prata, itens esses inacessíveis para a maior parte da população. Além dos itens de mesa, os livros foram se tornando cada vez mais comuns, principalmente nas casas daqueles que completavam sua formação em Coimbra, em Recife ou em Salvador.

FIGURA 105 – Oratório do Sobrado de Azulejos azul claro na Rua da Estrela.



Fonte: IPHAN, 1966.

Muitos desses objetos foram levados para a corte, para onde as famílias mais abastadas se mudaram a partir do declínio da economia no terceiro quartel do século XIX, outros muitos foram vendidos para que algumas famílias pudessem retornar à Europa e outros mais foram repartidos pelas proles numerosas e aos poucos desaparecendo sem que pudessem ser substituídos.

4.4 Resultados da Análise: As Famílias Tipológicas

A partir da análise comparativa dos solares fundamentada na configuração, distribuição e uso; nos sistemas estruturais e materiais construtivos; e na composição estética e seus elementos decorativos, foi possível identificar um conjunto de traços e características comuns a maioria dos exemplares estudados que os distinguem de outras edificações, ou seja, um “tipo” que permite a sua classificação em uma categoria distinta, chamada aqui de “solar”.

Quanto ao sistema estrutural, não há uma diferenciação entre os “solares” e os sobrados ludovicenses. Assim como não há uma grande diferença nos materiais usados. Porém, para ser um “solar”, obrigatoriamente, a edificação foi construída em “pedra e cal” até meados do século XIX. E apesar de usar os mesmos materiais, como a madeira e a cantaria, são usados materiais mais caros e mais raros, como as vigas de madeira capazes de vencer até 7,5 metros de vão,

pedras de lancil e balcões com maior apuro no acabamento, apresentando muitas vezes ornatos em baixo relevo.

A planta é a da morada inteira, porém, alargada. Enquanto a testada média da morada inteira na região da Praia Grande e Desterro tem em média 13,5m de largura (Ver Anexo II), a testada dos “solares” tem em média 18,9m (40% maior). Para abrigar uma especialização dos espaços, a planta se estende além do “caixão” em direção ao fundo do lote totalizando em média 1.786,3 m² de área construída. Como “casa nobre”, se encontra elevada do rés do chão. Dessa forma, com a sobreposição dos pisos, o andar nobre separa o convívio familiar e íntimo dos serviços e de recepção de “estranhos” realizada ao nível da rua. Para a separação dos fluxos entre as “lojas”, o pátio interno e a “morada” propriamente dita se configura um vestíbulo.

Apesar de possuírem dois ou três pavimentos, em função da largura do terreno, a composição do pano da fachada delimitado pela cimalha, cunhais e barrado junto à calçada, se mantém horizontal, formando um retângulo apoiado em seu lado maior. E mesmo quando há a elevação do módulo central rompendo a linha do telhado para formar um mirante, esse se dá recuado em relação ao alinhamento da fachada.

O destaque dado à portada pela sua modenatura, distinguindo-a de demais acessos, a composição de destaque do módulo central obtido pela portada e/ou pelo mirante conferem uma certa monumentalidade à edificação.

É importante notar que essa monumentalidade se torna mais evidente nas edificações cuja construção se deu após a mudança da família real para o Brasil e a abertura dos portos a diferentes nações, o que mudou a configuração da cidade de São Luís. No entanto, no período entre a fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão e a abertura dos portos, correspondente ao primeiro ciclo de grande desenvolvimento econômico foram construídos exemplares, como o Solar dos Belfort, que precisam ser analisados à luz de seu tempo. Sua monumentalidade é mais discreta, sem as marcantes janelas de peito do vestíbulo e com portadas menos elaboradas. Porém o alteamento em relação às outras portas, com chaves de arco ornamentadas, uma mudança de acabamento nas folhas das portas, mais requinte em outros elementos podem ser considerados monumentais, guardadas as devidas proporções. Podendo assim ser divididos entre Primeiro e Segundo Período.

Portanto, os solares ludovicenses são “casas nobres” erguidas pela elite ludovicense até meados do século XIX que se destacam pela grandiosidade de suas fachadas cuja simplicidade e horizontalidade são quebradas pelo tratamento do módulo central, suntuosidade de suas

portadas e apuro no acabamento. O andar nobre tem planta semelhante à morada inteira, porém com a ampliação do vestíbulo, se organiza em torno de um espaço central onde geralmente se localiza a caixa de escada. É acessado através de um vestíbulo localizado ao rés do chão, cujo tratamento se equipara ao luxo do andar nobre.

Enquanto os solares do primeiro período são marcados pelo número ímpar de envasaduras, mirantes e portadas alteadas que definem o eixo de simetria, os solares do segundo período são acessados por uma grande porta monumental com pedras de lancil frequentemente ornamentadas em baixo relevo que se abre para um vestíbulo. Vestíbulo esse que, frequentemente tem no piso um mosaico formado por lajes de lioz e seixos de rios locais. E a partir dele se acessam a “morada” propriamente dita e o pátio interno por meio de um grande arco ou arcos gêmeos de bandeira ornamentada.

Considerando essas características, foi preenchido um quadro resumo para verificar se as edificações estudadas preenchem os requisitos para serem classificadas em uma mesma tipologia.

Quadro 6 – Características essenciais dos solares ludovicenses

Características dos solares ludovicenses				
Edificação	Dois ou mais pavimentos	Horizontalidade	Entrada social monumental	Módulo central destacado
Solar dos Belfort	X	X	-	X
Solar do Barão de Turiaçu	X	X	-	-
Solar dos Veras	X	X	X	X
Solar dos Vasconcelos	X	X	X	X
Solar dos Leite	X	X	X	X
Solar da Baronesa de S. Bento	X	X	X	X
Solar dos Gomes de Souza	X	X	X	X
Solar do Visconde de Itacolomy	X	-	-	X
Solar da Baronesa de Anajatuba	X	-	X	-
Solar da Baronesa de Grajaú	X	-	-	X
Solar do Barão de Itapary	-	X	-	X

Fonte: elaborado pela autora.

Percebe-se assim que aqueles que mais se aproximam do tipo “solar” ideal são aqueles construídos nas décadas de 1820 e 30, com uso abundante de lioz: Solar dos Veras, Solar dos Vasconcellos, Solar dos Leite e Solar dos Gomes de Souza. E aquelas edificações estudadas que mais se afastam do tipo solar foram o Solar do Barão de Itapary, que se caracteriza como uma casa de porão alto da segunda metade do século XIX. Pela composição da fachada mais vertical (de um retângulo assentado no seu menor lado), se caracterizam como sobrados e não como solares, os chamados Solar da Baronesa de Anajatuba, Solar da Baronesa de Grajaú e Solar do Visconde de Itacolomy. Sendo que esses dois últimos também não apresentam uma

entrada monumental. Aliás, o Solar do Visconde de Itacolomy apresenta uma entrada monumental, porém por se configurar como de estilo *art nouveau* resultante de uma intervenção do início do século XX, e se encontrar afastada da testada do lote, foi desconsiderada. Já o solar do Barão de Turiaçu tem várias características destoantes: tem sua fachada principal localizada na maior dimensão do terreno, não apresenta quintal, não apresenta destaque do seu módulo central, tendo sua portada localizada na extremidade direita da fachada. E apesar de ser mais larga que as demais portas, não tem qualquer outro destaque. Já o chamado Solar da Baronesa de São Bento, apesar de ter sua portada monumental na extremidade direita, mantém uma porta centralizada entre dois cunhais. Além disso, o seu mirante, de três janelas rasgadas sobre o módulo central, faz uma compensação para se harmonizar com o acréscimo do vestíbulo, criando equilíbrio na composição.

O Solar dos Belfort é um exemplar que não apresenta uma entrada monumental. É importante lembrar que sua construção se deu durante o primeiro ciclo de desenvolvimento do Maranhão, pelo menos cinquenta anos antes dos demais exemplares estudados. Além disso, as portas do nível térreo foram desconfiguradas, não sendo possível localizar registro que pudesse esclarecer a configuração anterior da porta principal, e portanto, não é possível avaliar esse critério. Pelo seu revestimento e impacto na paisagem, mantém-se sua classificação como “solar”, porém, do primeiro período. Os Solares dos Veras, dos Vasconcelos, dos Leite, da Baronesa de São Bento, e dos Gomes de Souza foram classificados como “solares” do segundo período.

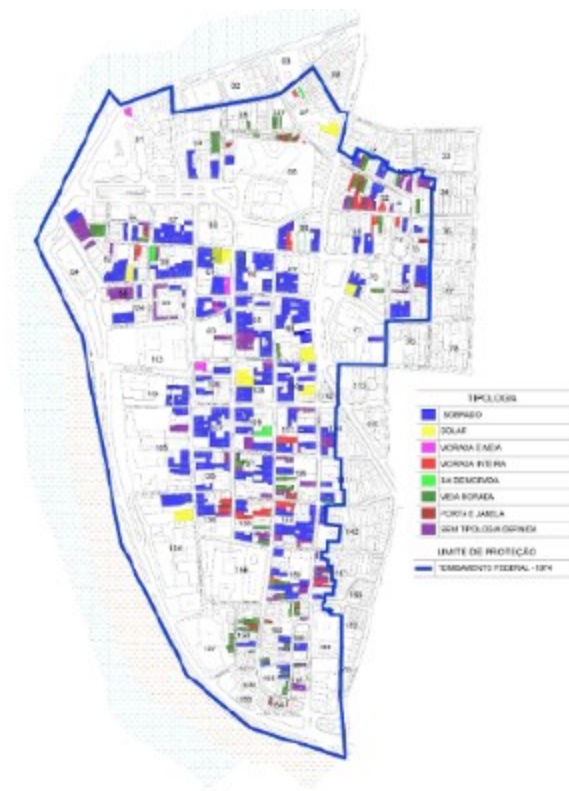
Considerando as características dessas edificações, buscou-se identificar outros exemplares no conjunto edificado de São Luís. Primeiro avaliou-se as edificações localizadas no mapa de tipologias arquitetônicas do século XIX na área tombada pelo IPHAN em 1974 (FIG. 106) produzido por Margareth Figueiredo, Ana Beatriz e Letícia Veras (2011), no qual, conforme legenda, os solares se encontram representados pela cor amarela.

De acordo com esse mapa, além dos Solares dos Belfort, dos Veras, dos Vasconcelos, dos Leite, e da Baronesa de Anajatuba, as autoras classificaram como solares os seguintes imóveis:

- a) Rua de Nazaré, n. 218, onde funciona o Arquivo Público do Estado do Maranhão;
- b) Rua de Nazaré, n. 200, no qual se vê um balcão em curva sobre mísulas;
- c) Rua Portugal, n. 199, constante na atualização dos Monumentos Históricos do Maranhão como Sobradão da Praia Grande (São Luís, 1979; BUENO, 2016)
- d) Praça João Lisboa, n. 328, onde funciona a Junta Comercial;

- e) Rua 28 de Julho (do Giz), n. 221, onde funciona o Centro de Cultura Domingos Vieira Filho

FIGURA 106 - Mapa das tipologias arquitetônicas



Fonte: Figueiredo, 2014, p. 11

Além desses dez “solares” localizados dentro do perímetro de tombamento federal, Figueiredo (2014) ainda relacionou no seu trabalho sobre o sistema estrutural usado na construção do conjunto arquitetônico de São Luís o Solar Gomes de Souza e o Palácio Cristo Rei, ambos localizados dentro do perímetro de tombamento estadual. Sendo assim, analisou-se as características das edificações relacionadas.

Quadro 7 – Análise Comparativa de “solares” identificados por Figueiredo

Características dos solares ludovicenses				
Edificação	Dois ou mais pavimentos	Horizontalidade	Entrada social monumental	Módulo central destacado
Rua de Nazaré n. 218	X	X	X	X
Rua de Nazaré n. 200	X	X	-	X
Rua Portugal n. 199	X	-	-	X
Praça João Lisboa n. 328	X	X	X	X
Rua 28 de Julho n. 221	X	X	X	X
Palácio Cristo Rei – Praça Gonçalves Dias	X	X	X	X

Fonte: elaborado pela autora.

A partir dessa nova listagem, pode-se acrescentar à lista de “solares” do segundo período o edifício onde se encontra o Arquivo Público do Estado do Maranhão (FIG. 108), o Prédio da Junta Comercial (FIG. 107), o Centro Cultural Domingos Vieira Filho e o Palacete Cristo Rei (FIG. 109), sede da reitoria da Universidade Federal do Maranhão.

FIG. 107, 108, 109 – Arquivo Público, Junta Comercial e Palacete Cristo Rei.



Fonte: Cláudia Andrade, 2019; Fernanda Fernandes, 2020; Cláudia Andrade, 2012

Para a identificação de outros exemplares, ainda se verificou os imóveis levantados por Marcelo Espírito Santo para a análise tipológica das moradas ludovicenses (Ver Anexo B), também dentro da área tombada pelo IPHAN, tendo isolado apenas os exemplares das tipologias morada inteira, morada inteira expandida e moradas e meias, de pelo menos um andar acima do térreo, e com testada acima da média de 13,25m de largura, sendo excluídos dessa terceira listagem o Solar dos Leite, o Solar da Baronesa de Anajatuba, e o Centro Cultural Domingos Vieira filho, que já haviam sido analisados.

Quadro 8 – Moradas inteiras, moradas inteiras expandidas e moradas e meias.

Controle		Imóvel	Características						Observações
E	Qd		T	G	PD	L	C	Tipo	
08	111	Rua Afonso Pena, 112	15,0	2	3,20	5,0	6,00	D2m	Pousada Colonial
10	140	Rua Afonso Pena, 294	17,5	2	3,40	4,50	7,00	F2	
11	106	Rua da Estrela, 329/331	18,0	3	3,00	5,00	5,00	E3m	Faculdade de História da UEMA
14	107	Rua da Estrela, 427	14,0	2	3,80	4,50	5,50	D2m	Delegacia de turismo do Estado do Maranhão
25	108	Rua do Giz, 249	14,0	3	3,40	7,00	5,00	D3m	
30	137	Rua do Giz, 421	21,0	2	3,70	7,10	3,50	D2m	
32	138	Rua do Giz, 445	21,0	2	3,30	6,50	7,00	F2m	
38	110	Rua da Palma, 217	14,5	2	4,00	5,00	6,00	D2m	Barulhinho bom
42	109	Rua da Palma, 336	15,0	2	3,80	5,00	5,50	D2	
45	111	Rua da Palma, 337	14,2	2	3,70	5,00	5,00	D2m	2ª metade do Sec XIX
46	137	Rua da Palma, 360	18,5	2	4,00	6,00	5,50	D2	2ª metade do Sec XIX
47	137	Rua da Palma, 370/376	18,0	2	3,80	7,00	7,00	D2m	2ª metade do Séc XIX
53	140	Rua da Palma, 475	16,0	3	3,65	5,35	6,45	D3m	
61	111	Rua 14 de Julho, 182	16,0	2	4,00	6,00	6,00	D2m	2ª metade do Séc XIX

E: n° de controle do exemplar; Q: quadra de localização; T: testada; G: gabarito; PD: pé-direito; L: largura do maior cômodo; C: comprimento do maior cômodo; Tipo: tipologia
 Fonte: ESPÍRITO SANTO, 2010.

Dessas edificações, a exceção dos exemplares de número 10, 14, 25, 30 e 61, os demais foram analisados por Figueiredo (2014), que os classificou como sobrado. No entanto, excluídas apenas as edificações que foram visivelmente construídas na segunda metade do século XIX (45, 46, 47 e 61), optou-se por verificar se elas reuniam as características necessárias para sua classificação como “solar”.

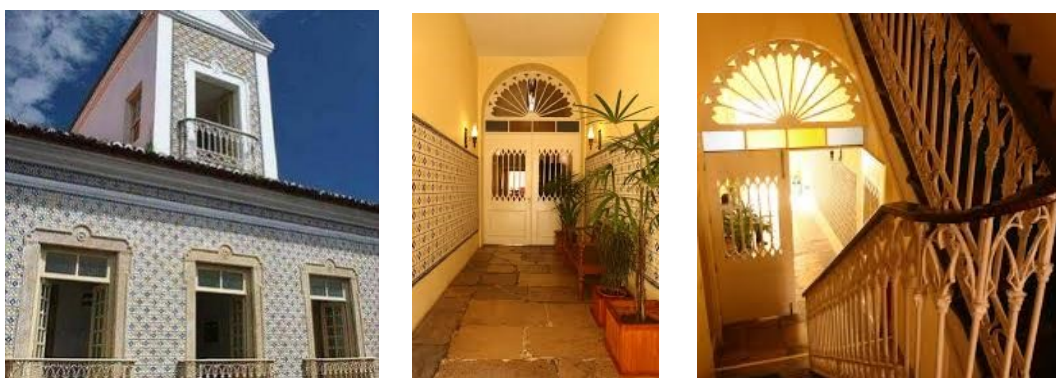
Quadro 9 – Análise Comparativa das moradas inteiras identificadas por Espírito Santo

Características dos solares ludovicenses				
Edificação	Dois ou mais pavimentos	Horizontalidade	Entrada social monumental	Módulo central destacado
Rua Afonso Pena, 112	X	X	X	X
Rua Afonso Pena, 294	X	X	-	-
Rua da Estrela, 329/331	X	-	-	X
Rua da Estrela, 427	X	X	-	X
Rua do Giz, 249	X	-	X	-
Rua do Giz, 421	X	X	X	X
Rua do Giz, 445	X	X	X	X
Rua da Palma, 217	X	X	-	X
Rua da Palma, 336	X	X	-	X
Rua da Palma, 475	X	-	X	X

Fonte: elaborado pela autora.

Percebe-se assim que a Pousada Colonial (FIG. 110, 111 e 112), localizada na Rua Afonso Pena (antiga Rua Formosa) n. 112 e os n. 421 e 445 da Rua 28 de Julho (antiga Rua do Giz) também podem ser considerados “solares”. Percebe-se também a necessidade de melhor avaliar os n. 217 e 336 da Rua da Palma, pois sendo aparentemente do primeiro período, essa “monumentalidade da entrada social” precisa ser vista à luz de seu tempo, e sem ter tido acesso ao interior dessas edificações, não foi possível ter outros elementos para embasar a decisão.

FIGURAS 110, 111 e 112 – Pousada Colonial – fachada, vestíbulo e caixa de escada



Fonte: agorda.com; Booking.com; hrs.com




No livro São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem produzido pela Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH) em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com o apoio da Junta de Andalucía,







Espanha em 2008, ainda constavam como solares o Solar do Ribeirão, localizado na Rua Isaac Martins (antiga rua das Barrocas) n. 141 onde funciona a sede da Fundação Municipal de Cultura - FUNC; e o Edifício São Luís, localizado na Rua de Nazaré, n. 377. Apesar dessas duas edificações serem referenciadas como “solar” pela população, não chegaram a ser analisados, pois o Edifício São Luís, apesar de ser um edifício que se destaca pela sua monumentalidade, foi construído em 1867, portanto na segunda metade do século XIX. Além disso, sua evidente verticalidade o coloca em outra família tipológica. Quanto ao Solar do Ribeirão, apresenta tipologia *sui generis*, sem apresentar “monumentalidade” suficiente para que possa ser classificado como “solar”. Aparentemente, concorda Figueiredo (2014) que nas fichas de análise de edificações o classifica como “tipologia não definida”.



Outro edifício tem o nome de “Solar Nazeu Quadros”, localizado na Rua do Ribeirão, n. 385. Por ter sido construído no Século XX, não fez parte de nossa análise tipológica.

Apesar de não fazerem parte da análise tipológica diretamente, a partir da identificação do “tipo” que ficou conhecido como “Solar” em São Luís do Maranhão, é possível relacionar outras edificações que reúnem ou reuniram as mesmas características, a saber:

Quadro 10 – Outras edificações que poderiam ser classificadas como solares

Edifícios que reúnem características de “solares” do Segundo Período			
1		Foto 113 Rua Cândido Ribeiro n. 192(antiga Rua das Crioulas) Fonte: Cláudia Andrade, 2008	Antiga escola da UFMA e atualmente funciona como Hotel Escola da UFMA. É parte integrante do complexo industrial da Antiga Fábrica Santa Amélia
2		Foto 114 Av. D. Pedro II n. 199 e 205(antigo Largo do Palácio e Av. Maranhense) Fonte: Google Street View	Atualmente dividido em duas edificações Segundo Figueiredo é sobrado
3		Foto 115 Rua Barão de Itapary, n. 66 Fonte: Cláudia Andrade, 2018	

4		Foto 116 Rua Godofredo Viana, n. 240 (antiga Travessa do Sineiro) esquina com Rua Grande Fonte: Cláudia Andrade, 2019	Sobrado de Anna Jansen
Edificações que merecem uma avaliação mais criteriosa para definição final			
5		Foto 117 Av. D. Pedro II n. 241 (antigo Largo do Palácio e Av. Maranhense) Fonte: Google Street View	Antiga residência de Graça Aranha. Abriga o SEBRAE MA Segundo Figueiredo é sobrado
6		Foto 118 Rua Afonso Pena, n.174 (antiga Rua Formosa) Fonte: Google Street View	Abrigou a escola normal
7		Foto 119 Rua da Palma, 217 Fonte: Stella Brito, 2020	
8		Foto: 120 Rua da Palma n. 220 Fonte: Google Street View	
9		Foto: 121 Rua Afonso Pena n. 486 Foto: Cláudia Andrade, 2019	Figueiredo o classifica como sobrado (nº 15/ ref 131, pag. 307)
Edifícios que reuniam as qualidades de “solar” e que foram demolidos ou descaracterizados			

10		<p>Foto 122 Rua do Sol n. 141 Fonte: Arquivo digital do IPHAN</p>	Demolido
11		<p>Foto 123 Largo de São João, s.n. Fonte: Gaudêncio Cunha, 1908</p>	<p>Antiga Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública. Atualmente Loja Maçônica Beckman Descaracterizado</p>

Fonte: elaborado pela autora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa etimológica realizada, verificou-se que a palavra “solar” adotada em São Luís para designar um conjunto de edificações tem sua origem na Península Ibérica, e remete à palavra “solo”, à propriedade concedida à uma família nobre com o seu título de nobreza, como compensação pelo apoio ao Rei, sendo semelhante ao sistema dos feudos.

No entanto, apesar de ter se constituído uma nobreza no Maranhão a partir da Independência do Brasil, com a distribuição de títulos de Barão e Visconde aos súditos fiéis que, assim como em Portugal contribuíram para a constituição de um novo país, ampliando o território colonial, defendendo as divisas, combatendo os rebeldes e mantendo a ordem, os títulos não estavam relacionados com uma determinada área, como um baronato. Mesmo antes da Independência, quando havia um número significativo de fidalgos que participavam da administração pública, que receberam comendas e foram agraciados com títulos de cavaleiros das ordens de Cristo e da Rosa, não havia vínculo dos títulos com propriedades. Apesar de que esses “nobres” talvez tenham tido mais facilidade para obterem títulos de terrenos urbanos e cartas de sesmarias, cujos topônimos são referenciados nos títulos de nobreza, não foram os únicos a receber essas benesses.

Contudo, se no século XVII não era tão difícil se obter concessão de terrenos em São Luís e houve certa liberdade nas construções, conforme o século XIX se aproximava, entre outras exigências, tornou-se necessário comprovar condições para se construir dentro da cidade com pedra e cal e cobertura de telha. Condições essas mais fáceis de serem encontradas primeiramente entre os grandes produtores rurais que conseguiram, através da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, exportar sua produção para a Europa, tendendo a formar monopólios. No entanto, no século XIX, com a abertura dos portos, uma nova classe ascendeu ao poder: a dos comerciantes. Pela sua profissão, de “vara e cavado”, não era fácil obter títulos de nobreza além das comendas, uma vez que havia impedimento para as profissões mecânicas e para o comércio. Havia uma distinção clara entre os que comercializavam a sua própria produção, daqueles que intermediavam transações, comprando de quem produzia para vender por valores mais altos retendo a maior parte dos lucros.

Porém, essa nova classe burguesa em ascensão acumulou riquezas que por vezes suplantaram as dos nobres, até porque, pela característica da sua ocupação, tinham mais flexibilidade para se adaptarem às mudanças de mercado, enquanto o produtor rural dedicado à monocultura se

sujeitava às vicissitudes da natureza e dos preços das *commodities*. Assim, muitos comerciantes contribuíram para a construção do casario reconhecido atualmente por “solar”, sendo as suas moradas tanto uma forma de se posicionarem dentro da sociedade ludovicense, quanto uma lucrativa fonte de renda, através da venda das casas como “produto” do mercado imobiliário e mesmo de aluguéis.

Construídas principalmente na primeira metade do século XIX, essas edificações ainda apresentam forte influência do primeiro período e da arquitetura pombalina, tendo incorporado elementos pré-fabricados usados para a reconstrução de Lisboa após o terremoto e incêndio de 1755, como os aros de portas e janelas, os socos, os balcões e os pisos em cantaria, os gradis em ferro forjado e azulejos. Algumas apresentam elaborado trabalho na frontaria que remetem às casas brasonadas da nobreza lusitana.

É digno de nota, porém, que se aparentemente essa burguesia parecia querer se afirmar na sociedade através de suas construções, não se encontraram evidências de que a palavra “solar” tenha sido por elas empregada para designar tais edificações. Até onde foi possível apurar, esse nome apareceu em São Luís na década de 1940, remetendo às casas velhas que ainda se destacavam pela sua excepcionalidade técnica e acabamento, apesar de ultrapassados, frente as inovações tecnológicas e a um novo modelo de vida. A partir de então, a denominação “solar” foi tornando-se mais usual à medida em que intelectuais criaram um discurso a favor da proteção de uma arquitetura que marcou uma época áurea de São Luís e que se encontrava na eminência de desaparecer. Logo, técnicos do patrimônio chegaram à cidade e iniciaram os levantamentos de bens de interesse de preservação. Assim, um dos primeiros a serem chamados de Solar, foi o dos Vasconcelos, que se encontrava em ruínas⁴⁷. Outra edificação também chamada de Solar foi o São Luís, também arruinado por um incêndio, o qual foi objeto de um grande projeto de intervenção para a instalação da Caixa Econômica Federal⁴⁸. Assim, a palavra “solar” foi paulatinamente sendo adotada associada ao tombamento e projetos de restauração ou reconstrução desses imóveis.

Enfim, se o nome “solar” foi adotado equivocadamente para evocar a “nobreza” de seus antigos moradores, podemos constatar que ele, de fato, foi usado como referência daquelas casas que se destacam por sua excepcionalidade arquitetônica e que remetem às casas senhoriais portuguesas. Com isso, buscou-se em nosso trabalho delinear as características comuns às

⁴⁷ Coincidentemente, existe um Solar dos Vasconcelos em Portugal e outro nos Açores.

⁴⁸ O projeto de intervenção do Edifício São Luís foi realizado pelo arquiteto Pedro Alcântara.

edificações reconhecidas em São Luís como “solar” e como essas se distinguem de outras edificações do conjunto.

A partir da análise das onze edificações denominadas “solar” em São Luís que fizeram parte da amostragem inicial, foi possível compreender e destacar a “essência do fenômeno” e propor um “tipo solar ludovicense” que permitiu, a partir dele, a realização de uma série de análises comparativas e a classificação de um casario que se distingue das moradas térreas e dos sobrados. O “tipo solar” pode ser definido, então, como uma morada inteira de sobrado construída na primeira metade do século XIX e que, apesar da sobreposição de andares, mantém a horizontalidade do pano da fachada cuja largura excede 15 metros. Marcado pela simetria, o acesso à morada é monumental, monumentalidade obtida principalmente através dos aros da portada, salientada, com bandeiras ou sobrevergas. No andar nobre, destacam-se as janelas rasgadas que se abrem para balcões em grade de ferro forjado sobre bacia em lioz.

Em nossa pesquisa, constatamos que das onze edificações estudadas, seis se encaixam na classificação que propomos para o tipo “Solar”. As demais, a nosso ver, deveriam ter seus nomes revistos, o que não quer dizer que essas não sejam dotadas de excepcionalidade técnica e apuro no acabamento, ou que tenham reduzida a sua importância dentro do conjunto edificado. Não se trata de um rebaixamento ou juízo de valor, mas apenas uma questão terminológica.

Além disso, se à primeira vista a lista de “solares” havia sido reduzida ao final da análise da amostragem inicial, ainda que não tenham sido objeto de análise individual, através de um levantamento expedito foi possível identificar outros onze solares que merecem ser cuidadosamente analisados e conhecidos.

Nesse sentido, verificamos que esta pesquisa merece aprofundamento, não apenas para a identificação e análise de outras edificações que poderiam ser classificadas como “solares”, com nova classificação do casario, mas também imaginando-se uma série de estudos inéditos que possam trazer conhecimentos para essas questões estudadas tais como a identificação dos autores dessas edificações, dos elementos que marcam suas autorias, as influências de suas formações nas configurações dos solares, a origem do partido, a configuração dos espaços íntimo e de serviços e sua evolução entre 1755 e 1850. Percebe-se assim que é desejável a ampliação da pesquisa para outras áreas culturais e especialmente confrontar a tipologia identificada como “solar” em São Luís com as casas senhoriais portuguesas e em outras cidades brasileiras contemporâneas a São Luís para possibilitar uma explicação mais precisa das relações causais e individuação do tipo “solar ludovicense”.

Por outro lado, evidencia-se a necessidade de ampliar a pesquisa sobre a relação dialética entre essas edificações denominadas “solares”, o espaço urbano e o estabelecimento de áreas de influência das relações de poder que podem ter direcionado a ocupação dos espaços dentro da malha urbana.

Ainda que se constate a necessidade de aprofundamento do saber nessas duas direções: ascendência do desenho e configuração dos “solares”, e a influência dos “solares” na conformação do tecido urbano ludovicense, percebe-se que esta pesquisa avançou o conhecimento sobre os materiais utilizados naquele período, e principalmente em relação à datação dos elementos encontrados, permitindo que esse conhecimento contribua para a história da construção do conjunto urbano tombado de São Luís do Maranhão.

Porém, sua principal contribuição foi desvendar o surgimento dos “solares ludovicenses”. Através de diferentes abordagens revelou-se que a apropriação do termo “solar” para designar determinadas edificações em São Luís do Maranhão refletem tanto um aspecto de atribuição de valor quanto da cultura material produzida por uma sociedade em plena transformação nos séculos XVIII e XIX. Entende-se também que, dentro da lógica de preservação de monumentos históricos e artísticos do campo do patrimônio até a década de 1980, e que ainda encontra eco na atualidade, o uso da palavra “solar” contribuiu para a criação de narrativas que permitem a atribuição de valor histórico à cada uma dessas edificações, tornando-se importante para reforçar a relevância dos serviços de conservação, restauração e reconstrução a serem aplicados nessas edificações e seus acautelamentos.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado da arquitetura**. São Paulo: ProEditores, 1998.
- ALCÂNTARA, 1959. Relatório. In: IPHAN. Processo de Tombamento do Centro Histórico de São Luís. Acervo da Superintendência do IPHAN no Maranhão. p. 86 – 96.
- ALCÂNTARA, 1978. Parecer. In: IPHAN, Processo de Tombamento do Palacete Gentil Braga. Acervo da Superintendência do IPHAN no Maranhão.
- ALCÂNTARA, Dora. **Azulejos Portugueses em São Luís do Maranhão**. Rio de Janeiro: Ed. Fontana, 1980.
- ALCÂNTARA, Dora. **Azulejos na Cultura Luso Brasileira**. Brasília, DF: IPHAN, 1997.
- ALCÂNTARA, Dora; Brito, Stella Regina Soares; Sanjad, Thaís Alessandra Bastos Caminha de. **Azulejaria em Belém do Pará: Inventário - Arquitetura civil e religiosa - Séculos XVIII a XX**. Brasília, DF: IPHAN, 2016.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Melo e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras. 2005. p. 83 - 154.
- ANDRADE, Cláudia. Arquitetura Industrial e Espaço Urbano. In: MELO NETO, Ulisses Pernambucano de; MOTA, Antônia da Silva. **A Sedução das Ruínas: Arqueologia – salvamento e resgate**. São Luís: IPHAN, Edufma, 2015. p. 27 - 46
- ANDRADE, Cláudia N. L., Stella R.S. Brito. Palacete Gentil Braga: história da construção e tipologia arquitetônica. In.: **Anais do 3º CIHCLB** [recurso eletrônico] Salvador, BA: Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração. 2019, p. 1524 - 1538.
- ANDRADE, Cláudia N. L.; BRITO, Stella R.S.; CASTRIOTA, Barci Castriota. De Solar do Comendador Teixeira Vieira Belfort a Palácio Cristo Rei: a trajetória de uma casa senhorial ludovicense. In: **Anais do 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2018. Disponível em: www.even3.com.br/anais/arqdoc
- ANDREÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada**. Dissertação (Mestrado) em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão. Recife, 2006, p. 238.
- ANDREÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **São Luís: Reabilitação do Centro Histórico - Patrimônio da Humanidade**. São Luís: Foto Edgar Rocha, 2012.
- ARGAN, Giulio Carlo. On the typology of architecture. Trad. Rykwert, Joseph. **Architectural Design** n° 33, December 1963. Disponível em https://courseworks2.columbia.edu/files/546343/download?download_frd=1. Acesso em: 28 jul. 2019.
- ARGAN, Giulio Carlo. **El concepto del espacio Arquitectónico desde el Barroco a nuestros días**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1973.

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. Maranhão: Typografia do Paiz, 1881.

AYRES, Cristóvão. **Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no Terramoto de 1755**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910. *e-book* #18982 Project Gutenberg. Disponível em <<http://library.umac.mo/ebooks/b34988038.pdf>> Acesso em: out. 2018.

BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e a sua arquitetura. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** n. 2, 1938. p. 187 - 223.

BINFORD, Lewis R. Archaeological Systematics and the Study of Culture Process. **American Antiquity**, v.31, n.2, Part 1 (Oct, 1965) p. 203 - 210. Disponível em <<http://links.jstor.org/sici?sici=0002-7316%28196510%2931%3A2%3C203%3AASATSO%3E2.0.CO%3B2-2>>. Acesso em mar. 2018.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Projeto Rondon. **Monumentos históricos do Maranhão**. São Luís, SIOGE, 1979.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Assembléia Nacional Constituinte, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Lisboa pombalina: em que medida iluminista? **Óculum Ensaios**, Campinas, n. 3, p. 9-21, 2005. Disponível em: <[periodicos.puc-campinas.edu.br > index.php > oculum > article > download](http://periodicos.puc-campinas.edu.br/index.php/oculum/article/download)>. Acesso em: jan. 2019

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira – Mestres de ofício, “riscos” e “traças”. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 321-361. jan.- jun. 2012.

BUENO, Bárbara Izadora. **Monumentos Históricos do Maranhão: revisão e atualização**. São Luís: ISSUU, 2016. Disponível em: https://issuu.com/barbaraizadorabueno/docs/livro_tcc/63.

CAMPOS, João Nunes. **Primeiro Caderno do Recenseamento da População da Cidade de São Luís do Maranhão**. Manuscrito (Coleção Arquivo Público do Estado do Maranhão). São Luís: s.n., 1855.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Architectural Composition and Building Typology: Interpreting Basic Building**. Trad. Susan Jane Fraser. Firenze: Alinea Editrice, 2001.

CARITA, Helder. Sistemas métricos e normas construtivas em argamassas de cal implementados pela Provedoria de Obras Reais/ Casa das Obras: séculos XVI a XVIII. In: RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). **Subsídios para uma história da construção luso-brasileira**. Rio de Janeiro: Pod Editora, 2013 p. 29-43.

CARITA, Helder. Das águas-furtadas às estrebarias: zonas de serviços na casa senhorial entre os séculos XV e XVIII. In: PESSOA, Ana; MALTA, Marize (Org.) **Anais do II Colóquio Internacional A Casa Senhorial: anatomia dos interiores**. Rio de Janeiro: FCRB, 2016. p. 12- 36

CARITA, Helder. Paço, Solar, Sobrado, Palácio e Palacete: nomenclaturas da casa senhorial da idade média ao século XIX. In: **Anais do IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores** [livro eletrônico] 1. ed. p. 243 - 259. Pelotas: CLAEC, 2017.

CARSALADE, F. L. **Desenho Contextual**: Uma abordagem fenomenológico-existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. **As posturas e o Espaço Urbano Comercial: Ocupação e Transgressão na São Luís Oitocentista**. São Luís, 2004.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. **Urbanização em São Luís**: entre o institucional e o repressivo. 2005. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais (Área de Concentração: Sociologia). São Luís, 2005, 177 p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo. Saverio Muratori e a escola Italiana de tipologia projetual. **Revista de Morfologia Urbana**, Rede Portuguesa de Morfologia Urbana n. 1, p. 25 - 36. ISSN 2182-72142, 2014.

CASTRO, César Augusto. A educação da infância desvalida no Maranhão oitocentista: a Casa dos Educandos Artífices. São Luís, 2007. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Cesar%20Augusto%20Castro%20-%20Texto.pdf>

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. Ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

CONCILIADOR DO MARANHÃO. São Luís: [Tipografia Nacional], 1821 - 1823 (Coleção Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. Carta de Burra. Burra Austrália: 2013.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. Carta de Veneza. Veneza: 1964.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. Carta de Washington. Washington: 1986.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Edart, 1972.

COSTA, Flaviano Menezes. **Moradas e memórias**: o valor patrimonial das residências da São Luís antiga através da literatura. São Luís: EDUFMA, 2015.

COSTA, Lucio. Documentação Necessária. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** n.1. Rio de Janeiro: SPHAN, 1937.

COSTA, Lucio (1902-1998). **Arquitetura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

COUTINHO, Mílson. **Fidalgos e barões**: uma história da nobiliarquia luso-maranhense. São Luís: Editora Instituto Geia, 2005.

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís: Typographia do Jornal [Diário do Maranhão], 1855 - 1911 (Coleção Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 2020.

DUAILIBE, Giovanna Jansen. MHAM - A história e a casa da nobreza maranhense do séc. XIX. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. V. 24 n. 34, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2017v24n34p248-285>

DURAND, Jean-Nicolas-Louis. **Précis of the Lectures on Architecture**: With Graphic Portion of the Lectures on Architecture. Toronto: Getty Institute Text & Documents, 2000.

DURAND, Jean-Nicolas-Louis. **Recueil et parallèle des édifices de tout genre, anciens et modernes, remarquables par leur beauté, par leur grandeur ou par leur singularité, et dessinés [...]**. Paris : chez l'auteur, 1801. *E-book* ETH-Bibliothek Zürich, Rar 9977 GF. Disponível em: <https://doi.org/10.3931/e-rara-9251> Public Domain Mark. Acesso: 4 Ago. 2019.

ESCUADERO, Lorenzo de la Plaza (Coord.). **Diccionario Visual de Términos Arquitectónicos**. 4. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2009.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo do. **Tipologia da arquitetura residencial urbana em São Luís do Maranhão**: um estudo de caso a partir da Teoria Muratoniana. Dissertação de Mestrado em desenvolvimento urbano e regional. Departamento de arquitetura e urbanismo do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006, 128f.

FERNANDES, Ana Patrícia da Silva. **Habitação (coletiva) modular pré-fabricada**: considerações, origens e desenvolvimento. Dissertação (mestrado) Departamento de Arquitectura: Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2009.

FIGUEIREDO, Margareth Gomes; VARUM, Humberto; COSTA, Aníbal. Aspectos da arquitetura civil edificada no século XIX, em São Luís do Maranhão, Brasil in **Conservar Patrimônio** n.15-16 2012. Lisboa: ARP, 2012 p. 43 - 68. DOI: 10.14568/cp15-16_3 Disponível em: <http://revista.arp.org.pt/pt/revistas/15-16.html>

FIGUEIREDO, Margareth Gomes. **Valorização do sistema construtivo e do patrimônio edificado**. Dissertação (doutorado) Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro à Universidade de Aveiro Civil da Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, 2014. 530f.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil**. 3. ed. Porto Alegre: DIPUCRS, 2004.

FOUCAULT, Michel, 1926 - 1984. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas; tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. — (Coleção tópicos).

FRONER, Yacy-Ara. Patrimônio Arquitetônico: conceitos contemporâneos nas cartas do ICOMOS. **Oculum ens**. Campinas, n. 10, p. 243 - 255, jul. - dez. 2013.

GEPFS. **Códigos de Postura do município de São Luís**. São Luís: GEPFS/UFMA, 2009. Disponível em: <http://www.gepfs.ufma.br/livros/livros.htm>

GOMBRICH, E. H. **A História da Arte**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

HANDERSON, James. **A History of the Brazil comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, &c., &c. &c.** London: Longman, Hurst, Rees, Orme And Brown, 1821. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518715>>

HARTOONIAN, Gevork. Montage: Recoding the Tectonics'. In: **Ontology of Construction: On Nihilism of Technology in Theories of Modern Architecture**, Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 5 - 28.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

O IMPARCIAL. São Luís: Diários Associados 1926 – 1946. (Coleção Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 2020.

O IMPARCIAL. O Solar das almas perdidas. Sinopse. O Imparcial, 19 fev. 1946.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Inscrição nº 821** que registra São Luís do Maranhão (Brasil) na lista de Patrimônio Mundial. Paris: ICOMOS, 1997.

KOSTER, Henry. **Travels in Brazil**. London: Longman, 1834.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKOFF, George. **Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LEAL, Antônio Henriques. Almanak do Povo, 2. ed., São Luís, 1868.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira. **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 141.00, Vitruvius, fev. 2012. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4214>.

MACEDO, 1924. As casas de S. Luís, **Pacotilha**, p.1, 11 jan. 1924.

MAFFEI, Gian Luigi; MAFFEI, Mattia. **Interpreting specialised buildings**. Altralinea Edizioni: Firenze, 2018.

MARANHÃO. Decreto n. 34.959. 26 jun. 2011.

MARANHÃO. Decreto n. 476. 1 jul. 1943.

MARANHÃO. Secretaria da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico. **Bens Tombados no Maranhão: Tombamentos Estaduais**. São Luís, 1988.

MARTINS, Marina de Miranda. Do mar ao ultramar: a transmigração do lioz português para São Luís do Maranhão in **Revista de História da Arte e Arqueologia** n.19 Jan/Jun 2013. p 101 - 115. Campinas: Unicamp. ISSN 1413-0874 (impresso) ISSN 2179-2305 (online).

MATEUS, João Mascarenhas. Nomadismos das culturas da terra, da pedra e da madeira. Um tema fundacional da história da construção luso-brasileira. In: RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). **Subsídios para uma história da construção luso-brasileira**. Rio de Janeiro: Pod Editora, 2013 p. 29 - 43.

MELO JUNIOR, João Alfredo Costa de Campos. Objetividade e Ciências Sociais: reflexões a partir de Max Weber. In: **Revista de Teoria da História** Ano 7, n. 13, abril 2015. Universidade Federal de Goiás p. 272 - 286.

MENDES, Manuel Odorico. **O Censor Maranhense**, ed. 2, 1825.

MELO NETO, Ulisses Pernambucano de; MOTA, Antônia da Silva. **A Sedução das Ruínas**. Arqueologia – salvamento e resgate. São Luís: IPHAN, Edufma, 2015.

MONTELLO, Josué. **Os tambores de São Luís**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

MOREIRA, Ingrid Rayssa do Santos; PEREIRA, Maria Paula Fernandes Velten; SANTANA, Claudemir Gomes de. O cenário atual das edificações do centro histórico de São Luís: O Solar Barão de Grajaú, antigo museu de arte sacra. **Revista do CEDS** (ISSN 2447-0112) n. 9, Ago/Dez 2018. Disponível em: http://sou.undb.edu.br/ceds/revista?utm_source=direito.

MOTA, Antonia da Silva. **Família e Fortuna no Maranhão Colônia**. São Luís: EDUFMA, 2006.

MOTA, Antonia da Silva; SILVA, Kelcilene Rose; MANTOVANI, José Dervil. **Cripto maranhenses e seu legado**, São Paulo: Siciliano, 2001.

MOTA, Antonia da Silva. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís: EDUFMA, 2012.

MOUTINHO, Mário C. **A arquitetura popular portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1979.

NASCIMENTO, Cristiano Felipe Borba do. Nada vem do nada: por uma revisão contemporânea do conceito de tipo edilício. **Pós**, São Paulo, v. 17 n. 27, p. 102 - 120, jun. 2010.

NESDE - Núcleo de Engenharia Sísmica e Dinâmica de Estruturas – Departamento de Estruturas. **Evolução das Tipologias Construtivas em Portugal**. Lisboa, 2005. Disponível em: <http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DE/NESDE/divulgacao/evol_tipol.html> Acesso em: novembro de 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Norma de Quito**. Quito: OEA, 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2019.

PACOTILHA. São Luís: A Pacotilha, (Coleção Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 2020.

PATETTA, Luciano. **Historia de la arquitectura: antología crítica**. Madrid: Hermann Blume, 1984.

PEDIGÃO, Fernando. O Imparcial ed. 8641, p. 2, 4 out. 1944.

PEDIGÃO, Fernando. O Imparcial ed. 8641, p. 2, 30 de jan. 1945.

PEREIRA, Renato Baesso. **Arquitetura, imitação e tipo em Quatremère de Quincy**. 2008. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. **Fundamentos da Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

PICON, Antoine. From “Poetry of Art” to Method: The Theory of Jean-Nicolas-Louis Durand. In: DURAND, Jean-Nicolas-Louis. **Précis of the Lectures on Architecture: With Graphic Portion of the Lectures on Architecture**. p.1 – 68. Toronto: Getty Institute Text & Documents, 2000.

PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís: Typ. I.J.Ferreira, 1842-1885 (Coleção Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 2020.

QUATREMÈRE DE QUINCY, Antoine Chrysostome. Type. In: **Encyclopédie méthodique ou par ordre de matières, Architecture**. Tome Troisième. Paris: M^{me} veuve Agasse, 1832. p.544. Disponível: <https://play.google.com/books/reader?id=A38PAAAAQAAJ&hl=en&pg=GBS.PP13>.

RAMOS, Luís; LOURENÇO, Paulo B. Análise das Técnicas de Construção Pombalina e Apreciação do Estado de Conservação Estrutural do Quarteirão do Martinho da Arcada. **Engenharia Civil UM** n. 7, 2000. pag. 35 - 47.

REGO, A. **Almanak do Maranhão**: Com folhinha para o anno de 1849. São Luís: Escriptorio do Progresso, 1848. (Coleção Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 2020.

RIBEIRO, Nelson Pôrto (Org.). **Subsídios para uma história da construção luso-brasileira**. Rio de Janeiro: Pod Editora, 2013.

RIBEIRO JUNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís**: 1612 - 1991. São Luís: Edições FUNC, 1999.

RIEGL, Alois. The Modern Cult of Monuments: Its Essence and Its Development. In: **Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage**. Los Angeles: GCI, 1996, p. 69 - 83.

REIMAR, Flavio. **Entre o céu e a terra**. São Luis: Typ. De B. de Mattos, 1869.

REIS, Perdigão. Rio Anil. **O Imparcial** 30 jan. 1945.

RODRIGUES, Wash. A casa de moradia no Brasil Antigo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** n. 9. Rio de Janeiro: IPHAN, 1945. p. 159 - 197.

RODRIGUES, Wash. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** n. 35. Rio de Janeiro: IPHAN, 1953.

ROSSI, Aldo. **The Architecture of the City**. Trad. Diane Ghirardo e Joan Ockman. Cambridge, Massachusetts/ London, England: The MIT Press, 1982.

SÃO LUÍS. **Ilha do Maranhão e Alcântara**: guia de arquitetura e paisagem – ed. bilingue. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.9, p. 49 - 87, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO MARANHÃO. **Dossiê UNESCO**: Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. São Luís: SECMA, 1997.

SENOS, Nuno. A arquitectura portuguesa chã antes e depois de George Kubler. **Revista Tritão**, n. 1, dez. 2012.

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionario da Lingua Portuguesa. 4. ed. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

SILVA, Luiz Leizon Cabral. **Arquitetura Civil Portuguesa**: análise das características do sistema construtivo pombalino no centro histórico de São Luís – MA. Dissertação de mestrado em Arquitetura

e Urbanismo com área de concentração em Tecnologia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2013. 214 páginas.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-brasileira no Maranhão**. [Brasil]: Gráfica e Editora Lord S.A., 1986.

SILVA FILHO, Olavo Pereira. **Varandas de São Luís**: gradis e azulejos. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. Londres: Routledge, 2006.

SMITH, Robert Chester. The Pan American Traveller (1938) In: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Robert Smith e o Brasil**: arquitetura e urbanismo. Brasília, DF: Iphan, 2012

SMITH, Robert Chester. **Robert Smith e o Brasil**: arquitetura e urbanismo. Org. Nestor Goulart Reis Filho. Brasília, DF: Iphan, 2012

SUMMERSON, John. The essentials of Classicism. In: **The Classical Language of Architecture**. London: Methuen & Co Ltd, 1964. p. 7 - 13.

TORRES, Milton. **O Maranhão e o Piauí no espaço colonial**: a memória de Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva. São Luís: Instituto Geia, 2006.

TIPO. In: **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

TIPO. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2013. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/-tipo>> Acesso em 31 jul 2019.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Tipologia urbana: sobre a derivação de um conceito da arquitetura do edifício para o urbanismo. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais** v.16, n.1, p. 141 - 151, maio, 2014.

TRAGTENBERG, Maurício. Weber in WEBER, Max. **Textos Selecionados**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. VI – XXIV.

TYPE. In: **OXFORD Advanced Learner's Dictionary of Current English**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 1984.

TYPE. In: Merriam-Webster. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/type>> Acesso em: 31 jul. 2019.

TYPOGRAPHIA NACIONAL E IMPERIAL. Aviso. **Farol Maranhense** n. 37, p. 176, 6 jun. 1828.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage**. twenty-first session. Naples: World Heritage Committee. 1997.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Retrospective Statement of Outstanding Universal Value** (2012). Paris: Secrétariat du Comité du patrimoine mondial, Registro em 12 jun.1997.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntese, 2004.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão: 1612 - 1895.** São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

VIVEIROS FILHO, Fuzzetti de. **Urbanidade do Sobrado:** um estudo sobre a arquitetura de sobrado de São Luís. São Paulo: Hucitec, 2006.

WEBER, Max. **Textos Selecionados.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

WEBSTER, William Henry Bayley – **Narrative of a voyage to the Southern Atlantic ocean in the years 1828, 29, 39 performed in H.M. Sloop Chanticleer,** under the command of the late Captain Henry Foster, F.R.S& c. – Volume II. London: Richard Bentley, 1834.

WHITEHAND, Preface. In: CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Architectural Composition and Building Typology:** Interpreting Basic Building. Trad. Susan Jane Fraser. Firenze: Alinea Editrice, 2001.

ANEXO A – ENGENHEIROS E CONSTRUTORES DO MARANHÃO (1615-1870)

Nome	Descrição da Nomeação	Ano(s)	Cargo	Referência Bibliográfica
Francisco Frias de Mesquita	Nomeado em 1603 para ir ao Brasil cuidar das fortificações e fortalezas. Autor do traçado urbano de São Luís (1615)	1615	Engenheiro-militar	Viterbo, 1899, p. 376-377; Marques, 1970, p. 255.
Thomé Pinheiro de Miranda	Nomeado, em 1681, engenheiro do estado do Maranhão pelo Príncipe de Portugal Dom Pedro.	1681	Engenheiro	Viterbo, 1904, p. 277
Pedro de Azevedo Carneiro	Nomeado em 1685 para o cargo de capitão engenheiro do Maranhão. Em 1681 obteve licença para voltar ao reino	(1685 - 1691)	Capitão Engenheiro	Viterbo, 1899, p.78
Custódio Pereira	Projetou e construiu a Sé de São Luís. Em 1705 foi nomeado sargento-mor, com obrigação de ensinar engenharia.	(1691 - 1705)	Engenheiro, Arquiteto	Viterbo, 1904, p.244-245
Sebastião Pereira	Discípulo da Aula de Fortificação de Lisboa. Em 1718 foi nomeado por Dom João, para o cargo de capitão engenheiro de artilharia de S. Luis do Maranhão	1718	Capitão Engenheiro de Artilharia	Viterbo, 1904, p. 250
Alexandre dos Reys	Nomeado ajudante de fortificações de São Luís, em janeiro de 1721, na época do governador capitão geral do estado do Maranhão Bernardo Pereira de Berredo	1721	Ajudante de Fortificações	Viterbo, 1904, p. 358
Thomás Rodrigues da Costa e Manuel Alvares Calheiros	Nomeado em 1757, Capitão de Infantaria, com exercício de engenheiro, juntamente com Manuel Alvares Calheiros, para servir nos Estados do Grão-Pará e Maranhão.	1757	Sargento-mor de Infantaria/ Engenheiro	Viterbo, 1904, p. 404
Manuel Fric Gotz	Nomeado em 1767 por D. José I a sargento-mor de infantaria dom exercício de engenheiro na cidade de S. Luís do Maranhão.	1767	Sargento mor de Infantaria/ Engenheiro	Viterbo, 1899, p. 464-465
José de Carvalho	Tenente-Coronel de Milícias e Engenheiro Civil veio de Lisboa por chamado dos diretores da Companhia de Comércio. Faleceu em São Luís em 1817 ou 1818	(Sem data precisa)	Engenheiro Civil, Tenente	Marques, 1970, p. 256
António Bernardino Pereira do Lago	Nomeado por D. João VI, em 1818, para a capitania do Maranhão. Calçou quase todas as ruas da capital. Trabalhos: Carta Geral da Capitania do Maranhão (1820) e a Carta Topográfica da Ilha do Maranhão	1818	Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros	Marques, 1970, p. 256-257
José Maria Alves	Conhecido por José Maria Maquinista. Construiu alguns dos melhores prédios desta capital.	(Sem data precisa)	Arquiteto	Marques, 1970, p. 257
Manuel José Pulgão	O português Manuel José Pulgão construiu os prédios do Desembargador Martins, no final da Rua Formosa, e o do comendador Vieira Belfort, no Largo dos Remédios	(Sem data precisa)	Construtor	Marques, 1970, p. 257

Nome	Descrição da Nomeação	Ano(s)	Cargo	Referência Bibliográfica
Joaquim Rodrigues Lopes	Maranhense, estudou na Academia de Fortificações em Lisboa. Nomeado em 1827 Segundo Tenente de Engenheiros. Obras: Cais da Sagração; Armazém da Pólvora; Fonte das Pedras e do Ribeirão; várias igrejas do interior	(1827-1845)	Segundo Tenente de Engenheiro	Marques, 1970, p. 258
Júlio Boyer	Engenheiro Francês da repartição de Obras Públicas. Obras: Cais da Sagração e calçada da Rua Grande, onde usou o Sistema Macadame, pavimentação que emprega pedra britada comprimida em a argila.	(Sem data precisa)	Engenheiro prático	Marques, 1970, p. 258
João Nunes de Campos	Formou-se em 1843 em Paris. Nomeado como primeiro Diretor de Obras Públicas. Trabalhos: Recenseamento de São Luís em 1855; plano da Igreja de N.S. dos Remédios; planta de cotas e nivelamento do Caminho Grande até o Cotim.	(Sem data precisa)	Engenheiro civil	Marques, 1970, p. 258-259
Raimundo Teixeira Mendes	Formado em Paris, trabalhou para o governo dirigindo as obras: Canal de Arapapaí; Igreja de São Joaquim do Bacanga; Dique da Companhia Anil; Companhia Fluvial de Navegação a Vapor	(Sem data precisa)	Engenheiro	Marques, 1970, p. 259
João Vítor Vieira da Silva	Maranhense estudou engenharia no Rio de Janeiro. Empregado na Província de São Luís, Serviços na direção de obras: cais, dique, quartel, Fortaleza de Vera Cruz e Hospital da Madre de Deus.	(Sem data precisa)	Tenente Coronel Engenheiro	Marques, 1970, p. 259
João Antônio dos Santos	Baiano, naturalizado cidadão americano, onde se diplomou Artista Teórico-prático. Arquiteto da Câmara Municipal. Obras: casas grandes no Largo dos Remédios; plano da Igreja de Santo Antônio	(Sem data precisa, 1856?)	Arquiteto	Marques, 1970, p. 257
Fernando Luís Ferreira	Maranhense, Tenente-coronel do Corpo de Engenheiros. Em março de 1865 foi nomeado diretor das Obras Públicas. Dirigiu as obras: da Fonte do Ribeirão; da Cadeira Pública; do cais, rampa e escada do Portinho	1865	Tenente-coronel do Corpo de Engenheiros	Marques, 1970, p. 259-260
Francisco Gomes de Sousa	Maranhense, engenheiro e bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas. Dirigiu as obras do dique, e concluiu o encanamento das águas da Companhia Anil, abastecendo todos os chafarizes. Acabou a construção da Igreja de São Joaquim do Bacanga e fez plano da Igreja da cidade de Rosário	(Sem data precisa)	Engenheiro	Marques, 1970, p. 261
Francisco César do Amaral	Maranhense, dirigiu as obras da Igreja de Santo Antônio, da Rampa de Campos Melo, do Teatro de São Luís, e reparos no Farol de Santana.	(Sem data precisa)	Engenheiro civil e militar	Marques, 1970, p. 262

Nome	Descrição da Nomeação	Ano(s)	Cargo	Referência Bibliográfica
José Ganne	Engenheiro francês foi diretor do Gasômetro. Trabalhos: Estudos para o estabelecimento de uma fábrica de fiar e tecer; o restabelecimento da Companhia Anil; a estrada para Caxias.	1865	Engenheiro	Marques, 1970, p. 262
Edmund Compton	Engenheiro inglês da Companhia de Gás, diretor das obras feitas no Gasômetro em 1870.	1870	Engenheiro	Marques, 1970, p. 262
Augusto Teixeira Coimbra e Miguel Antunes Lopes	Os Engenheiros Augusto Teixeira Coimbra e Miguel Antunes Lopes foram contratados (1870), pelo governo central, para examinar o edifício da Alfândega e fazer o orçamento de uma ponte para carga e descarga até a baixamar	1870	Engenheiros	Marques, 1970, p. 262
Fonte: FIGUEIREDO, 2014, p.58-61				

Anexo B - Características das Moradas Inteiras, Morada Inteira Expandida, e Morada e Meia

Adaptado do Anexo 1 – Cadastro/Levantamento de Campo Final nas ruas Afonso Pena, Rua da Estrela, Rua do Giz, Rua da Palma, Rua Portugal e Rua 14 de Julho

Controle		Imóvel	Características						Observações
E	Qd		T	G	PD	L	C	Tipo	
01	110	Rua Afonso Pena, 12	13,0	2	2,95	5,00	6,50	D2m	
05	110	Rua Afonso Pena, 46	19,0	3	3,50	6,50	6,50	F3	Solar dos Leite
07	111	Rua Afonso Pena, 98	12,0	1	3,10	4,50	6,00	D	
08	111	Rua Afonso Pena, 112	15,0	2	3,20	5,0	6,00	D2m	
09	140	Rua Afonso Pena, 280	12,0	2	3,60	4,00	6,50	D2m	
10	140	Rua Afonso Pena, 294	17,5	2	3,40	4,50	7,00	F2	
11	106	Rua da Estrela, 329/331	18,0	3	3,00	5,00	5,00	E3m	2 edificações espelhadas
12	106	Rua da Estrela, 353	11,0	2	3,20	4,00	6,50	D2m	
13	107	Rua da Estrela, 415	13,0	2	2,90	4,50	6,00	D2m	
14	107	Rua da Estrela, 427	14,0	2	3,80	4,50	5,50	D2m	
16	136	Rua da Estrela, 535	13,0	2	3,50	4,50	5,50	D2m	
18	61	Rua do Giz, 34	14,5	1	3,50	5,00	5,50	D	
20	61	Rua do Giz, 46	11,0	2	3,20	4,00	5,00	D2m	
23	108	Rua do Giz, 221	13,5	3	3,65	7,50	6,50	D3m	
24	108	Rua do Giz, 235	16,5	4	3,60	5,00	5,60	E4m	Solar da Baronesa de Anajatuba
25	108	Rua do Giz, 249	14,0	3	3,40	7,00	5,00	D3m	
27	109	Rua do Giz, 317	11,0	2	3,10	4,00	5,00	D2m	
30	137	Rua do Giz, 421	21,0	2	3,70	7,10	3,50	D2m	
31	136	Rua do Giz, 444/436	14,5	1	3,10	5,20	6,00	D	
32	138	Rua do Giz, 445	21,0	2	3,30	6,50	7,00	F2m	
33	136	Rua do Giz, 458	15,0	1	3,40	5,00	6,00	D	
35	136	Rua do Giz, 468	12,0	1	3,50	4,00	4,00	D	
38	110	Rua da Palma, 217	14,5	2	4,00	5,00	6,00	D2m	
41	111	Rua da Palma, 305	15,0	1	3,70	6,00	6,50	D	Porão alto
42	109	Rua da Palma, 322	15,0	2	3,80	5,00	5,50	D2	
45	111	Rua da Palma, 337	14,2	2	3,70	5,00	5,00	D2m	
46	137	Rua da Palma, 360	18,5	2	4,00	6,00	5,50	D2	
47	137	Rua da Palma, 370/376	18,0	2	3,80	7,00	7,00	D2m	
48	139	Rua da Palma, 375	10,5	2	4,00	4,23	4,80	D2m	
51	139	Rua da Palma, 403	10,5	1	3,55	4,00	4,50	Dm	
52	140	Rua da Palma, 445	11,6	2	3,50	3,90	6,00	D2m	
53	140	Rua da Palma, 475	16,0	3	3,65	5,35	6,45	D3m	
56	58	Rua Portugal, 273	11,0	3	3,50	3,50	5,00	D2m	
57	58	Rua Portugal, 297/303	13,0	3	3,80	4,00	5,00	D3m	
60	110	Rua 14 de Julho, 173	12,5	2	3,70	4,50	5,50	D2m	
61	111	Rua 14 de Julho, 182	16,0	2	4,00	6,00	6,00	D2m	
31	Total exceto Tipos E, F e Solares		410,8		109,5	154,2	173,75		
Média			13,25		3,53	4,976	5,60		

E: n° de controle do exemplar; Q: quadra de localização; T: testada; G: gabarito; PD: pé-direito; L: largura; C: comprimento; Tipo: tipologia